Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura **Número: 93**

III Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 17 de janeiro de 2023**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Silveira (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Gomes) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com a **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentadas pelo Deputado Independente**, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Carlos Furtado *(Independente)*, Vera Pires *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, Pedro Neves *(PAN)*, Vitória Pereira *(PSD)*, Ana Luís *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, José Pacheco *(CH)*, Vasco Cordeiro *(PS)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, Sabrina Furtado *(PSD)*, Célia Pereira *(PS)*, Rui Martins *(CDS-PP)* e Nídia Inácio *(PSD)*, bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima)*, o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas)* e o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João)*.

No decurso do debate, foi proferido um protesto por parte da Sra. Deputada Ana Luís *(PS)*, tendo o Sr. Deputado Rui Martins *(CDS-PP)* usado da palavra para um contraprotesto.

Posteriormente, o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)* procedeu à **Apresentação em Plenário da Anteproposta de Lei n.º 16/XII – "Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»"**, apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Seguiu-se o debate conjunto das seguintes iniciativas:

– **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – "Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores,"**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel)*, usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as José Eduardo *(PS)*, Marco Costa *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Gustavo Alves *(PPM)*, Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)* e Pedro Pinto *(CDS-PP)*.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade;

– **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – "Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027"**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel)*, usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as José Eduardo *(PS)*, Marco Costa *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Gustavo Alves *(PPM)*, Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)* e Pedro Pinto *(CDS-PP)*.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, deu-se início ao debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XII – "Aprova o modelo de educação inclusiva", apresentada pelo Governo Regional dos Açores**. A apresentação do diploma coube à Sra.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro)*, tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as Vera Pires *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, José Pacheco *(CH)*, Rodolfo Fraca *(PS)*, Délia Melo *(PSD)* e Paulo Estêvão *(PPM)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.

Presidente: Muito bom dia.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.
Faz favor, Sr. Secretário.
Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
Andreia Martins Cardoso da **Costa**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Maria **Isabel** Góis **Teixeira**
Joana Pombo Sousa Tavares
João Vasco Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vílson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Susana Alexandra Gomes **Soares**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que deseje a todos um bom ano.

E vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto 1 da nossa Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentadas pelo Sr. Deputado Independente**.

A presente sessão de perguntas versa sobre o tema: Problemática da habitação nos Açores.

Regem esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

O debate, conforme é habitual e foi deliberado pela Conferência de Líderes, tem um período global de três horas e tem os seguintes objetos:

Primeiro objeto – estrutura da partilha dos fundos comunitários entre órgãos de poder;

Segundo objeto – rácios de aplicação dos fundos comunitários em habitação pública e privada;

Terceiro objeto – planeamento e objetivos para os quadros comunitários em vigor.

O proponente tem, como definiu e solicitou, a oportunidade de fazer três perguntas por objeto. O mesmo acontece aos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do PSD, podem fazer três perguntas por objeto. Os outros três Grupos Parlamentares, o CDS, o Bloco de Esquerda e o PPM, duas perguntas. E as

Representações Parlamentares uma pergunta. Como também sabem e é habitual, apenas o proponente tem direito a réplica.

Para efetuar as questões, têm direito a três minutos. O Governo, para responder, cinco minutos. Na réplica, o Governo, para responder, também dispõe de apenas três minutos.

Vamos então dar início a esta sessão de perguntas.

Para a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Independente):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me uma primeira intervenção para felicitar toda a Câmara por estar aqui presente e desejar a todos um bom ano, com próspera atividade parlamentar e a realização pessoal de cada um.

Indo agora diretamente à primeira pergunta do primeiro objeto, quero, no entanto, alertar para o seguinte: as políticas públicas de habitação são determinantes para o sucesso de uma sociedade. Políticas acertadas permitem a fixação das pessoas, permitem a dinamização da economia, a valorização do património e permitem ainda projetar o futuro com confiança por parte das nossas populações.

Neste pressuposto, é da maior importância sabermos, agora, nesta sessão de perguntas, qual é o envolvimento direto deste Governo relativamente às atuais políticas de habitação nos Açores, qual é a articulação entre o Governo e as autarquias locais, entre o Governo Regional e a Administração Central, entre o Governo Regional e as próprias instituições públicas que, no fundo, gerem também o parque habitacional a nível nacional e regional.

Portanto, aquilo que se propõe saber é saber qual é a intervenção direta do Governo Regional dos Açores, nomeadamente numa matéria que tem constrangido a população, concretamente estamos a falar da compra ou da promessa de compra de habitação que se tem registado em todos os concelhos da

Região por força da implementação de programas comunitários que permitem, no fundo, que haja intervenção do Estado relativamente à habitação, porque, como é sabido, essas promessas de compra e essas compras que já se têm vindo a realizar têm causado alguma distorção naquilo que é o normal funcionamento do mercado da habitação, nomeadamente tem onerado aquilo que é o preço base da habitação, o que dificulta em muito a aquisição de moradias por parte das famílias de classe média.

Portanto, é importante fazermos um ponto de situação aqui, percebermos onde estamos e para onde queremos ir relativamente à habitação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A todos um bom ano.

Sr. Deputado Carlos Furtado, agradeço a sua pergunta e, sobretudo, as suas preocupações, porque são preocupações que são comuns a todos os Srs. Deputados e Membros do Governo, nesta Casa.

Sinceramente, o que é que eu lhe posso dizer sobre essa matéria? Obviamente, a Região Autónoma dos Açores tem que construir casas. Depois, temos as Câmaras Municipais. E a nível nacional, presumo que se quer referir ao IHRU. São os três órgãos, que eu conheço, que partilham objetivos na área da habitação.

O Governo Regional tem o seu programa, que é independente das Câmaras Municipais, como sabe, não tutela as Câmaras Municipais. No entanto, tem colaborado, desde sempre, com as Câmaras Municipais nos contratos ARAAL, para recuperação de alguma habitação, até construção de algumas habitações.

E, relativamente ao IHRU, nós também temos colaborado com o IHRU, aliás, há

infraestruturas na Região que são propriedade do IHRU e arrendadas à Região.

E é isso que temos feito. A partilha, da primeira pergunta, que lhe posso responder é essa partilha que eu conheço, não conheço nenhuma outra partilha.

Como isso distorce ou contorce o mercado? Sinceramente, nós não temos dados, nem nós nem ninguém, para que possa responder a essa pergunta. Aliás, também não percebi bem o que é que queria perguntar sobre essa questão do mercado, de distorcer o mercado, da dificuldade da aquisição ou não aquisição de casa. Existem já os programas, embora este Governo vai intensificar, e muito, o arrendamento com opção de compra, sobretudo o investimento na classe média que vamos intensificar e fazer.

Efetivamente, eu não lhe consigo responder à pergunta porque não consigo perceber. O Sr. Deputado, depois, na réplica, esclarecer-me-á o que é que quer dizer com isto.

As pessoas querem adquirir casas? Podem adquirir aquelas que foram feitas para arrendamento com a opção de compra. As pessoas têm adquirido várias casas de arrendamento com opção de compra sem nenhuma dificuldade. Portanto, não vejo... O que acontece às vezes é que as pessoas, quando querem vender a casa e receber um apoio para fazer aquela casa, têm primeiro que ressarcir a Região para depois poderem vender a casa. Isso é o que acontece se querem mudar de casa.

Agora, arrendamento com opção de compra, aquisição da casa, temos feito dezenas delas sem nenhum problema, Sr. Deputado Carlos Furtado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Vice-Presidente, poderei não ter sido suficientemente objetivo na pergunta que

lhe fiz, admito que possa ter sido isso, uma vez que não respondeu convenientemente àquilo que expliquei, mas vou tentar reformular a pergunta, começando por lhe dizer: o senhor, enquanto titular dessa pasta do Governo Regional, tem informação de quantas habitações é que já foram compradas por inquilinos da Região no âmbito do arrendamento com opção de compra? Porque, como sabe, há mais de dez anos que essa política foi implementada na Região e também era importante sabermos em que medida é que essa solução resultou em compra de casa. É importante percebermos esse dado, porque aquilo que se pressupõe na criação dessa medida inicialmente é que as pessoas fossem apenas rendeiros do Estado durante um período relativamente curto e que, depois, logo que a vida permitisse, as pessoas comprassem a casa. E aqui era importante perceber o sucesso dessa medida no pressuposto em que ela foi criada.

Relativamente também àquilo que falou da construção ou do apoio às famílias, também estranho que, no Orçamento e Plano da Região, medidas de construção de habitação a custos controlados e autoconstrução apenas tivessem inscritos 400 mil euros, se a memória não me falha. E dizer que, no meu entender, é difícil perceber o sucesso dessas medidas com tão parca inscrição em termos de rúbrica no Orçamento e Plano.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, aquilo que disse relativamente à distorção do mercado, o senhor provavelmente sabe. E se não sabe, deveria informar-se. O que é certo é que, hoje, não há casas para venda de 80, de 90, de 100, de 120 mil euros, porque todas aquelas que aparecem no mercado têm sido, passo a expressão, apalavradas por parte dos municípios. Ou seja, as famílias de classe média, aqueles que trabalham todos os dias, ele e ela para levarem para casa pouco mais de 1500 euros, essas pessoas que não podiam comprar casa de mais de 120 ou 150 mil euros, hoje, nem a casa de 80 mil euros, que não seria a casa dos sonhos, mas seria a casa possível, nem essas casas conseguem comprar, porque o que é certo é que o Estado, com dinheiros públicos, tem vindo a apalavrar esses negócios, tem

vindo a dificultar o acesso das pessoas da classe média a esse tipo de habitação.

E é isso que eu, enquanto defensor do povo e enquanto defensor da classe média, não posso aceitar, que fiquemos todos a olhar para o lado quando está a acontecer essa realidade. É preciso defender os desfavorecidos desta terra, sim, é preciso, mas também é preciso, Sr. Vice-Presidente, acautelar o direito daqueles que todos os dias saem de casa para trabalhar, que não arranjam subterfúgios por parte daquilo que são os mecanismos do Estado para não trabalharem e terem de graça o direito ao acesso a um bem, que também deve ser permitido, que também deve ser facultado, que é a oportunidade de cada um comprar casa. Não podemos ter políticas públicas que dificultem a vida aos empreendedores, àqueles que se esforçam por ter casa própria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, está na Constituição, embora dificilmente cumprido, o direito à habitação, o primeiro direito. E como o Sr. Deputado sabe, existem as estratégias locais de habitação que são da responsabilidade das Câmaras Municipais, na qual o Governo não tem nenhum, mas nenhum poder tutelar nem de atuação, quando muito estabelece parcerias.

Depois, Sr. Deputado, acho que ser pobre também significa ter direito a uma habitação condigna. E o que temos que ter é um equilíbrio nessa atribuição de casas. E é isso que este Governo está a fazer. E está a fazer agora casas, como o senhor já percebeu, com arrendamento com opção de compra também para a classe média e não apenas...

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: É um conceito que é preciso mudar aqui: quando se fala de habitação

social, fala-se de habitação para os pobrezinhos e para os descamisados e para aqueles que pedem tudo e para aqueles que levam tudo. Ó Sr. Deputado, devemos ajudar todos.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Este é um Governo inclusivo e que ajuda todos.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: E é isso que vamos fazer. É isso que estamos a fazer. Não vamos discriminar ninguém por ser pobre, Sr. Deputado, e por não ter rendimentos, Sr. Deputado. Vamos ajudar quem é pobre, na medida das nossas possibilidades, em articulação com as Câmaras Municipais. Temos feito a recuperação da habitação degradada de gente privada que não consegue recuperar as suas habitações. Temos feito. E temos feito também e vamos fazer agora, intensificar, aumentar o número de casas para a classe média, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... que são aqueles que não conseguem ir agora às casas dos 200, 300, 400 mil euros, Sr. Deputado.

Mas também lhe digo: é preciso também haver aqui a responsabilidade individual de cada um. Nós, às vezes, fazemos contas que a vida vai ser sempre a mesma, que a prestação de hoje não aumenta nunca, que os juros de hoje são sempre 0,1%. A vida muda, como já mudou várias vezes. E, portanto, quando a vida muda e as pessoas dão o passo maior do que a perna, pois, ai, ai, ai, que o Governo tem que responder a tudo, Sr. Deputado Carlos Furtado.

Quanto à regulação do mercado, o Governo não vai interferir na regulação dos privados.

(Diálogo entre alguns Deputados)

Eu gostaria de lhe explicar melhor, mas não consigo. Eu vou aguardar um

bocadinho. Pronto, já acabou.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Pronto, eu ia terminar, mas o diálogo ali não me permitiu.

Sr. Deputado Carlos Furtado, portanto, há outros fatores que, efetivamente, influíram no preço das habitações. E esses o senhor sabe melhor do que eu, porque o senhor até foi autarca.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições para outros Grupos e Representações Parlamentares poderem participar.

Sra. Deputada Vera Pires, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Vera Pires *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento desta pergunta e resposta a que acabamos de assistir, lembrando que o artigo 65.º da Constituição da República garante o direito à habitação e, portanto, diz que "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar", refletindo que a dificuldade com que cada vez mais muitas pessoas sentem no acesso à habitação é uma preocupação, uma preocupação que o Bloco tem trazido a esta Casa ao longo dos anos, e considerando que continuamos a pensar que a solução deve passar por uma forte aposta na reabilitação do edificado e pela constituição de uma bolsa de habitação

pública para arrendamento a preços acessíveis, esta é a forma, parece-nos a nós, de conseguir regular o mercado, travando o aumento de preços que deriva da falta de oferta de habitações para arrendamento, que tem acontecido principalmente por força do aumento da pressão do turismo.

Esta bolsa permitirá, do nosso ponto de vista, que muitas famílias possam ter acesso à habitação, incluindo aquelas que neste momento não cumprem critérios para acesso a habitação social, mas também não têm condições financeiras para aceder a crédito bancário, nem para aguentar os preços praticados no mercado do arrendamento.

Concordaremos todos que existe uma grave carência habitacional na nossa Região. São inúmeras as queixas de Presidentes de Juntas de Freguesias e de Municípios. E o despovoamento de grande parte dos concelhos dos Açores deve-se também à falta de habitações disponíveis a preços acessíveis.

Este Governo anunciou já a reabilitação de prédios com dezenas de habitações, com verbas do PRR, o Plano de Recuperação e Resiliência, mas continuamos sem saber qual será a finalidade destas habitações, ou seja, qual será o modelo implementado para as famílias acederem a estas habitações e quais os critérios de seleção. É esta a pergunta que temos para fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Vera Pires, relativamente à Constituição, estou perfeitamente à vontade. O papel aceita tudo o que lhe se escreve. E quem lá escreveu isso, ...

Deputado António Lima *(BE):* Escreveu mal, querem ver?

O Orador: ... a esquerda...

Deputado Nuno Barata *(IL):* Mas está lá!

O Orador: Está lá.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Ó Sr. Vice-Presidente!...

O Orador: Posso concluir?

Deputado Nuno Barata *(IL):* Pode. O senhor interrompe daí mais vezes do que a gente daqui.

O Orador: E, portanto, está lá escrito, não é verdade? E se o problema da habitação fosse nos Açores, estaria o país maravilhosamente bem. E temos que nos preocupar com a nossa terra. E que eu saiba, tirando talvez Ponta Delgada, cidade, e Angra, o preço da habitação nos Açores é menor do que no Funchal, é menor do que noutras cidades do país, muito menor, apesar de caro.

Deputada Vera Pires *(BE):* E a oferta?

O Orador: E o que estamos a fazer, Sra. Deputada, é reabilitar o edificado, reabilitar em Santa Maria, reabilitar na Terceira, na Terra Chã, na Nossa Senhora de Fátima. É o que estamos a fazer, é reabilitar o que herdamos também dos americanos. O que estamos a fazer é reabilitar o edificado.

Se me disser: há edificado urbano que é preciso reabilitar. Eu concordo perfeitamente consigo. E digo-lhe que, neste caso, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, que são o poder local, deviam também dirigir-se aos Sr. Presidente de Câmara e, na estratégia local de habitação, ver se há reabilitação urbana devidamente inscrita. O PRR tem regras muito rígidas, como sabe.

E, naturalmente, todos nós queremos cumprir o que está na Constituição, no direito à saúde, no direito à vida, no direito à habitação, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... nos direitos todos lá consagrados, Sra. Deputada.

Mas há direitos que dão jeito a uns e não dão jeito aos outros. A Constituição, quando for para cumprir, é na sua íntegra, Sra. Deputada, quer nós tenhamos a liberdade de escolher ou não tenhamos a liberdade de escolher.

E se na habitação é desígnio e um direito, também nos outros direitos nós todos

temos que cumprir. E este Governo vai cumprir na medida das suas possibilidades. E vai articular com o poder local, como já ouviu também que vamos estabelecer parcerias com o poder local, sem nenhuma distinção de partido, se é do Bloco, se é do PS, se é do PSD, de quem quer que seja.

Eu vi, como a senhora leu nas notícias todas, que a preocupação dos Srs. Presidentes de Junta é a habitação, mas nós estamos neste Governo há dois anos, há dois anos, Sra. Deputada.

Quanto às regras, Sra. Deputada, nós temos para fazer no PRR... Já ouviu, naturalmente, o que temos para fazer. E, portanto, vamos cumprir, vamos construir, vamos recuperar. E, depois, as regras, Sra. Deputada, serão... Por isso, eu levantei uma questão: habitação social não é só habitação para os desfavorecidos, é habitação para quem não pode ir à banca, é habitação para a classe média também. E esse será um desígnio deste Governo, Sra. Deputada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Fique descansada. No final do PRR, venha-me julgar. E cá estaremos. Nós estamos a cumprir, até à data, rigorosamente.

O Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, já estendeu isso até 26. E, portanto, temos tempo e lá chegaremos. Não podemos andar distraídos, mas essas casas serão para a classe média, para quem precise de casa e não possa ir à banca fazer um empréstimo ao preço que as casas estão.

Como a Sra. Deputada disse, houve uma imensa pressão turística sobre o imobiliário, que faltou para habitação. Mas isso é empírico, eu não tenho nenhum dado que me diga isto objetivo. A Sra. Deputada disse, mas eu também não tenho nenhum dado objetivo que me diga que estas casas seriam casas de habitação.

Agora, também lhe digo uma coisa, essa questão do alojamento local permitiu em alguns casos reabilitar o edificado urbano.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Goste-se ou não se goste, goste o Sr. Vice-Presidente do Governo ou não goste, a Constituição da República Portuguesa confere a habitação como primeiro direito aos portugueses. E o senhor sabe tão bem quanto eu ou melhor do que eu, porque anda cá há mais anos, já vai a caminho de ser sexagenário, que a Constituição da República Portuguesa, por nós, não só tem que ser cumprida, como tem que ser feita cumprir. Por isso, quando o senhor arranja aí umas manobras de desvalorizar o que está na Constituição da República Portuguesa por ter sido escrita no momento que foi e no tempo que foi, não fica assim muito bem à democracia. Mas cada um fica com a sua democracia.

Mas, mais do que o primeiro direito, a habitação é, numa sondagem de há pouco tempo publicada num jornal português, a primeira preocupação dos portugueses. Não é só o primeiro direito, é também a primeira preocupação dos portugueses. E o que é facto é que, apesar de estar na Constituição há quase 50 anos, continua a ser, hoje, a primeira preocupação dos portugueses, o que quer dizer que o Estado omnipotente e omnipresente dos últimos 50 anos falhou com os portugueses, falhou com os portugueses do retângulo, falhou com os portugueses da Madeira e está a falhar com os portugueses dos Açores. E o Estado, aqui, em matéria de habitação, é a Região Autónoma dos Açores. E, por isso, a Região Autónoma dos

Açores, nos últimos 50 anos, falhou com os açorianos.

Falhou com os açorianos até porque 40%, registe, Sr. Vice-Presidente, porque é importante registarmos esse número, 40% do custo da habitação é imposto, taxas e licenças, ou seja, o Estado regional, o Estado local e o Estado nacional levam 40% do valor da construção de uma primeira habitação. 40% são impostos, taxas e licenças.

Desde 2000 a 2020, a oferta de construção nova nos Açores foi reduzida em 85%. A média nacional chega quase aos 90, são 87,7. Quando nós sabemos, até pelas leis do mercado, do qual os senhores não gostam, mas acabam sempre por recorrer a ele para resolver os problemas, que é o aumento da construção, o aumento da oferta que resolve o problema da procura. Se não há casas, se as pessoas não têm casa, é preciso construí-las, ou seja, é preciso aumentar a oferta para haver mais casas disponíveis no mercado.

E o que pergunto é: o que fez o Governo Regional dos Açores até agora e o que tem previsto fazer no futuro próximo, tendo em conta que existe ainda por nos apresentar o plano operacional para os próximos quatro, e os três que estão para trás, anos e com o PRR para resolver o problema da oferta na Região e para desonerar de impostos, taxas e licenças, impostos já não pode porque o IVA nós já baixamos ao limite que podíamos, mas de taxas e licenças, para desonerar os construtores e os autoconstrutores por forma a poderem construir mais barato na Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, não vale a pena fazer aqui *faits divers* sobre a Constituição, porque o senhor tem exatamente a mesma opinião que eu tenho, porque se ela tivesse sido absolutamente cumprida, não havia falta de casas, Sr.

Deputado Nuno Barata. Pronto, julgo que neste aspeto estamos os dois de acordo. Mas, já agora, Sr. Deputado, olhe que o senhor não anda muito longe de mim, vem aqui mesmo a caminho do sexagenário. Nós andamos aqui muito próximos. E talvez na política ande há mais anos do que eu. Com algum interlúdio, mas anda há mais anos do que eu e sempre muito atento.

Mas eu acho que tem razão naquilo que diz, Sr. Deputado. E o que temos agora, como sabe, é sobretudo no PRR, onde vamos construir 277 habitações e reabilitar 551 do parque habitacional dos Açores.

E, como sabe, é mais difícil licenciar agora porque temos que cumprir as metas energéticas. Metas energéticas, Sr. Deputado, impostas pela União Europeia, que nalguns casos, devo-lhe dizer, mas isso é na minha opinião, que não concordo, que nos exigem a eficiência energética de uma casa aqui nos Açores como se ela estivesse na Finlândia ou na Suécia ou noutro sítio qualquer. E, portanto, temos que cumprir, senão o PRR não paga. Devo-lhe dizer que até um chuveiro, na inspeção que tivemos às casas da Nossa Senhora de Fátima, que tivemos que fazer cumprir com bombas de calor, etc. para podermos candidatar ao PRR e receber o dinheiro, com um simples chuveiro levamos um reparo, porque o chuveiro não poupava água, chuveiro esse que tinha lá sido posto devidamente, avariou, e o proprietário comprou um normal.

E, portanto, os PRR são muito exigentes na sua fiscalização. E devo-lhe dizer que ainda bem, porque eu acho que os fundos comunitários se tivessem sido devidamente fiscalizados, nós, hoje, estaríamos muito melhor, Sr. Deputado Nuno Barata.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: E, portanto, essas são as metas. A meta para 2021, Sr. Deputado Nuno Barata, foi cumprida: 24 novas habitações e 40 reabilitações. A meta é de 23, como nós dissemos, porque veio aí o CESA e outros organismos dizer... Ora bem,

277 habitações e reabilitar 551.

As informações que são dadas à Direção Regional de Fundos Estruturais são dadas pela Direção Regional da Habitação, que depois as fornece ao CESA e torna pública. Portanto, nós próprios reconhecemos o nosso atraso, mas os nossos atrasos são devidamente justificados. E, na altura, tinha eu razão quando disse sobre os nossos atrasos se verificarem, porque os constrangimentos, ainda mais agora, infelizmente, com a guerra que veio a acontecer... Tanto que o Sr. Primeiro-Ministro, e bem, acabou com as metas intermédias, agora é PRR a cumprir até 2026. Porque se no Continente é difícil, aqui nos Açores mais difícil é.

E eu devo-lhe dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, e vou citar a Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, que disse que "o PRR associa uma determinada verba a um conjunto de equipamentos e construções. Com efeitos da crise, o mesmo volume financeiro não pode permitir a construção do mesmo número de habitações, por exemplo." Acabei de citar a Sra. Ministra.

Mas eu já tinha dito, até numa resposta a uma visita que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez ao loteamento da Galega, que nós não estávamos atrasados, tínhamos plena consciência do que estava a acontecer e, realisticamente, comunicamos à Direção Regional de Fundos Estruturais.

A 14 de outubro de 2022, Sr. Deputado Nuno Barata, eu próprio, num evento relacionado com o PRR que houve em Angra do Heroísmo, defendi, em nome da Região Autónoma dos Açores, uma diferenciação positiva dos fundos estruturais para a Região Autónoma dos Açores, em virtude, obviamente, do impacto da inflação, da nossa dispersão geográfica, de cá chegar tudo muito mais caro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Aqui a inflação é mais baixa!

O Orador: E nós, Sr. Deputado, é o que temos.

E, portanto, a coisa, como percebe, vamos tentar cumprir. Mas devo-lhe dizer: com as regras que o PRR exige, se se lembra, eu na altura também disse, quando começou o PRR, não estava no Governo, manifestei sérias dúvidas sobre a

execução, eu disse isto, porque ele tinha tanta regra, tanta regra, que aquilo era mesmo para não cumprir. Ou seja, a bazuca rapidamente se transformou numa vitamina. E, hoje em dia, parece que vai ser uma aspirina. Parece.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Ou são mudadas as regras, e é isso que estamos à espera da revisão do PRR, que o Governo da República se está a empenhar, que nós nos estamos a empenhar junto do Governo da República...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... para mudar as regras do PRR, para podermos cumprir e disponibilizar e recuperar, Sr. Deputado Barata, como muito bem disse, o que não se fez na habitação durante 20 anos nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E é isso que nós vamos fazer. E espero conseguir. Cá estou para isso. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um bom ano a todos.

Durante esta manhã, estamos aqui a debater a temática da habitação, uma questão que não é nova, um grande desafio, um problema que não surgiu com o PRR, não é um problema que surgiu inclusive nestes dois anos, mas o certo é que este Governo Regional de coligação tem dado passos significativos na área da

habitação.

E quanto a este primeiro objeto, à estrutura e à partilha dos fundos comunitários, onde se enquadra inclusive o PRR e onde este tem como uma estratégia a habitação e a recuperação do parque habitacional da nossa Região, a questão que queria colocar ao Sr. Vice-Presidente, tendo sido o valor negociado dos 60 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores, se considera que esse é o valor aceitável para aquilo que são as nossas necessidades da nossa Região, se considera que esse valor vai ser suficiente para dar resposta àquilo que são as necessidades da Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Barata, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, bom, quem negociou este PRR foi o anterior Governo do Partido Socialista, 60 milhões de euros. Acharam que era o essencial ou que chegaria para resolver o problema da habitação nos Açores.

Na minha opinião e disse isto na altura, aliás, há dois grandes eixos que eu acho que foram insuficientes e mal distribuídos no PRR, que foi para a habitação e para a pobreza, dois problemas estruturais da nossa Região Autónoma dos Açores, em que o anterior Governo foi, digamos, poupado em distribuir as verbas do PRR para a habitação e para a pobreza, 60 milhões e 35 milhões.

Mesmo antes da crise, mesmo antes da inflação, mesmo antes da guerra, eu achava que era insuficiente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah, pois!

O Orador: E nós dissemos isso. Mas o problema estava, acusava-nos o Partido Socialista, nos atrasos. Ora bem, o problema está na verba, o problema está na quantidade, porque a Região Autónoma da Madeira tem 136 milhões de euros para a habitação, 136 milhões, mais do dobro da Região Autónoma dos Açores.

Mas o mais curioso que descobri agora nestes meus contactos com as Câmaras é que duas Câmaras Municipais apenas, a de Ponta Delgada e a de Angra, têm mais de 180 milhões de euros no seu PRR, ou seja, três vezes mais que a Região Autónoma dos Açores. E isso é que é um pouquinho complicado.

E devo-lhe dizer, Sr. Deputado, isso é que me preocupa.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas isso é mau?

O Orador: Sr. Deputado Carlos Silva, o que me preocupa é isto: a Região Autónoma dos Açores, para nove ilhas, tem 60 milhões, a Madeira tem 136 milhões, e duas Câmaras têm 180 milhões. Isto é que preocupa. O que quer dizer que o que consideraram no PRR é, na nossa opinião, manifestamente insuficiente. E, portanto, é o que eu posso dizer, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, sobre essa matéria.

Mais insuficiente se torna com, agora, o aumento da inflação, o aumento dos materiais, enfim, dos juros, toda essa conjuntura que agora se vive.

O que nós esperamos e estamos a insistir junto do Governo da República é que sejam revistas não apenas as metas, mas também o dinheiro. Mas, o dinheiro, também que seja revista a forma da sua aplicação.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

O Orador: E isso é fundamental, alterar as regras do PRR e agora. E que o Governo da República se empenhe. Eu apelo a todos, porque isto não é o desígnio deste Governo, isto é o desígnio de todos, é o desígnio do Governo, das Câmaras Municipais, do Governo da República. E nós estamos dispostos, como temos tido, aliás, tenho um bom relacionamento com a Sra. Ministra Mariana Vieira da Silva, e temos tido, não posso dizer o mesmo da Sra. da Solidariedade Social, mas temos

tido aqui, para ver se conseguimos... O Sr. Secretário das Finanças, ainda há pouco tempo, esteve no Continente, o Sr. Diretor Regional dos Fundos Estruturais também, para mudarmos não só a massa, enfim, de dinheiro, mas também as regras. Ou seja, qual é o problema das Câmaras Municipais? E também responde um bocadinho à primeira pergunta do Sr. Deputado Carlos Furtado, porque isto, ao fim e ao cabo... é a falta de casas.

Eu já fiz uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara de Angra para, em conjunto, encontrarmos a melhor solução, a melhor solução, independentemente de quem a patrocina, a melhor solução de parceria para resolvermos os problemas habitacionais do concelho de Angra. E estou disponível, manifesto aqui a disponibilidade do Governo para articular com qualquer Câmara, porque eles também têm fundos comunitários, esta questão.

O Sr. Presidente da Câmara de Angra andou a pedir às Juntas de Freguesia, a solicitar às Juntas de Freguesia, melhor dito, para identificarem as casas para serem reabilitadas. Precisa de casas. E nós estamos sentados a conversar. Ainda esta semana, haverá uma reunião entre a Câmara Municipal e a Direção Regional da Habitação para resolvermos esse problema. É isso que nos interessa, é resolver os problemas de habitação, que, efetivamente, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ... há uma grande carência na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Para colocar uma questão, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, quero desejar um bom ano de 2023 a todas as Sras. e Srs. Deputados e aos Membros do Governo.

E fazer já uma pergunta rapidamente ao Sr. Vice. Tendo em conta aquilo que disse como enquadramento, tendo em conta que temos um bolo do PRR, um bolo de chocolate, as fatias não são iguais para todos, inclusivamente, olhamos para os Açores e vemos a diferença do valor do PRR relativamente à promoção e reabilitação do nosso parque urbano, mas eu pergunto... O dinheiro é pouco, sem dúvida, mas o dinheiro que existe não está a ser aplicado, por isso, eu faço uma pergunta e espero que o Sr. Vice me consiga responder, porque eu também não sei: a execução financeira do Plano e Orçamento Regional de 2021, nós não ultrapassámos 64% relativamente à promoção, reabilitação e renovação habitacional e, em 2022, não passamos dos 56%. Se já temos pouco, aquilo que pelo menos temos não é executado. Porquê, Sr. Vice?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, a execução tem sido, nessa área, a possível, porque implica muito com licenciamentos. E os licenciamentos, hoje em dia, demoram, demoram e demoram, Sr. Deputado. Os licenciamentos camarários da EDA, do Ambiente, de todas essas entidades, demoram no mínimo sete a oito meses, no mínimo. E isso, depois, implica, obviamente, na execução orçamental. Tem toda a razão. Não estou aqui para lhe esconder nada. Os números são públicos e estão

publicados.

Agora devo lhe dizer, Sr. Deputado, eu vou ver se encontro aqui porque tinha feito um gráfico, mas melhoramos muito nessa matéria. Nós temos, por exemplo, na promoção da habitação, gastamos 2,8 milhões de euros. E por aí fora nestas áreas. E, por exemplo, na autoconstrução aumentamos substancialmente o investimento, Sr. Deputado. Em 2021 e em 2022, investimos muito mais que em qualquer dos anos anteriores. Portanto, foram os dois melhores anos da autoconstrução. E por aí fora.

Agora, tem razão, nós não conseguimos executar a 100%, mas, apesar de tudo, Sr. Deputado, este Governo orgulha-se da sua execução, pese embora alguns constrangimentos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faça favor.

(*) Deputada Vitória Pereira *(PSD):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom ano a todos.

A habitação é uma área de grande relevância para nós, bem como para todos os açorianos, principalmente para os jovens casais que pretendem comprar ou construir uma casa, face às dificuldades de acesso à habitação por via do mercado e da atual conjuntura económica.

Este Governo tem dado passos certos, com responsabilidade, consciente do legado pesado recebido...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

A Oradora: ... e de todos os desafios que afetam as famílias açorianas.

A habitação é uma prioridade para este Governo.

Esta governação está a fortalecer a estratégia de mudança no que toca às políticas de habitação, resolvendo os problemas gravosos deixados pela inação do Partido Socialista nas últimas duas legislaturas, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: ... agarrando oportunidades e assumindo compromissos com os açorianos.

Este Governo está a romper com antigos paradigmas, de forma a alavancar a oferta pública de habitação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Em tão pouco tempo já há trabalho feito e avanços palpáveis em investimentos neste setor. Estão em curso procedimentos estruturantes que irão melhorar a qualidade de vida dos açorianos. Aliás, estão sentados na bancada socialista os que anunciavam muitos projetos na área da habitação, mas que nunca passaram do papel, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... não passando de falsas promessas, enganando os açorianos.

Pelo contrário, o Governo da coligação já tem em andamento diversos investimentos que irão reforçar a oferta pública de habitação. E, neste sentido, Sr. Vice-Presidente, pergunto-lhe: qual o ponto de situação do empreendimento de Trás-os-Mosteiros, na Ribeira Grande, e dos loteamentos de Santa Clara, em Ponta Delgada, e de São Vicente Ferreira?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vitória Pereira, perguntou sobre Trás-os-Mosteiros e sobre Santa Clara...

Deputado Nuno Barata *(IL):* E São Vicente Ferreira.

O Orador: ... e São Vicente Ferreira. São muitos projetos em andamento, por isso eu tenho que encontrar aqui nos meus papéis.

Deputado Nuno Barata *(IL):* São Vicente Ferreira tem para aí dez anos!

O Orador: Bom, Srs. Deputados, vamos começar então por Trás-os-Mosteiros. Sr. Deputado Rui Martins, vou então explicar à Câmara, se me permite, à Sra. Deputada Vitória Pereira em particular. Trás-os-Mosteiros é um curioso caso, que dura, imaginem, desde 2008.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Já está há mais tempo!

O Orador: Desde 2008 que Trás-os-Mosteiros está na Região Autónoma dos Açores.

O ponto de situação atual: a Região cedeu... Eu posso explicar o processo todo. Um dia, podemos explicar isto tudo. O ponto da situação, Sra. Deputada, aquilo que interessa, hoje em dia, é: o Governo, a 20 de setembro de 2021, portanto,

adquiriu, por 924 mil euros, Trás-os-Mosteiros.

E, portanto, foram adjudicados os projetos de arquitetura, que mereceram parecer positivo de todas as entidades. Seguem-se agora os projetos de execução de especialidades, a revisão do projeto e o lançamento do concurso no início do próximo ano. Isto em reabilitação urbana, Sra. Deputada Vera Pires. Isto também é reabilitação urbana. E este também é para quem não pode ir à banca e ter uma casa. São 52 habitações que nós temos. Já lá estamos, tinha os anos que tinha, e nós estamos a resolver esse problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

São Vicente Ferreira, vários anúncios sobre a execução da obra, vários anúncios. O terreno com alvará de loteamento emitido a 30 de março de 2015. Depois, ficou emitido. Portanto, ponto de situação: foi lançado o concurso público da empreitada de construção de infraestruturas e está adjudicado, Sra. Deputada. São Vicente Ferreira. Segue-se a execução da empreitada das infraestruturas, o lançamento do concurso público para a execução das moradias e, felizmente, vamos ter mais 17 habitações disponíveis em São Vicente Ferreira.

Santa Clara, Sra. Deputada, projeto de arquitetura adjudicado a 20 de agosto de 2020. Retificou-se o projeto de arquitetura perante as necessidades exigidas pelo PRR, nomeadamente as especificações energéticas. Adjudicou-se os projetos de execução. E foi lançado o concurso público da empreitada de construção das infraestruturas. Estão em execução os projetos de execução das moradias unifamiliares.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, julgo que esclareci, este Governo está a executar, está a fazer, não está atrasado, está a executar e na medida do possível,

porque, no PRR, os projetos de loteamento que temos, temos que os refazer todos um a um. E devo-lhe dizer que não herdamos uma situação muito fácil de legalizar do anterior Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha primeira intervenção neste ano, gostaria de, principalmente àqueles que ainda não o pude fazer pessoalmente, vos desejar a todos um bom ano de realizações pessoais.

Sra. Deputada Vitória Pereira, gostaria de lhe dizer, mas penso que a senhora sabe, naturalmente, que nós já não somos Governo. Aliás, essa é uma crítica...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Graças a Deus!

A Oradora: Não, nós não somos Governo, apesar de que a bancada da coligação insiste em querer responsabilizar-nos de tudo o que de mau vos acontece.

Sra. Deputada, há, de facto, problemas, nomeadamente na área da habitação, que não são novos. E o Partido Socialista nunca teve a arrogância de achar que tudo fez e que tudo o que fez, fez bem. Temos perfeita consciência dos erros que cometemos, mas há uma coisa que temos: orgulho naquilo que deixamos e na nossa governação.

E portanto, Sra. Deputada, para problemas que não são novos, ainda assim, exigem-se respostas inovadoras. Mas há outros problemas que são recentes. Eu perguntava-lhe se acha que as consequências financeiras e sociais decorrentes da pandemia de 2020, é verdade que se iniciou no Governo do Partido Socialista, são responsabilidade da nossa governação. Perguntava-lhe retoricamente, obviamente, porque não posso fazer nenhuma pergunta diretamente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah, estava a ver!

A Oradora: Se o aumento da inflação que decorre não só das consequências da pandemia de Covid-19, mas da guerra na Ucrânia que começou o ano passado, em fevereiro, se também é responsabilidade do Partido Socialista, ou o aumento das taxas de juro, que só de julho do ano passado a dezembro aumentou dois pontos percentuais, ou o preço das habitações, que, efetivamente, também por conta da inflação, sofreram um aumento considerável.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Falta dizer que a crise está a dar jeito ao Partido Socialista.

A Oradora: Estes não são problemas do passado, são problemas de agora. E esses têm que ser resolvidos por este Governo e não pelo Partido Socialista, apesar de que o Partido Socialista há muito que chama a atenção para estes problemas e tem apresentado medidas concretas, aliás, como vos posso recordar o plano de emergência...

Deputado Marco Costa *(PSD):* São os *outdoors*!

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* Os *outdoors* falam por si!

A Oradora: Sr. Deputado Carlos Freitas, sabe que os seus apartes entram diretamente aqui na nossa bancada e incomodam na minha intervenção.

Mas recordava o plano de emergência social e económico dos Açores, que o Partido Socialista apresentou no âmbito do Plano e Orçamento e que foi rejeitado por V. Exas.

Portanto, não só este Governo não consegue encarar os problemas que atualmente

existem e que são precisos resolver, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* É preciso ter lata!

A Oradora: ... como também recusa as propostas que vêm de outros partidos.

E a verdade, gostaria de recordar, é que o problema da habitação não se resume, apesar de que é uma parte importante, muito importante, mas não se resume à questão da falta de habitação, há outros problemas e há muitas outras medidas, aliás, algumas delas incluídas neste plano que o Partido Socialista apresentou, que poderiam ser implementadas e que não foram e que, aliás, já no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, foram por nós alertados de que, efetivamente, era preciso atuar nesta área.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada. Agradeço que termine.

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, as questões da habitação são, de facto, um problema que temos. As críticas não são só nossas, é a comunicação social, é a sociedade civil, são as famílias que se deparam e desesperam com respostas que não têm. E a verdade é que o que temos é a perfeita inação do Governo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Inação?!

A Oradora: ... respostas zero a estas problemáticas. E, por isso, a pergunta é: que rumo vai, efetivamente, o Governo tomar para que possa não só executar os inúmeros fundos comunitários que tem ao seu dispor...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Inúmeros?!

A Oradora: ... e, desta forma, dar uma resposta eficaz aos problemas dos açorianos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para a resposta.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Luís, o rumo deste Governo é resolver o problema da habitação.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É esse o rumo. É esse o objetivo. Mas, para chegar a esse objetivo, está a corrigir as ilegalidades e asneiras que os senhores deixaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Os senhores deixaram um pouco por toda a Região, Sra. Deputada Ana Luís, e eu lamento muito dizer-lhe isto, dos loteamentos, do registo das casas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Deve estar a falar das agendas mobilizadoras!

O Orador: E tudo isso demorou muito tempo para que, como sabe, se pudesse candidatar a fundos comunitários e para que as famílias pudessem ter as casas no seu nome. Basta lembrar, por exemplo, para não ir a outros, mas começando em Santa Maria, passando por São Miguel, passando pela Terceira e chegando aqui à Horta, Sra. Deputada, em cada uma destas ilhas é um rasto, para não estar a insistir, mas eu diria de desleixo, de pouca preocupação, de deixar as coisas de maneira que as pessoas não saibam.

Tiveram há pouco tempo um problema sério, que onerou a Região Autónoma, bastante, e o Governo da República, obviamente, ou seja, o erário público, com as casas de Santa Rita. Tiveram um problema sério. E, agora, nós estamos a tentar corrigir aquilo que não foi devidamente feito, Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E isso está a atrasar o processo. Mas é herança pesada que nós tivemos

da vossa parte e da sua parte, Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: É essa herança que nós tivemos, de casa para lá, casa para cá, em que deixaram as pessoas sem saberem, desorientadas, como é que se faz.

E, sobretudo, estivemos a identificar nesses sítios que eu lhe referi, a começar por Santa Maria, que eu acho que toda a gente devia ir ver a herança de Santa Maria, do Bairro do Aeroporto, ...

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Ó Sr. Vice-Presidente, o senhor não fez nada nesses dois anos em Santa Maria!

O Orador: ... aquela vergonha do Bairro do Aeroporto, que é verdadeiramente vergonhoso o que se herdou, que esteve no nome da Região dez anos e não se fez rigorosamente nada! Nada! Não se fez nada, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É verdade.

Deputada Joana Pombo *(PS):* Não está a ser correto!

O Orador: Estou. O que se fez em 2017 foi classificar...

Deputada Joana Pombo *(PS):* Não está!

O Orador: E eu também não tive nenhum problema em articular uma reunião com a Câmara Municipal de Vila do Porto para se resolver o assunto.

Eu acho uma graça que este Governo deve fazer em dois anos o que eles não fizeram em 20. Quer dizer, eu acho isso absolutamente extraordinário, que nós em dois anos temos que fazer o que os senhores não fizeram em 20, Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não fizeram em 20, para não dizer 24. Não fizeram. E, portanto, mas, se calhar, o problema é mais de trás. Há uma responsabilidade coletiva. Vem mais de trás. Não vem... Agora, que há grande responsabilidade vossa, isto não tenho nenhuma dúvida, não tenho nenhuma. E os açorianos sabem isso. As pessoas sentem isso. E a Sra. Deputada Andreia Cardoso sabe tão bem ou melhor do que eu que o que eu lhe estou a dizer é verdade.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Começando em São Vicente e acabando nos Mosteiros!
Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.
Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.
(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:
Eu acho que os indultos sobre o passado não devem acontecer em democracia, porque, quando o povo vota de determinada forma, dando a vitória a uns e afastando outros do Governo, isso significa que existe uma penalização democrática e que se querem, obviamente, retirar responsabilidades e também fazer diferente. Portanto, democracia e indulto sobre o passado são coisas incompatíveis e não devem suceder. Por isso, o passado, as responsabilidades do passado devem ser aqui sempre discutidas. Porque é assim em democracia, não há indultos para ninguém. O que há é que discutir os problemas, as responsabilidades atuais e as responsabilidades de quem teve o poder de fazer diferente e não resolveu ou resolveu mal.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E isso nunca pode deixar de ser aqui discutido.

Eu quero, Sr. Vice-Presidente, falar-lhe sobre problemas reais, problemas das pessoas. Eu sou confrontado, aqui, na ilha do Faial, com situações dramáticas, com pessoas que nos põem problemas, que eu fico absolutamente surpreendido que isto possa ter sucedido, que este desleixo e esta negligência possa ter sucedido.

Como é que é possível que pessoas que, no âmbito da reconstrução e através da Sociedade de Promoção de Reabilitação da Habitação e Infraestruturas, da SPRHI, tiveram apoios para a reconstrução das suas habitações, como é que é possível que estas pessoas, hoje em dia, não tenham essa propriedade em seu nome e que a propriedade esteja nas mãos da Região Autónoma dos Açores, com tudo o que isso significa para a vida das pessoas e o desespero que isso significa para a vida das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Fundamentalmente, isto é algo absurdo que possa suceder, é uma negligência tremenda, Sr. Vice-Presidente.

E o que eu lhe pergunto, é: tendo em conta o conjunto de pessoas que me foram relatando estas experiências, Sr. Vice-Presidente, o que lhe peço é que, sobre esta temática, me possa dizer o que é que sucedeu, que herança é que recebeu nesta matéria e se são casos pontuais ou se estamos a falar de um grande conjunto de situações de negligência absoluta, que causa um sofrimento inaceitável às famílias e que, obviamente, tem responsáveis, tem nomes, tem responsáveis do passado que tiveram oportunidade de fazer diferente, tiveram oportunidade de fazer bem, que fizeram mal e que deixaram uma situação insustentável para as pessoas, que deixaram uma situação que provoca um sofrimento diário às famílias. Sr. Vice-Presidente, o que lhe peço é que, sobre esta matéria, me possa dar e a toda a Câmara, mais informações.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Devia era perguntar o número de casas que o Sr. Vice-Presidente pensa fazer no Faial!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Sr. Vice-Presidente, faça favor, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho aqui uma breve nota sobre a SPRHI, mas eu queria-lhe dizer o seguinte: disse muito bem, porque a SPRHI deixou por toda a Região, eu diria... A SPRHI foi criada em 2003 e o património da SPRHI é constituído pelos bens e direitos que lhe foram atribuídos ou por ela adquiridos, para depois ir ao banco... E, portanto, uma das suas atribuições... Porque nós fomos detetando. Não é só no Faial, Sr. Deputado. No Faial, já que se falou aqui *a latere* na questão das habitações no Faial, temos aqui um caso gravíssimo, no Faial, porque das novas casas que se fez no Faial... Não vou comentar o processo da reconstrução do Faial, o que eu vou comentar é que a SPRHI esteve muito mal, mas mesmo muito mal. E há pessoas, hoje em dia, com graves dificuldades, grandes dificuldades, Sr. Deputado Paulo Estêvão, em terem as casas no seu nome. Nós temos conhecimento de vários processos, dezenas de processos de pessoas que querem vender a casa, que faleceram e querem passar para os herdeiros, e que a Região Autónoma, nomeadamente a SPRHI, nunca fez o devido registo dessas habitações. E isso é de uma gravidade incomensurável, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

E à SPRHI cabia promover, junto das conservatórias competentes, o registo dos bens e direitos que pertenciam à Região. E, por exemplo, nunca foi feito, acabando por criar constrangimentos no Bairro da Terra Chã, de Nossa Senhora de Fátima, aqui no Faial, que nunca fizeram o registo dos alvarás.

E, portanto, é lamentável que não se assuma responsabilidades nessa matéria. Eu não gosto de estar aqui a sacar responsabilidades a ninguém, mas tenho que o fazer. É de uma irresponsabilidade atroz. E num caso ou outro que tenho conhecimento, em que já passou e já vai para netos, o que estas pessoas... E nós estamos a tentar regularizar e a ajudar as famílias nessa matéria, porque toda a gente sabe, quando são heranças, para registar no nome dos herdeiros, quanto é que custa uma família.

A Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado, além das casas do PRR, está a resolver a situação calamitosa que herdou da SPRHI por toda a Região. Não foi só na ilha do Faial. Se fosse só a ilha do Faial, é grave, gravíssimo, são dezenas e dezenas de casas, mas, infelizmente, foi na Terceira também que herdamos essa situação e um bocadinho por toda a Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias *(PS):* Ou seja, para os senhores, o problema da habitação é um problema administrativo, isso é que é o problema grave!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por desejar um bom ano aos presentes e especialmente aos açorianos que estão em casa. E que se espera que não seja um ano tão difícil quanto os profetas o dizem, mas que consigamos, mais uma vez, ultrapassar mais esta barreira.

A verdade é que esta discussão, já em outubro, estava aqui a consultar as minhas notas, falamos nisso, falamos da classe média, enfim, apontamos o dedo a um, apontamos o dedo ao outro: vocês não fizeram! Ai, vocês ainda não fizeram! E a verdade é que nisto tudo não há um único bloco que vai sendo assentado, não há um único telhado que fique pronto, porque a verdade é que, constantemente, neste aparelhinho, eu recebo as queixas das pessoas que dizem: eu não sei como é que se faz. Não há. Quando há, é só para os tais. E ficamos nisso.

A classe média continua na encruzilhada de viver em casa dos pais. Ainda domingo, recebi a visita de um amigo que me foi fazer um honroso convite e que vai continuar a viver na casa dos pais, nesse caso na casa dos sogros, porque não tem capacidade de comprar uma casa. Estamos a falar do empobrecimento da classe média. Estamos a falar daqueles que ganham 800, 700, 1000 e tal, que dá ali um casal, e que não têm capacidade, porquê? Porque muito mudou.

E o que mudou também tem a ver com a banca. Também é verdade. O Sr. Vice-Presidente disse e disse bem, há responsabilidade pessoal, mas há uma responsabilidade pessoal que os senhores dos bancos foram os maiores bandidos desta terra, é que uma pessoa podia comprar uma casa de 100 mil e eles davam 200 mil. E, hoje, batem à porta do senhor para pagar a prestação. Mas foram os senhores dos bancos, porque diz o bom povo e com razão: tolos a dar, discretos a aceitar. E isto aconteceu, eu vi com os meus olhos. Dava-se para a casa, para o carro e para uma viagem, não falando da mobília. Houve uma série de enganos, mas isso para aqui não é chamado.

O que é chamado e a pergunta que eu tenho que fazer, novamente, porque já a fizemos em outubro, é: quais são os programas – aliás, até acrescento, com aquele

Sr. Secretário das Finanças, em sede, em discussão, em negociação, em conversação, uma das prioridades que o Chega colocou em cima da mesa – de habitação? E insisti bastante nisso, habitação.

Também recebi a notícia de que os 60 milhões podem ser muito, como podem ser pouco. Muito, se não se fizer nada. E pouco, se se fizer muito. Qualquer dinheiro que temos na algibeira depende da quantidade que se gasta ou não.

E uma das questões que foi colocada é: vamos ressuscitar, até porque é uma promessa do PSD, os programas antigos das cooperativas de habitação, do apoio à autoconstrução, etc.

E a minha pergunta, muito concretamente, em nome dos açorianos, que esses é que precisam de saber: o que é que há, atualmente, e eu não quero saber dos outros, esses já se foram embora, quero saber, atualmente, o que é que esse Governo tem de apoio às famílias, especialmente da classe média? Que eu já percebi que as rendas sociais e companhia, isso continua forte e valente. O que é que temos para a classe média? As pessoas que não têm acesso ao crédito bancário, que programas é que temos? E quando é que vão ser implementados novos programas? O passa-culpas, já lá vão dois anos, já não vale a pena.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. Faça favor.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):*

Sr. Presidente, eu gostaria de ser rápido a consultar aqui os meus apontamentos, porque as perguntas são de grande amplitude, de largo espectro. São como os antibióticos, são de largo espectro.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado José Pacheco *(CH):* Não são, são muito concretas!

O Orador: Não é só a sua, Sr. Deputado, é de um lado, é do outro. E eu tenho que me, obviamente, socorrer, porque, como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata,

eu já estou a caminho de ser sexagenário, portanto, a minha memória já me trai algumas vezes e, portanto, tenho que ir aqui às minhas memórias.

Mas, Sr. Deputado José Pacheco, o Sr. Secretário das Finanças já anunciou, presumo que todos ouviram, as medidas para, exatamente, fazer face e mitigar a questão da inflação, do aumento dos juros, e que brevemente serão anunciadas as regras, as casas até quanto é que são compradas.

Também lhe devo dizer, quem comprou uma casa de 300 mil euros não é propriamente classe média, ou 400 mil euros. Pode ser em Ponta Delgada, pode ser em Angra, mas, enfim, nós temos depois que ter aqui um critério de ver as casas, porque, eu não sou especialista em crédito bancário, mas uma pessoa que ganhe 1000 e poucos euros, um casal que ganhe os dois 1500 euros, não vão pedir um empréstimo de 400 mil euros porque o banco não lhes empresta, acho eu. Mas isso, como disse, é outro assunto.

Que, de facto, se ia banco pedir um crédito à habitação, e eles ofereciam um crédito para comprar o carro também, no crédito à habitação, bem, isto é público, toda a gente já ouviu falar nisso, não é?

Mas, Sr. Deputado José Pacheco, por exemplo, para a classe média e para quem quer fazer casas, para a autoconstrução, nós tivemos, em 2021, 160 mil euros, o maior apoio de sempre à autoconstrução desde 2013 para cá. Tivemos, em 2022, 228 mil euros, o maior apoio de sempre à autoconstrução, Sr. Deputado José Pacheco. Foram as candidaturas que tivemos e executadas. Eu estou a falar de execução, das pessoas que se candidataram e foram executadas. As pessoas é que se candidatam à autoconstrução, como sabe como é o processo e, depois, é apoiado. E todos eles foram apoiados.

E, obviamente, para a classe média, eu já expliquei isso, mas explicarei outra vez, temos os fundos do PRR, que essa habitação será habitação para todos. E eu gostaria de dizer aqui outra vez que habitação social não é habitação para apenas pobres e quem tem baixos rendimentos, habitação social é também para a classe

média, é ajudar quem não pode ir ao banco, é ajudar quem não pode contrair empréstimos e é, obviamente, uma política que este Governo quer fazer.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Agora, eu acho que não é em dois anos, temos que ter tempo, até porque, além das metas todas do PRR, há um projeto, há uma coisa curiosíssima que as pessoas têm que saber, é que a estrutura de missão, por exemplo, no caso do PRR, exige que as Portarias de um Governo Regional Autónomo, de uma Região Autónoma, sejam validadas por uma estrutura de missão nacional, que é uma coisa que eu referi quando fui a esse encontro do PRR, aliás, publicamente, que eu acho que isso é um atentado à autonomia. E, depois, a gente ainda aceitava o atentado se resolvessem o problema, é que, por exemplo, têm que responder em cinco dias e num dos casos demoraram cinco meses.

E, portanto, há, de facto, uma falta de resposta, tanto que a estrutura já sofreu alterações. E espero que seja, desta vez, mais eficaz, mais objetiva e que nos dê resposta rapidamente aos problemas, para nós rapidamente podermos avançar.

Sr. Deputado José Pacheco, concursos desertos nesta Região é o que mais abunda. As empresas não concorrem. Os preços, já tivemos que fazer revisão de preços, por exemplo, aqui para o Faial, de uma obra três vezes. E, portanto, Sr. Deputado José Pacheco, é, sobretudo, pelo aumento dos preços que se sofreram nesta altura. E, portanto, sinceramente, eu não consigo fabricar empresas. E, portanto, já se consegue pôr à disposição deles obras para construir. Se eles não concorrem, também não posso fazer outra coisa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Vamos dar início à segunda pergunta do primeiro objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Independente):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, das suas intervenções, houve dois momentos em que eu, particularmente, não posso concordar consigo: um é quando diz que concorda que o Governo da República tenha, passo a expressão, anulado as metas das definições do PRR. Eu acho que é um mau princípio, porque, ao não termos metas, estamos a empurrar, tradicionalmente, com a barriguinha para a frente, um problema que tem que ser resolvido em tempo, ou seja, não é o facto de não termos as metas que o problema deixa de existir, quando muito estaremos a atrasar a frieza da falta de capacidade de resolver o problema atempadamente;

Outra coisa que não concordei consigo foi quando o senhor, mais ou menos em jeito de aparte, não deixou de fazer um comentário quanto a alguma irresponsabilidade por parte de algumas pessoas na Região. Eu quase que concordo consigo quando estivermos a falar de uma pequena franja, uma muito pequena franja da população. Não posso concordar consigo quando estamos a falar especialmente daquele público-alvo que estamos a falar neste momento, que é a classe média. Ou seja, só para lhe dar um exemplo, um casal em que cada um ganha 800 euros por mês, Sr. Vice-Presidente, leva para casa 1600 euros. Essas pessoas que ganham 1600 euros, Sr. Vice-Presidente, se tiverem que pagar 500 com encargos da habitação, nomeadamente a renda e os encargos de água, eletricidade e por aí a fora, se tiverem que pagar, por exemplo, aproximadamente 400 euros de prestação de dois carros, porque um trabalha para nascente e o outro trabalha para poente e têm que ter dois carros para poderem ir trabalhar, Sr. Vice-Presidente, já estamos somando aos 500 da habitação mais 400 da prestação, isso já dá 900 euros, Sr. Vice-Presidente. Se tiverem que juntar a isso pelo menos 100 euros para porem o filho em casa de uma ama porque não têm lugar nas creches,

já estamos a falar de 1000 euros, Sr. Vice-Presidente. Se estivermos a falar de mais 200 euros para combustível para irem trabalhar, Sr. Vice-Presidente, já estamos a falar de 1200 euros, Sr. Vice-Presidente. E desses 1200 euros cresce 400 euros para pôr a comida na mesa. Essas pessoas, Sr. Vice-Presidente, não têm sequer hipótese de terem comportamentos desviantes em termos de gasto de dinheiro, é mesmo só para a comida, Sr. Vice-Presidente. Nem se podem dar ao luxo de ficar doentes nem de o carro avariar.

Portanto, essas pessoas, Sr. Vice-Presidente, esses que parecem que são os novos ricos dessa terra, não são. Esses são os novos pobres da nossa terra, porque esses só ganham para comer e para fazer face aos seus compromissos. Percebe, Sr. Vice-Presidente? Entre os quais, desses compromissos, cada um tem, por exemplo, em termos de ISP, com as contas feitas a nível regional, os mais de 50 milhões de receitas de ISP, isso cabe a cada açoriano cerca de 200 euros de ISP, ou seja, numa casa de três pessoas, um casal e uma criança, têm 600 euros garantidos de encargos de ISP, gastem ou não gastem combustível, Sr. Vice-Presidente. E é disso que estamos a falar. Estamos a falar desses novos pobres, que parece que, afinal, à luz de alguns, são novos ricos.

Sr. Vice-Presidente, mas, feito este aparte, eu queria, em vez de andarmos aqui no passa-bolas ou no ping-pong das culpas, vamos falar de dados objetivos. O senhor, há pouco, falou de 277 novas construções ao abrigo do PRR. Falou também em 551 reconstruções ou reabilitações. Aliás, eu fiz-lhe essa pergunta há pouco relativamente ao arrendamento com opção de compra, se existem dados de quantas pessoas é que, ao longo desses dez anos compraram a habitação ao abrigo deste programa.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente.

Portanto, a minha pergunta, reiterando a pergunta, é: há dados sobre quantas famílias é que utilizaram a opção de compra para comprar os imóveis onde

residem?

Segunda pergunta e terceira pergunta, são aquelas que já fiz, que é: relativamente a essas habitações, às 277 para construção e às 551 para reabilitação, tem o senhor informação da distribuição disso desagregada por ilha? É importante essa informação, porque todos sabemos que a concentração de maior falta de habitação em que ilha é que se verifica.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, com o devido respeito, o senhor, enfim, não é aqui o garante... que agora aqui chegou, que há uma era antes de Carlos Furtado e uma era de Carlos Furtado. Não é!

Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Não, eu não tenho desses narcisismos!

O Orador: Tem, tem! O senhor, sub-repticiamente, vai fazendo aí as suas considerações. Mas eu conheço tão bem a sociedade açoriana como o senhor conhece. E se calhar já dei maior contributo para a sociedade açoriana, nomeadamente neste caso, que aquilo que o senhor já deu. E, portanto, Sr. Deputado, quando vimos, vimos devagarinho. O Sr. Deputado tem toda a legitimidade de fazer as perguntas que quiser. E, portanto, as coisas são como são. Agora, eu não tenho, nem o Governo tem, nem qualquer Governo tem responsabilidades no mercado. Ainda vivemos numa sociedade livre, onde há iniciativa privada, e bem. Não quero viver numa sociedade estatizada. Eu não quero. Se o Sr. Deputado quer, faça o favor. Eu não quero. E presumo que... é capaz de haver dois ou três que aqui queiram viver, mas, pronto, há de haver

sempre uma exceção que confirma a regra.

Mas, Sr. Deputado, eu já lhe repeti. A questão, diz V. Exa. que é empurrar com a barriga. Ó Sr. Deputado, o senhor sabe que o PRR exige que nessas moradias que vamos reabilitar temos que primeiro apresentar o plano de eficiência energética? O senhor sabe que temos que fazer para cada habitação? E o senhor acha que é possível em 550 reabilitações fazer isso num ano?! E o senhor acha que é possível construir 277?! Para comprar 24 bombas de calor para o Bairro de Nossa Senhora de Fátima levamos uma multa do PRR, Sr. Deputado. E sabe porquê? Porque a empresa só tinha 17 da marca X e 7 da marca Y, com exatamente as mesmas características. Um era Samsung, o outro Mitsubishi, pronto. Mas o PRR fez uma participação ao Tribunal de Contas, que não pode ser, tem que ser tudo da mesma marca, tudo igual, Sr. Deputado. E, portanto, não sou eu que faço as regras.

Não me esteja a dizer que não!

Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Ó senhor, eu sei dessa matéria!

O Orador: O senhor não me esteja a dizer que não, porque é exatamente o que eu lhe estou a dizer! Ah, vamos lá ver se a gente se entende! O que eu estou a dizer é exatamente o que acontece.

E reabilitar, as Câmaras vão ter essa dificuldade da eficiência energética exigida pelo PRR, que não devia ser exigível à nossa Região e que devia haver talvez uma simplificação atendendo a que nós não temos extremos de calor nem extremos de frio. Acho que devia haver. Isso compete-lhe a si também, Sr. Deputado, enquanto Deputado, fazer propostas nesse sentido.

E, portanto, temos aqui alguns problemas. A própria Ministra e o próprio Governo da República reconhecem que isto é um problema. Reconhecem que nós temos que... E devo-lhe dizer, posso estar muito errado, Sr. Deputado, mas o PRR não vai acabar em 2026, vão ter que fazer outro programa, vão ter que o readaptar, vão ter que o prolongar. E Portugal não é dos piores países no cumprimento das metas do PRR. Portugal não é dos piores países. Eles vão ter que arranjar qualquer

coisa, porque não é possível cumprir estas metas. Estávamos todos agora em incumprimento. Em 2023, toda a gente estaria em incumprimento. Era impossível cumprir aquelas metas.

E, portanto, Sr. Deputado, as casas... Olhe, mas também lhe digo uma coisa: há uma medida que este Governo já tomou, o senhor referiu aí, aliás, várias medidas que este Governo já tomou e que até é proposta dos Srs. Deputados e desta Casa, que permitem que as famílias açorianas hoje estejam mais robustas para enfrentar a inflação. E dou-lhe apenas dois exemplos: a descida de impostos, Sr. Deputado, fica mais dinheiro no bolso dessas famílias, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... a descida de impostos, Sr. Deputado; e dou-lhe também o exemplo das creches gratuitas para uma família dessas, que antes pagava creche e agora não paga, Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, fica mais robusta, fica com mais dinheiro no bolso para resistir ao aumento da prestação da casa, Sr. Deputado. Agora, as opções que cada família faz, se é nos carros, se é onde quer... eu não tenho a ver com isso, eu não tenho que mandar naquilo que cada família tem que fazer. As pessoas fazem as suas opções. Livremente e democraticamente o fazem.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: E o Governo faz aquilo que tem que fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para a réplica, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu, há pouco, quando fiz a minha advertência ao seu comportamento quando disse que havia alguma irresponsabilidade por parte de algumas pessoas na gestão do dinheiro, eu não estava a tentar imputar a si a responsabilidade dessa má gestão do dinheiro. Não, não estava.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Pronto, percebi mal.

O Orador: E o senhor se revir, depois, aquilo que eu disse, vai perceber que eu não estava a imputar essa responsabilidade, até porque não seria legítimo fazê-lo, não é?

Mas podemos falar de outras coisas, Sr. Vice-Presidente, podemos falar, por exemplo, que eu fiz três ou quatro perguntas objetivas, nomeadamente a habitação que é para construir e reabilitar, a desagregação por ilhas. O senhor não me respondeu a essa pergunta e ela é muito importante. Ela é mais importante do que o ping-pong das críticas que se falou aqui.

Portanto, agradeço que o senhor, se tiver essa informação, a disponibilize. Se não tiver, logo que a tenha, que a faça chegar à Câmara, porque ela, sim, é importante para os açorianos perceberem e, a partir daí, poderem ter, ou não, expectativas sobre a possibilidade de virem a dispor de um lar minimamente digno àquelas que são as suas necessidades.

Relativamente àquela questão que o senhor também falou, da questão do desagravamento dos impostos e do acesso às creches, pois, Sr. Vice-Presidente, eu acho que isso até é bonito e, na teoria, funciona. Na prática, os açorianos não

deram pela baixa dos impostos. Na maioria das vezes não deram, porque isso não se notou nas prateleiras dos supermercados. É que não se notou, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Não se notou?!

O Orador: E quanto às creches, como o senhor disse há pouco numa outra intervenção, o papel aceita tudo o que se puser, dizer que as pessoas têm direito à creche gratuita é bonito, se existe o lugar ou não, isso aí já é outro assunto. Mas, obviamente, o senhor também não pode ser responsável por tudo. E não é porque só estão há dois anos no exercício da governação. Aí desculpa-se.

Quanto à questão da eficiência energética, Sr. Vice-Presidente, o senhor desculpe-me a falta de humildade da minha parte relativamente a este assunto, mas a prova de que eu tenho consciência daquilo que se o senhor falou relativamente à eficiência energética dos edifícios na reabilitação é que eu, quando apresentei um Projeto de Resolução aqui há cerca de três ou quatro meses nesta Casa, que previa o aumento de tipologia e também a melhoria de eficiência energética nas moradias, tinha consciência dessa realidade. Portanto, essa realidade, graças a Deus, profissionalmente, eu conheço-a bem. Conheço que essa situação que o senhor disse das bombas de calor serem de marcas diferentes não é justificação, porque, desde que elas tenham o copo idêntico, é admissível essa situação. Portanto, isto não é justificação, quem lhe informou, há de ter-lhe informado mal, porque, efetivamente, desde que o equipamento seja compatível em termos de capacidade de produção de energia, nesse caso de água quente, o equipamento é perfeitamente compatível.

Portanto, a questão de que o senhor se queixa agora enquanto Governante, de que os edifícios mesmo em reabilitação têm que cumprir determinados requisitos de eficiência energética, pois, bem-vindos Srs. Governantes ao clube das pessoas que têm que promover a eficiência energética nos seus edifícios, podendo ou não, porque há muitos que vão buscar dinheiro à banca para construir, para reabilitar.

E a lei, que os senhores desta Casa e de outras Casas nunca se preocuparam se eles tinham que pôr caixilharias com corte térmico, se tinham que pôr bombas de calor ou painéis solares, se tinham que pôr isolamento térmico nas paredes, nas coberturas, nos pavimentos, nunca ninguém se preocupou com isso até lhes tocar.

Presidente: Agradeço termino, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente.

Agora que vos toca é que estão: ai Jesus, que é preciso cumprir. Não! O comum dos mortais que está a pagar casa, já há mais de dez anos, desde 2009, concretamente, que tem que cumprir esses requisitos energéticos. Portanto, os senhores são apenas mais uns que tiveram que se juntar ao clube.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder à réplica, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu vou-lhe fazer chegar os números por ilha, porque não tenho aqui, obviamente. Mas as ilhas com maior premência de falta de habitação são São Miguel e Terceira, isso toda a gente sabe, de habitação para a classe média, enfim, habitação mais cara. É onde é necessário mais. Portanto, isso não há nenhum problema.

Agora, ó Sr. Deputado, eu agradeço-lhe muito que comunique a sua opinião ao PRR, que diga que isto ser da marca A ou da marca B não conta nada. E se eles tiverem em conta a sua opinião, encantado, ficaria muito satisfeito, porque nós já justificamos isso junto do PRR e eles não aceitam. Agora, se o Sr. Deputado diz que é a mesma coisa, que não conta ser da marca A ou da marca B, pois, o Sr. Deputado é Deputado, faça chegar este seu desagrado à Estrutura de Missão Nacional do PRR ou até à Estrutura Regional, à Direção Regional dos Fundos Estruturais, ...

Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Assim farei!

O Orador: ... faça chegar a dizer que discorda plenamente disso. É uma ajuda que dá ao Governo. E nós precisamos nessa matéria de toda ajuda.

Agora, devo lhe dizer: nós também aumentamos o número de vagas em creches, Sr. Deputado. Ainda há lista de espera, mas nós também aumentamos o número de vagas em creche. E vamos aumentar muito mais em 2023. Embora não seja chamado para aqui, mas é só um aparte que lhe refiro. Vamos aumentar.

Não pagam creche as famílias açorianas, pagam menos impostos as famílias açorianas e podem, obviamente, fazer melhor face ao agravamento desta crise, infeliz crise que ninguém tem a culpa. Desta há dois senhores que têm culpa ou há um senhor que tem culpa, pronto, nomeadamente.

E, portanto, Sr. Deputado, peço-lhe, faça o favor de fazer chegar ao PRR, à Direção Regional dos Fundos Estruturais, à Estrutura de Missão, à Comissão Europeia, a quem o senhor entender a dizer.

Agora, as casas novas que a Região Autónoma faz, essas já cumprem a eficiência energética. O problema é no edificado que nós temos. Para as candidatar ao PRR, nós temos que cumprir a eficiência energética, porque senão não são financiadas. E foi feito no processo de habitação regional de há dez anos, eu até diria de há mais anos para cá, que cumprem as metas de eficiência energética. Há muito que existem, não para fundos comunitários, mas existem.

E eu continuo a dizer que para uma região sem extremos de temperatura eu não preciso de vidros de 8 mm, se calhar um vidro de 4 mm chega, pronto, acho que há exageros, mas também não sou técnico nem quero. É uma opinião muito pessoal. Eu acho que é um exagero e que onera substancialmente as casas, porque comprar umas janelas de 8 mm de espessura é diferente de comprar de 4 ou até 2, até já houve.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, é o que é.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio-dia e 5 minutos.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Vamos então dar continuidade à sessão de perguntas. Estava inscrita a Sra. Deputada Vera Pires, a quem dou a palavra. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Vera Pires *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Quanto aos investimentos do PRR destinados à habitação e apesar dos desejos, e são desejos, aqui expressos pelo Sr. Vice-Presidente, da reformulação superior de programas e de prazos, não podemos deixar de assinalar a nossa preocupação pelo facto de as execuções das verbas estarem atrasadas e condicionadas, como demonstra o último relatório periódico de monitorização do PRR Açores, do terceiro trimestre do ano passado, o que pode colocar em causa a utilização destes fundos. Aliás, esta é uma preocupação manifestada também pela Comissão de Acompanhamento do PRR, do Conselho Económico e Social dos Açores, num parecer em que é referido que, em 2023, no investimento do PRR destinado à habitação, e passo a citar, "pode estar em risco o cumprimento das metas do grupo A, ou seja, metas determinantes para a viabilização dos pedidos de pagamento por parte da Comissão Europeia".

O parecer do CESA fala também em atraso relativo ao cumprimento dos marcos

e metas referentes ao segundo trimestre de 2022 e os que já se encontravam como não cumpridos relativamente a 2021 e ao primeiro trimestre de 2022.

Sr. Vice-Presidente, perguntamos de que forma é que o Governo vai recuperar estes atrasos. Pode garantir que serão executados os 60 milhões de euros do PRR para habitação, ou a Região irá perder uma parte destas verbas?

Por outro lado, no portal "Mais Transparência", que permite o acompanhamento das transferências do PRR, vemos que já foram transferidos 11,3 milhões, do total de 60, destinados à habitação. E perguntamos, também, Sr. Vice-Presidente, para onde foram canalizados estes 11,3 milhões? E para onde serão canalizados os restantes?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra para responder o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Artur Lima):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vera Pires, obrigado pela sua questão.

Eu volto a explicar, julgo que a Sra. Deputada não percebeu o que eu disse da primeira vez, mas eu volto-lhe a explicar com muito gosto. Os 11 milhões são, como sabe, um adiantamento que é feito dos fundos comunitários à Região Autónoma dos Açores. Posso-lhe dizer que já esgotamos praticamente 6 milhões de euros. E lamento contrariá-la, mas a meta de 2021 foi cumprida: 24 novas habitações, 40 reabilitações. E, portanto, para 2023... Nós próprios reconhecemos que estávamos com um ano de atraso.

Quem deu essas informações ao CESA... O CESA não veio trazer novidade nenhuma, absolutamente nenhuma. Está publicado no relatório da Direção Regional dos Fundos Estruturais. Está publicado no relatório, Sr. Deputado. E, portanto, isto é tudo transparente. Não há aqui segredos. Se o Sr. Deputado me

deixar explicar... Se quiser, se não quiser, também, para mim é mais fácil.

Deputado António Lima *(BE):* Eu estava a responder a um aparte do Sr. Deputado Rui Martins.

O Orador: E, portanto, a meta de 2021, Sra. Deputada Vera Pires, foi totalmente cumprida. 23, efetivamente, está com atraso, mas, como sabe...

E, portanto, isso já era informação mandada por nós, assumida por nós, com transparência e que assumimos aqui.

Agora, eu gostaria de lhe dizer uma coisa, Sra. Deputada, eu gostaria de saber, eu gostaria, por exemplo, de fazer uma pergunta aqui à Câmara: ...

Deputado António Lima *(BE):* Quem faz as perguntas somos nós!

O Orador: ... quem é o privado que comece a fazer uma casa em janeiro de 2023 e a tenha pronta daqui a dois anos? Com os processos de licenciamento todos, os pareceres todos que precisa... Eu gostava de saber se alguém consegue fazer uma casa em dois anos na Região Autónoma dos Açores. Não consegue.

Deputada Ana Luís *(PS):* Consegue sim, senhor.

O Orador: Não consegue. E, portanto, quando vêm os licenciamentos todos... Isto é uma pergunta que tem que se fazer. E nós, Sra. Deputada...

(Aparte inaudível)

É melhor, talvez, não ir por aí, Sra. Deputada.

E, portanto, Sra. Deputada Vera Pires, vamos voltar à nossa conversa. Cumprimos 2021. Há um atraso relativamente a 23. Vamos recuperar.

Aliás, já lhe disse, Portugal até não é dos países que estão mais atrasados, nem a Região Autónoma dos Açores, na execução do PRR.

E os 60 milhões, Sra. Deputada, já se percebeu e a senhora já percebeu também, como eu, todos nós já percebemos que os 60 milhões são manifestamente insuficientes. E eu esperava... espero não, tenho a certeza que vou gastá-lo todo e

que me vai faltar dinheiro. O que eu espero é que na reestruturação do PRR haja uma diferenciação positiva para os Açores. E por isso também conto com a ajuda do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda nessa matéria, Sra. Deputada.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor executou 10% e acha que é muito?!

O Orador: É preciso reestruturar os fundos comunitários, nomeadamente o PRR, que é possível alterar agora.

E digo-lhe que estou convencido, como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro disse numa entrevista que deu a "Visão", ele é bastante claro nessa matéria, em que ele próprio e o Governo da República se vão empenhar junto da Comissão Europeia para... Aliás, até já foi alterada para final de 2026 a execução do PRR. E ele próprio disse que não há metas intermédias, há a conclusão do PRR. E este é 2026. E, portanto, nós contamos ter o nosso PRR executado no primeiro semestre de 2026, Sra. Deputada. É isso que lhe vou dizer.

Agora, os constrangimentos que vão haver, de um atraso, de não aparecer empreiteiro para a conclusão da obra, não será, naturalmente, imputado ao Governo nem a ninguém, será imputado ao mercado. E isso nós não podemos fazer nada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu peço a palavra para participar nesta sessão de perguntas para,

nesta fase, fazer um esclarecimento e colocar duas questões.

O esclarecimento tem a ver com várias referências que foram feitas por oradores que me antecederam. O que é que foi feito, então, nos Governos do Partido Socialista em matéria de habitação? Bom, eu gostava de relembrar à Câmara que, para falarmos apenas no período entre 2013 e 2020, foram investidos cerca de 120 milhões de euros no setor da habitação, que beneficiaram cerca de nove mil açorianos.

E falo no período entre 2013 e 2020, mas não posso, em bom rigor, deixar de referir que o trabalho meritório e extremamente positivo que, mesmo em anteriores Governos do Partido Socialista, foi feito no domínio da habitação, do qual destacaria esta tarefa hercúlea que foi o processo de reconstrução do sismo de 98, que tem um juízo, muito, muito, muito positivo, mesmo que existam aspetos que interesse aperfeiçoar ou que interesse corrigir.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas, é sempre a velha história, depois da guerra, não faltam generais.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Principalmente as guerras perdidas!

O Orador: E, neste caso em concreto, também neste caso em concreto, o que eu gostaria de dizer é que o Partido Socialista tem muito orgulho, muito orgulho no trabalho que, ao longo do período em que foi Governo nesta Região, desenvolveu e concretizou com efeitos práticos para a melhoria do direito à habitação de milhares, milhares de açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E tudo isto foi feito não isento de dificuldades. E, portanto, as justificações que o Sr. Vice-Presidente nos apresenta aqui, certamente que algumas são diferentes, na altura, não houve a guerra na Ucrânia, mas, olhe, houve, por exemplo, o corte significativo, logo em 2002, de um montante que era destinado pelo Governo da

República a ajudar a reconstrução das ilhas do Pico, do Faial e de São Jorge...

Deputada Ana Luís *(PS):* Nunca chegou!

O Orador: ... e que, pura e simplesmente, foi cortado.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Onde isso já vai!

O Orador: E isso foi também uma dificuldade que os Governos do Partido Socialista souberam vencer, souberam ultrapassar e souberam transformar em vitórias, para conseguir o direito à habitação para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E mais, destes cerca de 120 milhões de euros, nem um cêntimo, e cá está mais uma dificuldade que este Governo não tem, mas os Governos do PS tiveram, nem um cêntimo veio de fundos comunitários, ao contrário daquilo que acontece agora.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino. Duas questões. O Sr. Vice-Presidente elencou um conjunto de dificuldades que existem nesta matéria, algumas delas não têm a ver com o Governo Regional. É importante também dizê-lo e reconhecê-lo. Mas há outras, naquilo que tem a ver com a articulação e com a celeridade de processos de licenciamento que envolvem, inclusive, entidades do Governo Regional ou dependentes do Governo Regional ou em articulação com as Câmaras Municipais, em que o Governo pode fazer alguma coisa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Está a fazer!

O Orador: E a pergunta concreta, que julgo que interessa a quem está lá fora, é: o que é que o Governo está a fazer para ultrapassar essas dificuldades com que está confrontado, naquilo que depende dele?

Segunda a questão. O Sr. Vice-Presidente queixou-se de que apenas tinha 60 milhões de euros para a habitação. O PRR tem um reforço de 80 milhões de euros. Pergunta: esses 80 milhões de euros vão reforçar a habitação? Ou, não sendo na totalidade para reforçar o montante da habitação, quanto desses 80 milhões de euros é que são destinados ao reforço dos 60 milhões de euros da habitação?
Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Muito obrigado.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado Vasco Cordeiro, fez aqui uma longa intervenção para fazer duas perguntas.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Longa? Três minutos como toda a gente!

O Orador: O Governo, este Governo Regional gastou tempo e energias a resolver os problemas herdados de V. Exas., repito, ...

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor não tem mais nada para dizer? É só isso que o senhor tem?

O Orador: ... de Santa Maria, da Terceira e de São Miguel, do património degradado que os senhores deixaram e nunca resolveram, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Esta é que é a verdade nua e crua!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Trás-os-Mosteiros, como já aqui disse.

E, Sr. Deputado, eu não vou falar sobre a reconstrução da Horta. Era o que faltava não terem feito. E não vou estabelecer parâmetros de comparação. Agora, critico o trabalho da SPRHI nessa transferência de património para a Região, que não fez o que devia ter feito, que não registou as habitações, com todas as consequências para as famílias que têm que gastar dinheiro, Sr. Deputado. E isso é um erro grave!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Eu não estou a criticar a questão das casas. Era o que faltava não terem feito, Sr. Deputado. E foram na questão de um sismo, Sr. Deputado.

Agora, o senhor investiu 120 milhões em habitação em nove anos ou dez anos...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sete anos!

O Orador: Desde os seus Governos, desde 2012...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* 13!

O Orador: 13, pronto, então nós é 21 porque 20 também não conta. E, portanto, nós é um ano, portanto, estamos há um ano no Governo. E num ano no Governo, Sr. Deputado, nós já investimos, até dezembro de 2022, 30 milhões de euros, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Este Governo já investiu 30 milhões de euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Onde?

O Orador: Na habitação. E, portanto, não vamos cá...

Agora, eu vou lembrar aqui, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que já disse aqui no Plano e Orçamento, que os senhores construíram, em média, uma casa por ilha entre 2012 e 2020. E eu já lhe disse aqui, já as referi todas, dei-lhe o exemplo pelas ilhas, entre 2012 e 2020, Sr. Deputado.

Quanto à reprogramação do PRR, Sr. Deputado, mesmo os 60 milhões de euros que os senhores destinaram à habitação, a pergunta que eu faço é: porque é que

foi só 60 milhões de euros?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor tem 80 milhões para reforçar!

O Orador: Porque na Madeira foi 136 milhões para uma ilha, Sr. Deputado.

Já que o senhor foi buscar o Governo de Passos Coelho, ...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não foi de Passos Coelho, foi o seu Governo!

O Orador: ... de 2000 e não sei quantos, portanto, o senhor tem é que explicar aos açorianos, Sr. Deputado Vasco, porque é que só colocou 60 milhões de euros na habitação, Sr. Deputado! E a Madeira 136 milhões. Isso é o que os senhores tinham que explicar aos açorianos e não conseguem explicar.

Devido ao património que receberam... Sr. Deputado Vasco Cordeiro, os senhores receberam na ilha Terceira, resultante da Base das Lajes, fizeram um PREIT, que eu na altura disse que era um embuste, como bem se lembra, deixaram destruir património que estava em condições de habitabilidade, os senhores deixaram-no abandono, que este Governo agora está a recuperar, desde janelas, casas de banho, sobrados, tudo.

E o senhor devia, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ter a mão na consciência de ter deixado degradar todo aquele património.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Que tivemos que contratar segurança quando lá chegamos para não levarem o resto, o pouco que restava no Bairro Beira-Mar. Foi todo vandalizado.

Mais, nem sequer estamos a tratar agora, Sr. Deputado, de passar para o nome da Região Autónoma, registar em nome da Região Autónoma o Bairro Beira-Mar e algumas das casas do Bairro Pôr do Sol, Sr. Deputado. Portanto, é muito trabalho administrativo que temos que fazer, é muito trabalho.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E os 80 milhões?

O Orador: E quanto ao papel do Governo, com os seus parceiros, dou-lhe o exemplo de Santa Maria, Sr. Deputado. Eu próprio promovi uma reunião de trabalho com a Câmara Municipal de Vila do Porto, com a Direção Regional da Habitação, ...

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Em dois anos o senhor fez uma reunião!

O Orador: ... para se ultrapassar uma questão, aprovada pelo anterior Governo e neste Parlamento, de classificar como interesse histórico aquele bairro. O que acontecia é que, às condições atuais, levando aquilo à letra, era impossível recuperar aquele bairro. E, portanto, chegamos a acordo com a Câmara Municipal...

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Qual bairro?

O Orador: Os bairros, senhor. Os bairros.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não é um bairro, são vários bairros!

O Orador: Todos eles. Os bairros.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Todos eles o quê? Isso não é verdade o que o senhor está a dizer!

O Orador: E, portanto, chegamos a acordo. Não tem nenhum problema, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Como, neste momento, daquilo que é da parte do Governo...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Agora, não posso obrigar os Srs. Presidentes de Câmara a emitirem os pareceres com celeridade. Eu peço-lhes. Pedi a Vila Franca, ao Presidente de Vila Franca, já aqui o disse, e ele resolveu com celeridade, em articulação com a Direção Regional da Habitação, o parecer da Câmara. E, portanto, temos feito o que é possível. Agora, a herança é pesada, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, muito pesada.

Deputado Berto Messias *(PS):* São 60 milhões para investir, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Muito pesada, muito pesada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Sr. Deputado Vasco... Berto Messias, qualquer dia é Vasco Messias, tal o papel a que o senhor se presta em alguns casos, qualquer dia... Aqui o Sr. Secretário Duarte Freitas costuma referir outro nome.

Mas, sobretudo, o senhor fez parte de uma Câmara, tem grandes responsabilidades naquela questão de Nossa Senhora de Fátima, grandes responsabilidades. E o senhor é responsável também por isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Eu fiz várias perguntas e o senhor não respondeu a uma! Se o problema é os 60 milhões, o que vão fazer com os 80?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Vamos comprar o "Cachalote" outra vez!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos fazendo um debate sobre a habitação nos Açores. A habitação é necessária. A habitação de qualidade é um imperativo. Aliás, neste debate já se discutiu o direito constitucional à habitação.

E nos Açores está identificado, nos resultados dos últimos censos, que existe uma perda de população nas mais diversas ilhas. Essa perda de população não se iniciou agora, é uma perda de população que tem ocorrido nos últimos anos.

E não podemos ter discursos ou não podemos desejar fixar população nos Açores se não houver capacidade de providenciar quatro pilares básicos de uma sociedade

moderna e desenvolvida, são eles a educação, a saúde, o emprego e a habitação.
O debate de hoje é sobre a habitação. E relativamente a essa matéria, o Partido Socialista deve muitas explicações. E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro teve, antes de mim, a oportunidade de prestar esses esclarecimentos, mas optou por fugir ao cerne da questão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias *(PS):* Quem não respondeu foi o Sr. Vice-Presidente! Onde param os 80 milhões? Vai reforçar, ou não vai reforçar?
O Orador: Ora, este debate sobre a habitação poder-nos-ia levar a um debate mais consequente, a um debate mais profícuo e esclarecedor para os nossos concidadãos, porque o problema da habitação não é um problema de agora, é um problema que se arrasta, não só nos Açores, mas também em todo o país, desde há várias décadas.
E, portanto, estamos aqui num paradigma em que, chegados à segunda década do segundo milénio, 2020, a classe média tem dificuldade, está confrontada com uma grande dificuldade em aceder a uma habitação condigna, em aceder a uma habitação com custos suportáveis aos seus rendimentos.
Apesar dos esforços que o Governo e esta coligação já tem implementado desde o início desta legislatura, nomeadamente na baixa de impostos, o certo é que as circunstâncias internacionais que afetam a economia do nosso país condicionam, neste momento, de uma forma muito gravosa, toda a nossa sociedade e, consequentemente, a classe média que trabalha, que se esforça diariamente e que chega ao fim do mês com dificuldades em equilibrar o seu orçamento.
Deputada Ana Luís *(PS):* Por isso mesmo é que o Governo tem de agir!
O Orador: E, Sr. Vice-Presidente, no passado dia 08 de junho, V. Exa.,

relativamente à reconversão urbanística do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, referiu que procedeu a uma atualização dos projetos de reconversão daquele bairro, ...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É obrigatório por lei!

O Orador: ... que estão previstas operações de loteamento da segunda e terceira fase, com projetos de arquitetura para 39 habitações, que vão fazer o alvará de loteamento da segunda fase, que tiveram que concretizar um conjunto de procedimentos que estavam pendentes e que não tinham sido realizados no passado, apesar de ter havido um contrato ARAAL...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... desde 2009 para a concessão...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* O senhor estava na Câmara!

Deputado Berto Messias *(PS):* Estava na Câmara que fez o projeto!

O Orador: ... daquelas habitações aos habitantes daquele bairro e, por fim, regularizar infraestruturas e 67 habitações já construídas. E é aqui que, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, V. Exa. falhou, eram estas as explicações que tinha dado. Porque é que em 2023 é preciso atualizar projetos? Porque é que em 2023 as operações de loteamento de fases que já estão construídas e já têm habitantes nas suas casas, não estão feitas? Porque é que os projetos de arquitetura das casas que estão construídas, com habitantes dentro, não estão feitos? Porque é que o alvará de loteamento não está feito? Como é possível habitar casas, como é possível ter licenças de habitabilidade sem o alvará de loteamento? Mas o que é isto?

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Tem toda a razão, mas o que é isto?

O Orador: Concretizar pendentes desde 2009!

Sr. Vice-Presidente, é verdade que este bairro está assim tão ilegal?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para responder.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Somos, de facto, uns queridos, Sra. Deputada Andreia Cardoso. Queridos. É que os apartes também são audíveis, não é?

E, portanto, eu vou-lhe dizer o que é herdamos de Nossa Senhora de Fátima...

Fui eu que ouvi, não foi mais ninguém: ai que querido! Ali para o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Também há outras coisas que ficaram registadas e muito mais giras!

O Orador: E mais que vão ficar! E mais que vão ficar, Sra. Deputada! Talvez a gente ainda tenha tempo de chegar lá.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Oxalá, anseio por esse momento!

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor gosta muito de ameaçar!

O Orador: Relativamente... é totalmente ilegal, Sr. Deputado. Não é um pouco, é totalmente ilegal. E talvez a Sra. Deputada Andreia Cardoso, numa intervenção que possa fazer a seguir, possa explicar, e talvez a SPRHI, porque é que não fez isso. E tudo quanto passou para a Região, a SPRHI não fez. Passou para a Região, a Região não fez. E, portanto, o processo é de uma ilegalidade absoluta.

E o que é que estamos a fazer, Sr. Deputado? O senhor já descreveu aí tudo isso. Teve alguns constrangimentos, mas isso... O que é que nós estamos a fazer? Já alcançamos um acordo com o projetista, Sr. Deputado, sobre os direitos de autor, para a conclusão dos procedimentos administrativos, que são muito importantes,

e da elaboração dos projetos. E, portanto, o que vamos fazer é exatamente legalizar aquelas habitações devidamente, Sr. Deputado Pedro Pinto.

E, portanto, a operação de loteamento, que deveria integrar todo este processo, nunca chegou a ser elaborada e aprovada, de modo a permitir o registo dos lotes, existindo inclusivamente um contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Praia da Vitória que obrigava o mesmo município a obter esta elaboração e aprovação, mas que nunca chegou a concretizar-se. Mas o Sr. Deputado Berto Messias saberá explicar isso melhor do que eu. E, portanto, herdamos as 39 habitações que foram construídas pela SPRHI. E ainda não se encontram registadas pelas razões que foram aqui aduzidas.

Mas vamos ao futuro, o Bairro de Nossa Senhora de Fátima encontra-se em fase de licenciamento, inclusivamente na elaboração do projeto de alvará do loteamento de todo o bairro, processo que deveria ter sido efetuado pela SPRHI e não foi, que depois passou para a Região.

Isso é uma boa notícia para os moradores, já decorreu o período necessário à discussão pública. E podemos informar quem nos está a ouvir, os moradores, que o alvará está pronto para ser emitido e que vamos lá construir mais 36 habitações, Sr. Deputado Pedro Pinto, ou seja, além de regularizar toda a herança pesada que nos foi deixada, Sra. Deputada Andreia Cardoso, que a senhora sabe muito bem porque teve envolvimento direto nisto enquanto Secretária Regional.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Com muito gosto. O senhor tem é muitas casas construídas!

O Orador: O que nós temos é este tesourinho deprimente que herdamos, que estamos a resolver.

Há quem considere meros procedimentos administrativos, ...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E são!

O Orador: ... para as famílias que têm que registar as casas, que têm que as vender.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* As famílias querem um teto para viver!

O Orador: Os meros procedimentos administrativos, deu o que deu no Bairro de Santa Rita, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Pelo amor de Deus, o que é que uma coisa tem a ver com a outra?

O Orador: E deu o que deu no Bairro de Santa Rita, com tudo o que teve para se resolver ali. Porque, depois, aconteceu que foram 4 milhões de euros. Os procedimentos administrativos que os senhores não fizeram no Bairro de Santa Rita, e a Câmara Municipal, deu o que deu, são procedimentos administrativos que vão custar ao erário público 4 milhões de euros. Procedimentos administrativos, 4 milhões de euros.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso não é honesto! O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

O Orador: Diga?...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é honesta essa abordagem!

O Orador: Não, não. É honesta! É rigorosa! O que tem a ver é que os processos administrativos custam dinheiro. E eu estou a dar o exemplo de um processo administrativo.

E eu, no fim disto tudo, Sra. Deputada Andreia Cardoso, irei dizer quanto é que custaram os processos administrativos para regularizar o que a SPRHI não fez, para regularizar o que o Governo não fez. Nós temos que pagar por isto tudo. E as pessoas depois querem vender as suas casas ou querem passar as suas casas, legitimamente, porque as adquiriram, não as podem vender porque não têm o chão no seu nome. E, portanto, a questão é essa. E as pessoas têm que ter isso em seu nome.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Pronto, eu termino por manifesta... Pronto, não tenho mais nada a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à habitação, parece-me óbvio o que me faz tomar a palavra, naturalmente, é o empreendimento da Canada da Galega e os Foros do Sol Mar, em Vila Franca do Campo, mas não posso começar esta intervenção sem dar os parabéns ao Governo Regional, na pessoa do seu Vice-Presidente e do Diretor Regional da Habitação, porque não tenho memória de, nos Açores, alguma vez, processos relacionados com a habitação terem andado tão depressa e terem sido tão diligentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias *(PS):* Os senhores foram muito rápidos a mandar cartas a dizer que o apoio que estava concedido deixou de estar concedido!

A Oradora: Eu percebo essa sua assunção de culpa, Sr. Deputado Berto Messias, e de remorso, eu percebo.

Mas também não posso deixar de me referir à intervenção que fez aqui o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que mais não é do que continuar a achar, para o Partido Socialista... Estava eu a dizer que, para o Partido Socialista, manifestado aqui,

hoje, com a declaração do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o acesso à habitação continua a ser um benefício e não um direito de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E o maior problema ainda é outro, é porque normalmente beneficiavam, nos Governos do Partido Socialista, quem não devia, e quem realmente tinha direito a uma habitação condigna nem conseguia chegar aos processos. Este é que é o grande problema.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas, Sr. Vice-Presidente, como lhe disse, levanto-me para falarmos dos Foros do Sol Mar. Gostava, naturalmente, de lhe perguntar em que estado encontrou aquele processo.

E sobre isto tenho que lhe fazer também, porque eu nunca fui governante, uma questão de pormenor: se para o anterior Governo do Partido Socialista não era importante um visto do Tribunal de Contas sequer, para andar com este processo, se não é importante, obviamente, para dar continuidade aos processos, que pelo menos o Tribunal de Contas faça o seu visto, para que o processo esteja todo regularizado.

Mas, que mais não seja, em 21 de janeiro de 2022, o Governo Regional fez a aquisição do empreendimento, a 10 de maio de 2022, o concurso e, ainda na semana passada, Sr. Vice-Presidente, com uma visita muito honrosa a Vila Franca

do Campo, anunciou que nas próximas semanas será então adjudicado o concurso. Gostava de saber este ponto de situação e a importância que tem neste processo, porque não sei, Sr. Vice-Presidente, os vistos do Tribunal de Contas, porque a anterior Secretária da Solidariedade Social, em junho de 2020, dirigiu-se a Vila Franca do Campo e disse, a dois meses das eleições, que as obras naquele empreendimento começariam em agosto.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O quê? Pelo amor de Deus, senhora!

A Oradora: Pergunto se não era preciso sequer um visto do Tribunal de Contas para aquele processo andar.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Está aqui. Se quiserem, faço distribuir a empreitada para conclusão do empreendimento Foros do Sol Mar. Inicia-se em agosto, anuncia Andreia Cardoso, 06 de julho de 2020.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E, depois, perguntar-lhe, Sr. Vice-Presidente, sobre o empreendimento da Galega, que nós sabemos perfeitamente em Vila Franca do Campo e quem conhece sabe, o alvará para aquela obra já remonta a 2010, portanto, como se as coisas também não prescrevessem – aliás, até o Partido Socialista conseguiu prescrever depois de 24 anos nesta Região –, como se os processos não prescrevessem, o alvará remonta a 2010.

E, a dois meses das eleições, em 2017, para nosso espanto, autárquicas, o que é que vemos? Vemos ser inaugurado um parque de estacionamento em cima do terreno que era para construir as habitações na Canada da Galega.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Confesso que eu e muitos vilafranquenses ficamos confusos, não sabíamos sequer se era possível fazer habitações em cima de parques de estacionamento já asfaltados, mas gostava, por favor, que nos explicasse como estão estes dois processos, como o Governo os encontrou e que fim temporal eles terão.
Muito obrigada.
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Tem a palavra, para responder, o Sr. Vice-Presidente do Governo.
(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sra. Deputada Sabrina Furtado, bom, o Foros do Sol Mar até merece aquela inusitada nota, curiosa nota do Partido Socialista de São Miguel, que agora não tem nome, mandam notas para a comunicação social, mas é o PS de São Miguel. Era bom que assinassem, para a gente saber com quem é que está o nosso interlocutor. Sendo o PS, pronto... Nós, quando assinamos, mandamos quem é o responsável. Agora vamos passar a mandar: O Governo dos Açores. Pronto, e fica assim mesmo.
Mas, Sra. Deputada, na altura, em 2020, não havia nada, rigorosamente nada para os Foros do Sol Mar. Não havia nada, rigorosamente nada. Havia um contrato de *leasing* com uma entidade bancária, ...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não havia nada e, afinal, havia um contrato de *leasing*!

O Orador: ... aquilo não era da Região Autónoma, não se poderia construir ali. E o que era, era talvez outro "Cachalote" que a gente podia chegar, ou meio "Cachalote". Vou explicar um contrato de *leasing* com vista à aquisição e conclusão do empreendimento: a Região celebrou um contrato de locação financeira com uma entidade bancária no montante de 2 milhões de euros.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Para aquisição e construção.

O Orador: 2 milhões de euros. Nós adquirimos ao banco por 1 milhão de euros. Só aqui já se está a ver a poupança que nós fizemos naquele empreendimento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

2 milhões de euros, portanto, em 18 rendas. E era obra em casa alheia, não era da Região, era do banco.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O banco é que ia fazer a obra! Entregava as casas prontas à Região!

O Orador: Ó Sra. Deputada, o banco é que ia fazer a obra?!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Com certeza!

O Orador: Ah, isso é uma novidade! O banco é que ia fazer a obra! Grande novidade, realmente! Porque o Partido Socialista não queria fazer a obra, era o banco que ia fazer a obra! Essa é que é a novidade, Sra. Deputada Andreia Cardoso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Era o banco que ia fazer a obra! Esclareceu os açorianos em casa. Era o banco! Ia pagar 1 milhão de euros de juros nestes anos. Adquiriu em 111 prestações. Isto é que era, sim, senhora! Isto é que é a política de habitação! Resumindo, não precisa mais, o banco faz!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Exatamente!

O Orador: E, portanto, não existia, Sra. Deputada, nenhum... Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Sabrina Furado, não existia, repito e sublinho, nenhum procedimento em curso para a conclusão do edifício e, por inerência, das moradias, apesar dos anúncios feitos, como a Sra. Deputada bem referiu, em 2020. E, portanto, por Resolução do Conselho do Governo, adquirimos ao banco por 1061552,88 euros, metade dos 2 milhões previstos na compra. Sra. Deputada, é a verdade, é factual, é documental.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ainda iam gastar o dobro!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é horrível!

O Orador: Horrível, Sra. Deputada?! Horrível é o que os senhores iam fazer!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não, não! Não é não!

O Orador: Isso é que era horrível, delapidar o património público! Horrível era isso, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Tenho que lhe dizer isso com toda a franqueza, isso é que seria degradar o património público, Sra. Deputada! Isso era horrível! Isso era horrível, Sra. Deputada! Ó Sra. Deputada, manipulação de informação...

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Alguém o informou mal!

O Orador: Não, senhora! Essa informação está documentada! Há uma escritura pública! Há uma escritura pública com os documentos do banco, da entidade

bancária, das prestações, tudo, o processo todo! A senhora está a dizer-me que isto é falso?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que o *leasing* impede?

O Orador: Eu estou-lhe a fazer uma pergunta.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que o *leasing* impede? Diga lá!

O Orador: E, portanto, ó Sr. Deputado, o senhor, presumo, é economista...

Deputado Carlos Silva *(PS):* Eu não sou economista!

O Orador: Não? Mas é licenciado em gestão de empresas ou economia? O senhor quando compra um carro em *leasing*, o carro é seu?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que o *leasing* impede?

O Orador: O senhor quando compra um carro em *leasing*, o carro é seu? É só a pergunta que tenho que lhe fazer, Sr. Deputado. De resto... Eu ia dizer, não vou fazer perguntas difíceis.

E, portanto, Sra. Deputada Sabrina Furtado, com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca, que colaborou connosco, apenas nos falta, que já articulamos devidamente com a Proteção Civil, esse parecer para fazer a revisão do projeto e fazer o lançamento do concurso até ao final desse ano, o lançamento do concurso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E, portanto, é mais uma boa novidade para os vilafranquenses e para os açorianos em geral.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Quanto ao loteamento da Galega, que mereceu, aliás, uma honrosa visita do Sr. Presidente do Partido Socialista, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, mas vou só dizer isso, dê-me alguma latitude, se faz favor. Muito obrigado.

Prédio com alvará de loteamento. A informação que tenho nos meus arquivos,

Sra. Deputada, é de 2008, 17 de julho de 2008. E nós alteramos exatamente um alvará de loteamento porque fizeram um parque de estacionamento no loteamento e tivemos que alterar para fazer um loteamento novo. Tivemos que fazer um aditamento ao alvará para adaptar as infraestruturas às especificações do terreno.
E, portanto, o que é que se segue? Num loteamento que serviu de exemplo de uma visita que estava atrasada, estava com alvará desde 2008, 12 anos.
Já houve uma altura aqui, quando eu era Deputado, que dizia que qualquer obra do Partido Socialista tinha um fator 10. Parece que isto inflacionou, agora com inflação é fator 12. E, portanto, temos fator 12 agora.
E portanto, o que eu explico, Sra. Deputada, é que estamos a aguardar a emissão de pareceres, a revisão do projeto e o lançamento do concurso da empreitada no próximo ano.
E, portanto, já agora que estou aqui a ler... Já termino Sr. Presidente, que já mandou terminar, já dei as informações à Sra. Deputada.
Muito obrigado.
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.
Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta segunda pergunta do primeiro objeto. Não havendo, avançamos para a terceira pergunta do primeiro objeto. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.
(*) Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, no âmbito das perguntas que já foram feitas, eu dispenso fazer a pergunta que se seguia, no âmbito do primeiro objeto. Portanto, podemos passar

ao segundo objeto.

Presidente: Peço desculpa, quer avançar para o segundo objeto?

O Orador: Sim, senhor.

Presidente: É isso?

O Orador: Sim, senhor.

Presidente: Faz favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, já muito se falou aqui de habitação social, daquela habitação social que prevê a possibilidade de disponibilização das moradias de forma de arrendamento permanente, mas também aquelas em que se prevê a possibilidade de arrendamento com opção de compra.

E a pergunta que lhe fazia é: no seguimento dos 60 milhões que estão previstos para a habitação, quais são os rácios que estão programados entre disponibilização de verba para apoio às famílias na aquisição de moradia e na reabilitação de moradia das próprias famílias? E qual o valor que está alocado para reabilitação e compra de habitação tutelada pela Região Autónoma dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu presumo que já lhe respondi a essa questão, a do número das novas construções que vamos fazer, do número das reabilitações. Como sabe, o PRR está em revisão. E, obviamente, nós vamos alocar as devidas verbas a cada uma das construções. Eu não lhe posso, neste momento, dizer... Estamos a rever quase todos os projetos. Eu não lhe posso adiantar um valor hoje, porque amanhã não é verdade. E, portanto, nós vamos fazer a distribuição das

verbas. E é só para o público. Nós não temos nada a ver com o privado, não é? É só para o público e no âmbito do PRR para construções e reabilitações das habitações.

Agora, eu não lhe sei dizer ao pormenor quanto é que temos para São Miguel, para a Terceira, para o conjunto de habitações, porque são manifestamente...

Quando o concurso estiver lançado, o projeto estiver feito, estiver tudo feito, tudo orçamentado, é que eu lhe posso dizer quanto é que custa cada um, porque a coisa é de geometria variável, como percebe, e podemos colocar mais num lado, colocar mais no outro e, portanto, temos que ir adaptando às situações.

Eu não sei quando é que vão custar as 36 habitações do Bairro de Nossa Senhora de Fátima. Eu não sei quanto é que vai custar, mas vou saber... E só vou saber quando lançar o concurso público para isso. E aí tenho que ter os valores, tenho que ter o projeto, tenho que ter tudo feito. E nessa altura já sei o que é que vou atribuir a cada um. Agora, vamos fazendo um por um. E, obviamente, não tenho esses valores para lhe dar.

Mas, como lhe digo, como fiquei de lhe dar os outros valores, também, quando tiver, não custa nada fornecer. Aliás, eles são publicados, depois são remetidos à Direção Regional dos Fundos Estruturais e ao CESA. E, portanto, também não me custa nada enviar ao Sr. Deputado, aliás, com muito gosto, e fornecer até à Câmara se for necessário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Sr. Presidente, réplica.

Presidente: Há réplica. Sim, senhor. Tem razão. Faz favor.

(*) Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, então, por aquilo que percebi da sua informação, o que é certo é que dos fundos provenientes do PRR destinados à habitação não há qualquer valor para a reabilitação ou para o apoio à reabilitação de moradias de famílias que tenham casa própria. Ou seja, dos 60 milhões, não há nada para as famílias que estão a pagar a sua casa e que, por essa razão, não têm condições para reabilitar e ampliar a sua moradia. É isso, Sr. Vice-Presidente?

E se é isso, Sr. Vice-Presidente, ainda não vai a tempo de nessa nova redistribuição que possa resultar, passo a redundância, da distribuição dos 60 milhões do PRR, não haverá, por parte desse Governo, a consciência de alocar parte dessa verba para ajudar as famílias que tentam autonomizar o seu direito à habitação, Sr. Presidente? É que se é isto, Sr. Vice-Presidente, eu saio daqui ainda mais desanimado do que antes de começar este debate. Se é isto, ainda bem que se começou este debate, para que se denuncie essa situação porque isto é grave. É grave que se esteja a utilizar 60 milhões de dinheiros da União Europeia para, no fim, ajudar sempre os mesmos e não ter uma mensagem de esperança àqueles que tentam autonomizar o direito à habitação, como aqui referi.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, existe o programa "Casa Renovada, Casa Habitada", que nem sequer é deste Governo, já vem do anterior Governo, e que os apoios estão todos publicados. E, portanto, estão os apoios todos publicados. Eu estava aqui à procura a ver se tinha um quadro que me identificasse isso, mas, sinceramente, Sr. Deputado, isto são verbas do Orçamento Regional e que estão lá todas publicadas. E o senhor, se não vai ao Orçamento Regional, pois, o problema não é meu, naturalmente será seu. Eu estava aqui à procura de ver se

tinha aqui um quadro para ver isto, mas devo ter deixado lá dentro, já não o tenho aqui, para lhe poder dar mais alguma informação sobre essa matéria. E não tenho aqui o quadro que tinha da "Casa Renovada, Casa Habitada", devo ter deixado... E, portanto, não consigo responder a isso, porque...

Agora, o Sr. Deputado está a confundir uma coisa e não pode confundir: uma coisa é habitação propriedade da Região Autónoma dos Açores, e aqui não há de primeira nem de segunda, Sr. Deputado. Os privados são apoiados, fazem pedidos para apoio à sua habitação, para renovar a sua habitação, fazer reparações, no âmbito do ORA, ponto. A questão do PRR e de reabilitação das casas da Região é outra.

E a Região precisa, sobretudo... Sr. Deputado, não vamos aqui à demagogia barata, que uns são coitadinhos e os outros não são e que estamos sempre a ajudar os mesmos! Eu não sei o que é essa questão de ajudar os mesmos, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor é que vai dizer aqui quem são os mesmos! Os mesmos são quem precisa de uma casa? Os mesmos são quem vive em condições de habitação degradada, propriedade da Região Autónoma dos Açores e que quem tem que as reabilitar é o dono da casa? São os mesmos?

Deputado Carlos Furtado *(Independente):* Há quem tenha habitação própria degradada, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Os mesmos, Sr. Deputado, são preconceitos que eu não tenho e que o senhor tem! Eu não tenho nenhum preconceito, Sr. Deputado, nem este Governo tem! Este Governo é um Governo inclusivo, trata toda a gente! Tem o ORA, as pessoas candidatam-se, vem um programa já há anos, que é "Casa Renovada, Casa Habitada", para ser entregue, Sr. Deputado. E quando eu estiver à tarde,

digo-lhe quantos processos foram feitos e quanto foi gasto nessa matéria. É Orçamento Regional! E o senhor confunde Orçamento Regional com PRR! E nessa matéria eu não dou explicações!
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.
Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Continuamos à tarde com este debate.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, relativamente à sessão de perguntas ao Governo sobre habitação.

Eram 15 horas e 07 minutos.

A Mesa não tem nenhuma inscrição.
Sra. Deputada Vera Pires, faça favor, tem a palavra.
(*) Deputada Vera Pires *(BE):* Considerando que as perguntas são ao Governo Regional…
Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Faça aqui ao Sr. Secretário das Pescas!
Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada, faça favor.
A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.
O investimento público em habitação tem sido medíocre ao longo dos anos e os

diversos quadros comunitários de apoio pouca atenção têm dado esta área essencial.

A ausência de um parque habitacional público digno desse nome, associada à ausência do mercado de arrendamento, empurra as famílias para a inevitabilidade do crédito à habitação com as terríveis consequências a que estamos a assistir agora.

As subidas constantes nas taxas de juro indexadas à Euribor para aquisição de habitação permanente, num momento de grande dificuldade financeira devido à crise inflacionária, são uma grande preocupação para as famílias que se depararam e continuarão a deparar com aumentos substanciais nas prestações mensais a pagar à banca.

Desde o terceiro trimestre de 2022 que o Governo Regional tem vindo a anunciar a criação de um apoio às famílias que se destinará a reduzir os impactos do aumento da mensalidade do crédito bancário.

Na passada sexta-feira, dia 13, o Sr. Presidente do Governo Regional voltou a mencionar esta intenção, mas continua sem adiantar os detalhes da sua abrangência, ou seja, quem e como poderá beneficiar deste apoio.

Na Madeira o Governo Regional já apresentou o programa reequilibrar, que tem este mesmo objetivo. Sr. Vice-Presidente, o Governo Regional dos Açores vai adaptar o programa criado na Madeira? Irá optar por outra solução e, neste caso, que solução para a Região Autónoma dos Açores? Para além disso, qual será, perguntamos nós, a prioridade que o Governo vai dar na execução do próximo Quadro Comunitário de Apoio à criação de uma bolsa pública de habitação que evite no futuro o drama que milhares de famílias açorianas vivem neste momento? Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação às questões que foram colocadas, eu vou tentar responder a mais do que uma, embora, saibamos, mas isso acontece com frequência, deveria ser só uma pergunta, mas vou tentar responder às duas questões que registei. Em relação ao sistema de apoio ao crédito habitação, foi já aqui referido, na altura da discussão orçamental do Plano e Orçamento para 2023, está em fase final de elaboração do diploma, que irá apoiar, como aqui explicitei, as famílias que tendo crédito à habitação, por via do aumento da taxa de juro, têm um crescimento das suas prestações dentro de um determinado quadro financeiro e de tempo, sendo apoiadas de forma decrescente em função dos seus rendimentos.

O que se pretende com este sistema é apoiar essencialmente as famílias da classe média, que são essas que têm acesso ao crédito à habitação ou, pelo menos, algumas delas não conseguirão, mas as que conseguem são essencialmente da classe média e os valores serão exatamente dentro do quadro, como referiu o Sr. Vice-Presidente, não é, quem pode comprar uma habitação por 400 ou 500 mil euros, ou tem um crédito de 400 ou 500 mil euros, não é, ou não será direcionado para esse tipo de agregado familiar que está destinado este apoio. Este apoio está destinado às famílias cuja taxa de esforço em relação ao rendimento se encontre ultrapassada por via do acréscimo das taxas de juro.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E, nesse aspeto, contamos ajudar muitas famílias açorianas e com efeitos a 1 de janeiro de 2023, e, é um projeto que estamos a desenhar compaginado com aquilo que se desenvolveu também no plano nacional, porque não podemos ter aqui matérias que se cruzem, temos que ter matérias, no máximo, que se tangenciem e, que nós, na Região possamos eventualmente complementar outro tipo de apoios que existam.

Em relação ao P2030 que já foi assinado o acordo de parceria em dezembro passado, aquilo que posso referir é que, ao contrário do PROCONVERGENCIA e do PO2030, vamos ter verbas para a habitação, porque no regulamento comunitário do P2030, isto é possível.

Em relação a esta matéria, desculpe?

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): E antes não era possível!

O Orador: Exatamente! Exatamente! Em relação a esta matéria no objetivo 4.3 temos descrito promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É evidente também que estas verbas que teremos no P2030, e, peço desculpa, porque estávamos habituados ao PO2020 e agora temos que nos habituar ao P2030, porque já não é programa operacional, como foi o 2020, agora programa 2030 bom, mas dito isto, estas ações têm uma dotação, à partida resumida, são apenas 2 milhões de euros, que temos no P2030, mas é para manter aberta esta possibilidade, porque ela não pode ser feita no mesmo momento que estamos a utilizar verbas do PRR para este efeito e, portanto, vamos esgotar aquilo que o PRR nos dá possibilidade e temos uma linha aberta no P2030 para que possamos posteriormente apoiar também na medida das necessidades.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Gomes)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional das Finanças.

A Mesa não tem inscrições, pergunto se há mais inscrições neste objeto.

Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Célia Pereira *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional.

Começar por agradecer os votos de bom ano e desejar também a todos um ano, com saúde e muitos sucessos.

Como muitas vezes tem vindo a público e aqui foi repetido várias vezes, por parte do Governo e por parte da Coligação, são muitas as palavras de acusação à Governação Socialista de nada fazer pela habitação, de só ter destinado 60 milhões de euros do PRR à habitação, mas a este respeito, tal como aqui já foi referido, nas duas últimas legislaturas, o Partido Socialista investiu 118 milhões de euros na promoção da habitação, 118 milhões de euros de fundos regionais, e, não tendo ao seu dispor Fundos Comunitários, como agora temos.

Também já aqui foi dito que, para além dos 60 milhões de euros para habitação, é possível agora fazer um reforço do PRR com mais 80 milhões de euros.

Ainda a propósito do PRR, convém também lembrar que foi ainda possível captar mais investimento para os Açores, através da ação direta dos nossos municípios, nunca a Região teve tantos Fundos Comunitários para investir em habitação como agora.

Todavia, o relatório periódico de monitorização do PRR Açores, relativo ao terceiro trimestre de 2022, continua a não demonstrar a execução financeira, sabe-se apenas através do cruzamento de outras informações, que em adiantamentos a Região já recebeu 100 milhões de euros, e, que em setembro de 2022, conforme é referido pelo relatório, tinha executado apenas cerca de 10 milhões e meio, o que dá uma taxa de execução muito baixa, uma taxa de execução financeira de apenas 10%, são estes os dados de que dispomos é esta a informação que nos é dada, nomeadamente pelo centro económico e social, no seu relatório ao PRR.

Relativamente ao cumprimento de marcos e metas da habitação, o que sabemos também, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isso não é verdade!

A Oradora: … é que a avaliação passou de crítica a condicionada do segundo para o terceiro trimestre de 2022…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* A habitação?

A Oradora: …, uma avaliação que é alterada em função da apresentação de um plano pormenorizado para ultrapassar os constrangimentos na execução do investimento, um plano que, também, conforme referido pelo Conselho Económico e Social dos Açores, não se conhece, um plano que o CESA pede que lhe seja enviado para poder fazer uma avaliação mais apurada da execução do PRR no domínio da habitação.

Atendendo ao adiantamento de mais de 100 milhões de euros feitos pelo PRR, não é seguramente por falta de dinheiro que se justifica a baixa taxa de execução da Região, nomeadamente no setor da habitação, uma execução que também, como já aqui foi referido, pode agora ser reforçada por parte, senão o total de 80 milhões de euros já anunciados, mas a verdade é que, quando questionado sobre esta possibilidade, o Sr. Vice-Presidente, acabou por não responder.

Assim, renovo, esta questão, Sr. Vice-Presidente, vai ou não o Governo Regional reforçar a habitação ao abrigo do PRR com estes 80 milhões e com quanto? Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Vou fazer muita coisa!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Célia Pereira, realmente podíamos ter executado mais depressa, se os Srs. nos tivessem deixado as coisas todas legais.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Como sabe o PRR, o PRR não aceita, é impossível candidatar ao PRR, empreendimentos, habitações, loteamentos que não estejam devidamente legalizados e o que nós herdamos, Sra. Deputada Célia Pereira, foi uma série, um conjunto de ilegalidades, isso é o que nós herdamos e isso atrasou e está a atrasar a execução, que contudo melhorou e está condicionada, já não está em incumprimento, portanto, a Sra. tem que relatar aqui o que é que o Conselho Económico e Social refere e o que o Conselho Económico e Social refere é exatamente a informação que a Direção Regional dos Fundos Estruturais lhe envia, que lhe é dada pela Direção Regional da Habitação.

Portanto, a Sra. não vem aqui descobrir nada nem fazer absolutamente nada, agora, o que eu gostava de saber é o que é que um Observatório para Habitação dos Açores fez durante os anos e anos e anos em que esteve em funcionamento na Região Autónoma dos Açores, isso é o que a Sra. e o Partido Socialista têm que explicar o que é que fazia ao OSHA.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor é que tem de dar explicações aqui!

O Orador: Isso é que é a questão! E porque é que não tinha atenção a essas questões, Sra. Deputada, e a execução da parte do PRR dos 11 milhões estão em quase 6 milhões, uma muito boa execução, isso é que vocês já se riam, Sras. e Srs. Deputados já se riem, por aquilo que nos deixaram, mas sabe, eu não vou ao ponto, porque não vou, de, e, queria discordar da afirmação da Sra. Deputada Vera Pires, que a Região tem uma habitação pública medíocre, não Sra.! Nem dos anteriores Governos nem deste Governo.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Temos feito o suficiente, não é o ideal, mas não é medíocre, Sra. Deputada, eu não posso aceitar em nome do atual Governo de Coligação e dos anteriores Governos do PSD e do Partido Socialista, que venha dizer que, andamos aqui na mediocridade, isso não é verdade! Não posso aceitar isso, mas se quisesse até ser um bocadinho maldoso, como às vezes o Bloco de Esquerda é,

até lhe dizia que podíamos contratar o Robles como consultor, vinha de Lisboa cá e resolvia o nosso problema da habitação e, portanto, cabe-me a mim institucionalmente, também defender a honra do Governo dos Açores, seja ele qual seja, seja do PSD, seja do PS, ou seja, da Coligação, não é a mediocridade que nos caracteriza, é talvez a insuficiência,…

Deputada Vera Pires *(BE):* O investimento tem sido pouco!

O Orador: …talvez não respondemos como devíamos ter respondido, agora não é mediocridade.

Mas se me permite, Sra. Deputada Célia Pereira, eu, realmente, eu vou responder, os 88 milhões, que os Srs. agora se agarram, o que a Sra. tem que explicar e o seu Governo é porque é que só colocou 60 milhões porque se tivéssemos 136 milhões, não necessitaríamos de colocar lá um tostão, eu não vou falar da SPRHI, …

Deputada Ana Luís *(PS):* Mas 80 com 60, dá mais???

O Orador: … Sra. Deputada Ana Luís, …

Deputada Ana Luís *(PS):* Estamos, os dois, à vontade para falar os dois!

O Orador: …, portanto, fique descansada que eu não vou falar da SPRHI … olhe que não, olhe que não para citar o seu velho camarada, olhe que no olhe que não, Sra. Deputada, olhe que não olhe que não, Sra. ex-administradora olhe que não.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Podes falar da aerogare!

O Orador: Ó Sr. Deputado, não seja rezingão, esteja um bocadinho descansado, o Sr. está sempre aí a rezingar, esteja descansado.

Sra. Deputada Célia Pereira, mas, nós estamos, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro referiu e bem o investimento que foi feito pelo Partido Socialista nos últimos, 2013, precisou ele, em oito anos pelos Governos do Partido Socialista e sim Sra. confirmo os números, são absolutamente exatos.

Mas também gostaria de dizer à Sra. Deputada Célia Pereira e respondendo também ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que não respondi há um bocado, que em oito anos 120 milhões dá 15 milhões por ano, estamos de acordo nesta conta.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sem fundos comunitários!

O Orador: Pois nós investimos 30 milhões dá em dois anos 15 milhões por ano, portanto, neste momento, se formos a contar, obviamente estamos a contar, nove mil famílias, nós em dois anos ou num ano e meio, Sr. Deputado Joaquim Machado, muito bem e isso era agora como o camarada Guterres era questão de fazer a conta, é uma questão de conta, portanto, 4500 famílias apoiadas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Só que, a juntar a isso temos o investimento dos tais Fundos Comunitários que vamos ter, já tivemos cerca de 6 milhões de euros, portanto, fazendo a média, obviamente que, estamos a melhorar as taxas de execução e a melhorar a habitação nos Açores, que é o que nos interessa, Sra. Deputada.

A reprogramação do PRR, pois se eu tivesse 136 milhões ou se tivesse 180 milhões, três vezes mais, o que os Srs. têm de explicar, é que não indo à mediocridade que a Sra. Deputada Vera Pires aqui falou…

Deputada Vera Pires *(BE):* Não era minha! Era do investimento público!

O Orador: … da habitação, não era sua, com certeza, da habitação, perante o panorama que nós tínhamos, e, tendo V. Exas. à disposição, o PRR, o que têm de explicar é porque é que só lá colocaram 60 milhões, qual foi a conta que fizeram? Isso é que é preciso explicar, porque é que foi só 60 milhões dos 88 milhões que virão, nós temos que atender não só à habitação, mas também à pobreza, mas também à pobreza.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem que terminar faz favor,

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, desculpe. 35 milhões e, portanto, Sra. Deputada Célia Pereira, irá para habitação o máximo que nós conseguirmos pôr, porque se quiser isso ao pormenor dos vossos Fundos Comunitários, foram muito mal distribuídos e há muitas áreas, na ciência, enfim, onde se questiona também alguma distribuição de dinheiro que, se calhar, devia ter sido distribuído de outra maneira

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta sessão de perguntas sobre a habitação, o primeiro direito, a primeira preocupação dos portugueses já vai comprido, mas a última intervenção do Sr. Vice-Presidente suscitou-me aqui uma pergunta adicional e que tem também um pouco a ver com este segundo objeto, o rácio entre o investimento público na habitação e o investimento privado. Nós já percebemos que o Sr. Vice-Presidente não reagiu à minha primeira intervenção, que a preocupação do Governo Regional é, tal como era no passado, aliás, este momento fofinho que nós assistimos agora aqui há pouco, revela isso mesmo, a preocupação é sempre habitação social, Sr. Vice-Presidente, aí também lhe devo dizer que o Sr. tem toda a razão, mas então também tem razão o Partido Socialista, porque quando insere na habitação a maior parte das verbas para a pobreza também é pela habitação, que se resolvem os problemas da pobreza, porque um dos grandes problemas dos pobres é a habitação, mas eu queria, e, estamos na cidade da Horta, o Sr. falou aí há pouco de resolver problemas com habitações que são da Região que estão legalizadas, no âmbito do PRR, daquilo que é preciso, a pergunta é muito clara, o que é que o Governo Regional dos Açores está fazendo, o que é que já fez e o que é que vai fazer, por exemplo, relativamente aos apartamentos aqui ao lado da Rádio Naval, que estão ali fechados e abandonados já há algum tempo e que já viram inscritos em alguns orçamentos anteriores verbas para a sua recuperação, recuperação essa que nunca aconteceu.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não é para si!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isso não é para si, Sr.

Deputado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados…

Deputado Nuno Barata *(IL):* O Sr. Deputado Paulo Estêvão quer responder!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Estou a inscrever-me!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Fiz uma pergunta. Já não se pode ser ignorante num assunto, aqui nesta Casa? Não sabia!

O Orador: … Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata, eu acho que tocou aí num assunto que é preciso, nós também iremos esclarecer.

A habitação social eu acho que temos que ir evoluindo neste conceito, não é apenas habitação para pobres e para quem não pode comprar uma casa, nós vamos apostar sempre, a habitação social é um conceito acho que se deve tornar abrangente, é aquela que é promover a habitação pública chamemos-lhe assim, talvez seja melhor chamar-lhe assim.

O arrendamento privado é para o privado e o público, obviamente, arrendamento com opção de compra, aos preços que as coisas estão nem toda a gente tem possibilidade de ir à banca, mas se calhar e já aconteceu nalguns casos, as pessoas adquirirem a sua habitação e isto é um programa de ajuda às famílias de habitação pública que é disponibilizado e é, sobretudo essa aposta do PRR que se vai fazer, e, é nesse caminho que nós vamos e que vou fazer todos os possíveis para o conseguir.

Relativamente à Horta, Sr. Deputado, foi feito um processo de reconstrução na cidade da Horta, como sabe, aliás, eu acho que o Sr. Deputado Nuno Barata era Deputado nessa altura, sabe esse processo melhor do que eu, as vicissitudes e os defeitos. Eu na altura não acompanhei tenho de memória algumas coisas e não vou comentar o processo de reconstrução, mas o que é que aconteceu? Aquilo

passou para SPRHI e a SPRHI ficou com todo aquele património e não registou aquelas habitações devidamente, os loteamentos não estão devidamente registados, e, como não estão o que está a acontecer é que temos agora já pedidos de famílias, estas dezenas de anos depois toda, que querem, a questão do neto, que querem depois transmitir às seus famílias e não se encontra registado a sua habitação no loteamento, não está nada é isso que nós estamos a fazer, é um trabalho meramente administrativo, como diria o Sr. Deputado Berto Messias, mas de uma grande ajuda para as famílias, coisa que devia ter sido a SPRHI a fazer e não fez, relativamente a isto, é isso que se passa relativamente à Horta, Rádio Naval, do meu conhecimento empírico, não tenho aqui nada disso e do que eu sei, Sr. Deputado, naturalmente depois algum outro Membro do Governo a seguir poderá explicar, as casas da Rádio Naval estão afetas à Escola do Mar, exatamente para a escola de formação e, presumo, ainda pelo anterior Governo Socialista, e estão adstritas à Escola do Mar e, por um período determinado de anos, que presumo que ainda não acabou, quando acabar esse período determinado de anos, havemos de ver se aquelas casas ficarão afetas à Escola do Mar e não na habitação pública para oferta pública de habitação ou se passarão depois para a área da habitação pública, se ficarão ali adstritas para formação, não consigo responder, com toda a sinceridade, porque também eu não posso saber tudo, mas o que eu sei e a informação que lhe posso dar é que neste momento estão afetas à Escola do Mar, não sei quando é que acaba o prazo, mas a informação que tenho é que ainda não acabou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Intervenho neste debate porque por um lado, para realçar aqui aquilo que foi um

bocadinho a prestação do Partido Socialista no período da manhã e já vou obviamente aqui ao objeto que tem a ver com os rácios, mas que basicamente para o Partido Socialista além da novidade dos bancos construírem casas para depois entregar à Região, mas o que se denota e o que se realça é que para o Partido Socialista a legalidade não interessa, ou seja, o processo administrativo, a legalidade dos processos, isso não interessa para nada, o que interessa é entregar chaves em época de eleições, em épocas eleitorais e depois, ou então ligar, também há outro processo interessante que é ligar às pessoas para se candidatarem e depois deixar os processos pendentes abeterno, isso também, parece que era um mecanismo e, obviamente que estas coisas obrigam a condicionar a afetação de pessoas e de recursos da própria administração pública, agora a resolver problemas, logo, não se resolvem outros.

Mas, relativamente, e, também dando aqui uma achega a esta questão que o Sr. Deputado Nuno Barata, levantou aqui anteriormente, é verdade que houve partidos políticos que não é nenhum dos que está representado nesta casa, mas que fizeram campanha eleitoral com as casas da Escola do Mar, que são da Marinha, mas adstritas à Escola do Mar, dizendo que aquilo era um desperdício e devia ser habitação social, ora, as concessões são assim, a Marinha cedeu aquilo à Escola do Mar, com o princípio daquilo ser para utilização exclusiva da Escola do Mar e para no âmbito da formação e da habitação dos seus alunos, logo não pode ser incluída agora em nenhum projeto de habitação social, do ponto de vista daquilo que está ao abrigo do PRR e daquilo que foi no fundo negociado e enquadrado nestes rácios de financiamento de Fundos Comunitários para habitação.

Mas parece-me que há aqui um aspeto que é muito importante o Sr. Vice-Presidente e, relativamente àquilo que estava que foi dito por parte do Partido Socialista, que nos últimos oito anos, ou seja, nos oito anos da anterior governação Socialista, foi feito um investimento de 118 milhões de euros, inicialmente eram

sete, que era para dar pouco mais de 15 milhões por ano, mas se for os oito, dá pouco menos dos 15 milhões, mas a realidade é que parece-me que há uma diferença substantiva naquilo que é o investimento que este Governo está a fazer, ou seja, como o Sr. Vice-Presidente já disse 30 milhões em 1 ano e meio, até dá 17 milhões euros por ano, mais até, mas cerca de pouco mais de 17 milhões de euros, mas parece-me que há uma diferença substancial, porque eu se olhar aqui para o caso do Faial, eu vejo que 2012 a 2020 houve uma casa construída, pese embora o parque habitacional do Faial não é o pior da Região, longe disso, e também que fique registado, não é essa a situação, mas há uma coisa que é factual, é que no Faial continua a faltar exatamente neste particular que o Sr. Vice-Presidente estava a dizer de habitação social, que no fundo, permite que haja disponível para a sociedade e para aquilo que é o funcionamento de uma sociedade, habitação, e, estamos a falar, nomeadamente de professores que são cá colocados, que não têm habitação e é muito difícil encontrar habitação e o mercado de arrendamento no Faial, estamos a falar de profissionais de saúde…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O Faial é um privilegiado nessa matéria!

O Orador: … estamos a falar de jovens famílias que queiram ir para o mercado de arrendamento, isso não existe no Faial.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente, mas, perguntando ao Sr. Vice-Presidente qual é a diferença substancial entre aquilo que está a ser o investimento no parque habitacional regional que este Governo está a fazer face àquilo que foi o investimento dos últimos oito anos, os tais 15 milhões de euros por ano, se isso foi investimento efetivo ou se é comparável com o investimento que este Governo está a fazer, porque do que me pareceu este Governo tem estado a fazer efetivamente investimento em habitação, em casas e, em contrapartida, aquilo que o Governo do Partido Socialista fez foi aquela listagem que o Sr. Vice-Presidente

estava a ler e que depois não terminou, porque obviamente não teria tempo, mas que, nos pode talvez elucidar, que são mecanismos diferentes, uma coisa é investir no parque habitacional e outra coisa é mecanismos de apoio, seja o arrendamento, que, parece-me que é substancialmente diferente, mas, deixo essa pergunta ao Sr. Vice-Presidente, se nos puder elucidar sobre aquilo que são os investimentos são os investimentos deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ana Luís pede a palavra para?

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Eu peço a palavra a um protesto pela reiterada, apesar que será apenas ao Sr. Deputado Rui Martins, de dizer que o Partido Socialista cometeu ilegalidades no passado.

Presidente: Tem a palavra, faz favor.

(*) Deputada Ana Luís *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não é a primeira vez que alguns partidos nesta Casa nos acusam de cometer ilegalidades no âmbito das ações e das políticas que implementámos no passado, já na minha intervenção anterior, admiti e assumo que alguns destes problemas administrativos e burocráticos podem existir, mas há uma coisa que nós não podemos esquecer, é da obra que o Partido Socialista fez e que é do conhecimento de todos.

Também referi que o trabalho foi feito, pode nem todo ter sido bem feito, mas a verdade é que dos quase 120 milhões que o Partido Socialista investiu de fundos próprios na habitação na Região, estamos a falar…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isto é um protesto, Sr. Presidente?

A Oradora:…e, de forma muito resumida de 47 milhões de euros para aquisição e construção de habitação para realojamento, 30 milhões de euros na recuperação de habitação degradada, cerca de 13 milhões de euros no apoio à renda apoiada,

cerca de 18 milhões no incentivo ao arrendamento, 6 milhões em parcerias com o IHRU e com outros municípios, acordos de colaboração com freguesias, acessibilidades de habitações para idosos, nós não nos podemos esquecer também desta obra que existe e que está à vista de todos e aqui muito se falou do sismo…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E as ilegalidades?

A Oradora: …e Sras. e Srs. Deputados, também não posso deixar aqui até pelas responsabilidades que tive no passado falar no sismo, problemas existem, existem, e concedo que ainda hoje estejam a resolver algumas situações, mas as pessoas passaram a viver de tendas e em pré-fabricados para casas para terem um teto, resultado de uma legislação aprovada nesta Casa, que contou…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isto não é possível!

A Oradora: …com o apoio de todos os partidos, é disto que nós estamos a falar, houve problemas, houve, mas foi preciso encontrar terrenos para colocar estas casas, foi preciso encontrar lugares para dar um teto a estas pessoas, é disto que nós aqui estamos a falar e por isso o Partido Socialista, por muito que venham dizer que cometemos ilegalidades, que fizemos tudo mal, o Partido Socialista não se envergonha do seu passado nem do seu património, nem da sua história e os açorianos sabem disso e estão lá fora a reconhecer o trabalho que nós fizemos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Sra. Deputada Ana Luís, devo-lhe dizer que efetivamente reiterada, talvez por todos os outros Deputados, é verdade o que eu referi é

muito simples, para o Partido Socialista, a legalidade não interessa, …

Deputada Ana Luís *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: … ou seja, porquê? Porque a realidade e aquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo até, prende-se exatamente com a atividade da

SPRHI, que tinha a ver com o quê? Com a permuta, com a permuta das propriedades, dos títulos de propriedade das habitações que foram destruídas pelo sismo para as novas que foram construídas e essa era uma das obrigações…

Deputada Ana Luís *(PS):* O senhor sabe muito bem que no caso dos rateios as pessoas ficam anos à espera!

O Orador: … da SPRHI, era uma obrigação da SPRHI. O Sr. Vice-Presidente já disse que havia dezenas, dezenas de casos no Faial de pessoas…se eu puder continuar…

Presidente: Sra. Deputada!

O Orador: … Sra. Deputada Ana Luís, passaram 20 anos, Sra. Deputada Ana Luís, passaram 20 anos. A SPRHI foi extinta em 2018 ou 19, quer dizer, passaram 20 anos até 2019, até 2019 passaram 20 anos e a SPRHI, que tinha responsabilidades e obrigações nesta matéria, fez zero!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Zero neste particular, zero!

A SPRHI preocupou-se única e exclusivamente em efetivamente entregar chaves e entregar casas.

Deputada Ana Luís *(PS):* Tetos às pessoas!

O Orador: Essa é a parte bonita toda a outra parte, toda a outra parte é importante e é fundamental, é fundamental, …

Deputada Ana Luís *(PS):* A si não importa nada!

O Orador: … ah não importa nada? Ainda há casos em Tribunal, Sra. Deputada, ainda há casos em Tribunal, atualmente da SPRHI, ainda há casos em tribunal e quer falar…

Deputada Ana Luís *(PS):* Os senhores é que falaram?

O Orador: … da SPRHI, vamos falar do loteamento do Farrobo?

Deputada Ana Luís *(PS):* Pode falar do que quiser

O Orador: Quer falar do Farrobo? No Faial? loteamento dos Flamengos na rua do Farrobo, quer falar sobre isso também? Sobre a SPRHI sobre ilegalidades? Sra. Deputada, acho que para protesto ficamos por aqui!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Rui Martins, Sr. Vice-Presidente, para responder à questão.

Sr. Deputado Rui Martins, o Sr. Vice-Presidente vai-lhe responder.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, com o protesto, sinceramente, não percebi o que era o protesto…

Deputado Berto Messias *(PS):* Os senhores membros do Governo agora comentam as decisões do Presidente da Assembleia!

O Orador: … dispersei-me aqui na pergunta do Sr. Dr., Sr. Deputado Rui Martins.

Sr. Deputado Berto Messias, o Sr. está a atravessar uma fase, que devia todos os dias, o Sr. presta-se a um papel…

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor, eu estou a fazer um aparte!

O Orador: … O Sr. presta-se a um papel, que realmente vou-lhe dizer pela consideração que lhe tenho, ó Sr. Deputado Nuno Barata, isso é uma sucessão de apartes.

O Sr. presta-se a um papel, que às vezes até me entristece, só tenho isto para lhe dizer.

Deputado Berto Messias *(PS):* Eu não o quero ver triste, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Eu não estou a comentar a decisão do Sr. Presidente, eu próprio me perdi, na troca de argumentos, entre o protesto e o contraprotesto, e, não me estava a lembrar da pergunta que o Sr. Deputado Rui Martins tinha feito e, portanto, foi

isso que eu disse.

Mas já agora, já agora, Sr. Deputado, já agora, relativamente a processos…

Deputado Berto Messias *(PS):* Na gaveta!

O Orador: …que o Sr. Deputado Rui Martins falou, vou lhe dar o exemplo de São Jorge, em São Jorge, quando nós iniciamos, quando nós iniciamos esta legislatura, haviam 269 processos pendentes, 269 processo de pendentes, na gaveta, enfiados na gaveta e nós tivemos que mandar cartas, nós tivemos que mandar cartas, porque aquele dinheiro ficava cativo, não podia ser atribuído a outras pessoas, tivemos que mandar cartas porque não tinham sido atribuídos aqueles investimentos, não tinham sido atribuídos, temos lá as cartinhas, as provas, estavam metidos na gaveta e prometidos em vésperas de eleições e isto tem que ser dito aqui, e os açorianos têm que saber e os Jorgenses têm que saber.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Cento e vinte um por não reunirem os requisitos necessários, trinta e três, e, depois, o que é curioso aqui é que apenas trinta e três se recandidataram, isto é um número engraçado.

E, portanto, dá interessante saber esses números.

No início de 2021, pronto, apenas a cinquenta e sete estavam em execução e hoje, nós investimos em São Jorge 1 milhão 648 mil 287 euros, mas eu se tivesse tempo podia ir por aqui abaixo pelas ilhas todas.

Mas, obviamente falou-se aqui no investimento do ORAA, e o ORAA para baixo e o ORAA para cima, Sra. Deputada Célia Pereira, que não lhe pude responder há um bocado, mas respondo lhe agora, do ORAA este Governo também investiu do ORAA, aquele dinheiro que eu lhe falei é do ORAA, Sra. Deputada, exatamente igual…

Deputado Carlos Silva *(PS):* E os 6 milhões do PRR?

O Orador: … ao seu 15 milhões, exatamente igual ao seu, exatamente igual ao seu, mais, tem os 6 milhões do PRR, mas nós investimos em 2 anos, só que de uma maneira diferente e vou-lhe dizer mais, Sra. Deputada, tem aqui os números todos, mas há aqui uma coisa que eu me orgulho, e, que até com duas fases…Relativamente, o Governo da Coligação, relativamente ao incentivo ao arrendamento, Sra. Deputada, investimos mais do que os Srs., mais do que os Srs. e abrangemos quase 3 mil e 800 pessoas…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não bate certo!

O Orador: … e 3 milhões 146 mil 824 euros e 3 cêntimos em 2021 e 3 milhões 299 mil 972 euros e 96 cêntimos, superior em qualquer um destes anos, superior em todos os anos que os Srs. investiram, isso é que é um número!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Porque o número maior que os Srs. investiram foi curiosamente, curiosamente, em 2020, 2 milhões e 900 mil, porque nos outros anos não ultrapassava os 2 milhões e meio, Sra. Deputada e, portanto, há uma diferença em média, grande no incentivo ao arrendamento e sabe V. Exa. que ajuda muita gente, era uma medida vossa boa, nós continuamos, nós não acabamos com ela, aumentamos e melhoramos Sra. Deputada e, portanto, hoje, relativamente ao vosso último ano, temos mais 300 mil euros, mas em relação à vossa média dos últimos oito anos, temos mais 500 mil euros, a verdade é essa e, portanto, os números são números, quiseram citá-los, nós também temos números para citar e, portanto,…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: …, julgo que, esses números clarificam bem, ainda temos aqui desagregados, já disse há um bocado.

Em oito anos, apoiaram 9 mil famílias, disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós apoiamos 4 mil e 500 em 2 anos, na autoconstrução, na aquisição, nas térmitas, no incentivo ao arrendamento, no RPH, cá está tudo, o quadro está cá, e, portanto,

Sra. Deputada, é com orgulho que este Governo tem uma política de habitação dirigida às pessoas que está a dar resposta possível às pessoas e não me venham com a conversa do ORAA e que a gente só faz investimento de Fundos Comunitários, porque isso não é verdade, fizemos investimento também do ORAA, Sra. Deputada, mas tivemos que gastar energias e dinheiro, naquilo que os Srs. deixaram por fazer e foi muita coisa, mas ainda há mais que poderia aqui dizer se tivesse tempo, mas não tenho ficará naturalmente para outros debates, porque haverão mais com certeza, mas só regularizar os atrasos, a Sra. sabe quanto tempo demorou a regularizar o Bairro de Nossa Senhora de Fátima? Sabe quanto tempo demorou para regularizar aquele loteamento, para poder candidatar as casas ao PRR, Sra. Deputada? Sabe? E isso atrasou, atrasou as tais metas que a Sra. veio aqui ler, foi por causa de questões dessas, por causas de heranças suas, Sra. Deputada, que nos deixaram e nós tivemos que resolver, mas nós vamos conseguir ultrapassar essas metas. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para colocar uma questão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Há um Deputado aqui nesta sala que introduziu, cujo nome eu não posso citar, que introduziu a questão da Escola do Mar, e, é preciso fazer uma introdução em relação a este assunto antes de colocar a questão ao Governo, e, a verdade é esta, é que a Marinha cedeu por um período de 30 anos 4 blocos de apartamentos, que pertenciam à Rádio Naval, cedeu ao Governo Regional, que cedeu à Escola do Mar por um período de 30 anos.

Foi contemplado algum protocolo que obrigasse a Marinha a fazer a conservação

destes edifícios ou a entregá-los em condições? Não!

O Governo Regional de então fez algum esforço para reabilitar estes edifícios? Não! Também não fez, o que é que aconteceu?

Foram degradando-se profundamente, de tal forma que hoje nós sabemos que os mesmos ou parte deles são utilizados para fins ilícitos e que estão profundamente decadentes.

Há quem possa defender, em nome do interesse da Região Autónoma dos Açores e daqueles que são os nossos mecanismos, aquilo que é a nossa capacidade do ponto de vista financeiro e as nossas prioridades, que faltando apenas 17 anos para que este período de concessão termine que o Governo Regional vá lá recuperar estes edifícios e daqui a 17 anos, o que é que acontece? A Marinha diz, dê cá, devolva os edifícios, se faz favor, isto é um bom investimento? Isto é algo que o Governo Regional deva fazer?

Isto é inteligente? Isto é a defesa da Autonomia e dos meios que nós temos à disposição? Não! Não o podemos fazer! E, há, na minha perspetiva, …

Deputado Nuno Barata *(IL):* O Sr. Deputado Paulo Estêvão achou que eu era ignorante, mas ainda consegue ser mais ignorante do que eu!

O Orador: …, duas coisas que se podem fazer obter a concessão definitiva… ó Sr. Deputado eu tenho que subir o tom de voz, eu sou capaz, mas tenho que subir o tom de voz para sobrepor aos seus apartes, se quiser continuar neste exercício, eu consigo superá-lo, mas eu penso que não será agradável para as pessoas que nos estão a ouvir, o que quer dizer no âmbito do contexto desta pergunta é que isto não se pode fazer,…

Deputado Nuno Barata *(IL):* Pode, pode! Já devia ter feito! Aquele Governo que está ali já devia ter feito!

O senhor estava a chamar-me ignorante e ainda é mais ignorante do que eu!

O Orador: … é que isto não defende a Autonomia e não defende os recursos que nós temos e os recursos que nos foram dados pelos açorianos.

E, portanto, o que nós podemos fazer, o que nós… Sr. Deputado, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

Deputado Nuno Barata (*IL*): em diálogo

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, Sr. Deputado Nuno Barata, permita que o Sr. Deputado Paulo Estevão conclua a sua questão.

Deputado Nuno Barata (*IL*): em diálogo

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata, quando está incomodado interrompe os outros, isto não é democracia, Sr. Deputado, Sr. Deputado, Sr. Deputado, ó Sr. Deputado, isso não é democracia, oiça, eu ouvi-o, …

Presidente: O tempo está a esgotar, Sr. Deputado.

O Orador: …o Sr. Deputado, faça o favor de ouvir os outros, é um exercício de democracia, às vezes é preciso muita paciência, ouça, não sabe quantas vezes eu tenho que ouvir coisas que eu gostava de fazer o que o Sr. me está a fazer agora, mas eu também, eu também ouço com toda a atenção e respeito aquilo que o Sr. está a dizer, portanto, faça o favor de me deixar terminar…

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: …a minha intervenção. O que eu digo é que nós, na defesa dos interesses da Região, não podemos fazer isto! É prejudicar gravemente a Região, estar agora a reconstruir as casas para a Marinha a seguir ficar com elas, …

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não senhor! Isso é uma demagogia!

O Orador: … isto é uma perfeita, bom, não vou utilizar, sequer a adjetivação, mas a questão aqui, é que há duas fórmulas e as fórmulas são ou prolongar o período de concessão ou conseguir a cedência…

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não é conseguir, é exigir!

O Orador: … definitiva dos edifícios e então sim, conseguido e então sim, conseguido, por amor de Deus, Sr. Presidente, é impossível…

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, permita que…

O Orador: … e então sim, termino, Sr. Presidente, e então sim conseguido uma

destas duas condições, a Região, em defesa dos seus interesses, sim, nessa condição, poderá fazer o seu investimento, não só poderá como deve.

A pergunta que eu faço é, ao Vice-Presidente do Governo ou, mais propriamente por quem tutela a Escola do Mar, é o Secretário de Mar e Pescas, a pergunta que lhe faço é, ao Governo se, não considera que qualquer investimento que se venha a fazer tem que ser antecedido de um período de maior, um período que prolongue a cedência ou que idealmente se consiga a cedência definitiva destas instalações.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faz favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas *(Manuel São João):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está dentro do objeto!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Nós já saímos do objeto há horas!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Ainda nem entrámos no objeto!

O Orador: Realmente a posição assumida pela Região Autónoma dos Açores no protocolo celebrado com a Marinha a 30 de junho de 2009, portanto, houve através desse protocolo uma transferência de uma série de imóveis pertencentes à Marinha para a Região e aqueles também que já se referiram que é os pertencentes à estação Rádio Naval e quatro blocos de apartamentos, que também pertenciam à estação Rádio Naval.

Bom, como sabem, levou algum tempo a implementação da própria Escola, houve necessidade de proceder a obras de adaptação dos edifícios cedidos e só agora no ano passado, conseguimos terminar a fase estrutural com a inauguração do PLA e, portanto, resolvida esta fase e, portanto, concluídas as obras referentes às infraestruturas da Escola propriamente dita, é tempo de nos virarmos para os quatro blocos residenciais, que são de uma importância extrema para podermos

albergar os formandos e os formadores que, naquelas ações de formação que têm de se deslocar necessariamente ao Faial, nomeadamente para utilização do parque de limitação de avarias.

Ora, temos de, e, isso é uma prioridade, obter da República, obter da Marinha ou prorrogação do prazo ou mesmo, como referiu o Sr. Deputado, uma cedência a título definitivo, o que neste momento, para ser sincero, penso que não haverá grande abertura da Marinha para cedência [impercetível], de qualquer forma, e sem prejuízo da solução ideal, temos de, e, temos já recorrido, já recorremos a técnicos para, no sentido de, começar obras de recuperação no bloco de apartamentos que carece de menos obras para reconstrução, portanto, para obter a sua reconstrução e, portanto, é através do orçamento da própria Escola, que temos uma verba que pretendemos alocar a essa recuperação, por forma a termos pelo menos, um bloco de apartamentos a funcionar no mais curto espaço de tempo possível, por forma a podermos ter esta valência também de alojamento para os formandos e para os formadores que aqui se desloquem, é essa a nossa intenção e durante o corrente ano, iniciarmos obras de recuperação no bloco sul, que é aquele que apresenta menor estado de degradação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio *(PSD):* Sr. Presidente obrigada. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aproveito também para desejar a todos um bom ano de 2023 com saúde para todos.

É inegável, é indiscutível o empenho que tem sido desenvolvido por este Governo

Regional no que concerne à habitação social, quer no apoio financeiro para aquisição de habitação quer no apoio à recuperação de habitação, o arrendamento a custos controlados e o desenvolvimento de novos empreendimentos habitacionais por toda a nossa Região.

Na ilha Terceira, na freguesia da Terra Chã, tem aguardado durante anos e anos…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito Bem!

A Oradora: … a reabilitação do bairro social, construído nessa freguesia para acolher os desalojados do sismo de 1980, durante anos, foi-se degradando e deteriorando as condições sem que tenha havido a devida e atempada reconversão urbanística e habitacional. Infelizmente, os 118 milhões de euros que o Partido Socialista acabou de dizer aqui nesta Assembleia, disso, não chegaram à freguesia da Terra Chã…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Ah, chegaram, chegaram!

A Oradora: … porque é preciso fazer a reabilitação dos prédios, de alguns prédios da freguesia da Terra Chã, os quais ainda têm amianto, a sua cobertura é feita de amianto e todos nós sabemos que o amianto é nocivo à nossa saúde, portanto, desde 2005, Portugal tomou consciência dos perigos do amianto, portanto, as casas do bairro da Terra Chã, a cobertura delas ainda tem amianto.

Em janeiro de 2020, o então Governo Regional da maioria Socialista anunciava, com pompa e circunstância, um contrato de empreitada para a reabilitação do bairro da Terra Chã no valor de 3,3 milhões de euros, que nunca foi posto em prática e foi mesmo revogado.

Era esse o empenho do Partido Socialista para esta matéria e para a freguesia da Terra Chã da ilha Terceira.

Com este Governo Regional de Coligação PSD, CDS, PPM, a postura é claramente diferente.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o amianto?

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O amianto é seu, Sr.

Deputado!

A Oradora: Neste sentido, exatamente o amianto é seu, teve a década de 80, mas teve oportunidade, o amianto é seu, sim Sr., que teve oportunidade de mudar e não mudou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Dos 118 milhões, não mudou, desculpe, mas não mudou, teve oportunidade de mudar.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, neste sentido, quais têm sido os procedimentos levados a cabo pela Vice-presidência no que toca à reabilitação do bairro da Terra Chã? Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Nídia Inácio.

Bom, a SPRHI, a extinta SPRHI, celebrou um contrato de empreitada de execução daquelas habitações, incluindo infraestruturas da segunda fase da terceira fase de qualificação do bairro da Terra Chã da ilha Terceira, não é!? Pronto, houve ali empreiteiros que desistiram da obra foram à obra, etc. O que acontece ainda, hoje em dia, é que os lotes existentes nunca foram registados, nunca foram registados, Sras. e Srs. Deputados, portanto, aquilo permanece, em termos legais, ilegal.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Desde 1980!

O Orador: Em termos legais, aquele loteamento é ilegal, é irregular, não está bem feito e traz graves prejuízos às pessoas, é um mero processo administrativo para candidatar aquilo, mas atrasou substancialmente a candidatura daquelas habitações ao PRR.

E, portanto, chegamos já a um acordo com o projetista, Sra. Deputada Nídia Inácio, para a conclusão dos procedimentos administrativos e da elaboração dos

projetos, o bairro da Terra Chã encontra-se neste momento em fase de licenciamento, inclusivamente na elaboração do projeto de alvará de loteamento de todo o bairro, todo o bairro, que não estava feito, estava por isso mesmo, da maneira que todos sabemos que a SPRHI deixou, se não quiserem dizer ilegal, digam, desleixou, estava desleixado, estava abandonado, estava irregular, o adjetivo é só escolher.

E, portanto, aguardamos agora os pareceres da Câmara Municipal de Angra e dos serviços Municipalizados de Angra, que entrou em 26 de outubro, na data, o que se segue, registo dos lotes, revisão do projeto de execução e lançamento do concurso de empreitada no segundo semestre de 2023, e, foi feito este esforço para alojar-se, se foi feito um esforço grande para alojar famílias no Faial também foi feito um grande esforço para alojar famílias na altura do sismo de 1980, 18 anos antes do Faial.

O Faial está resolvido, aquele não está resolvido! E o amianto se tem 4 anos desde 80 até 96, se tem 16 anos de telha PSD, tem 24 anos de telha cor-de-rosa.

E, portanto, o amianto é naturalmente vosso. E naquela altura, Sra. Deputada, naquela altura, sabe tão bem como eu, que essa Lei do amianto não se aplicava e era o material mais rápido de construir e que existia, quando depois a responsabilidade, não é, temos que ser nesta matéria corretos e isentos, a responsabilidade do amianto estar ali, naquela altura não era proibido colocar amianto nem sequer se sabia dos efeitos do amianto.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Alguém disse isso? Quem falou do amianto foi a sua colega!

O Orador: Eu estou a responder à Sra. Deputada, nem sequer, eu estou a responder à Sra. Deputada, não sei se posso, se eu puder responder, estou a esclarecer, que, naquela altura, como em outras alturas o amianto, não era proibido e era preciso realojar rapidamente aquela gente, como se teve a necessidade de realojar rapidamente as pessoas que vieram de África, no bairro

Nossa Senhora de Fátima, chamado Bairro Joaquim Alves e, portanto, nessa altura usou-se muita amianto, ainda continua lá.

Já temos dois anos de Governo e ainda não fizemos nada, isso é que é inaceitável que em dois anos de Governo ainda não fizemos nada, mas vamos fazer e, portanto, Sra. Deputada, já lhe expliquei o bairro da Terra Chã, vamos continuar a trabalhar e realmente mais uma vez, o que eu acho interessante é que da parte do Partido Socialista foi apenas referirem os relatórios do Conselho Económico e Social, os atrasos do PRR, esmagadoramente da vossa responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Isto é que é a curiosidade, se há atrasos, ainda vou quantificar, Sra. Deputada Célia Pereira, Sr. Deputado Vasco Cordeiro e Sra. Deputada Andreia Cardoso, ainda vou quantificar…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: … esse relatório fomos nós que o fizemos, Sra. Deputada, esse relatório, aliás, é publicado na página da Direção Regional dos Fundos Estruturais, não é preciso ir ao CESA, está lá publicado na página fomos nós, Direção Regional da Habitação que mandamos esses dados, aliás, feitas pelas ex-OSHA's, Sra. Deputada Célia Pereira e portanto, e vai haver mais novidades e vai haver mais novidades, mas nós vamos quantificar, Sr. Presidente, se me permite, nós vamos quantificar, efetivamente em cada obra, qual foi o atraso devido à legalização meramente administrativa de todos esses loteamentos, todos esses empreendimentos e depois aí vamos conversar e vamos ver de quem foi o atraso e a culpa, Sra. Deputada vai ser imputada, naturalmente a ambas as partes, a responsabilidade é sempre nossa, porque nós é que somos Governo, já não são os Srs. e muito felizmente muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, esgotámos as três horas desta sessão de perguntas, pergunto aos às Representações Parlamentares que não usaram da palavra neste objeto, se o pretendem fazer.

Não pretendendo está assim encerrada esta sessão de perguntas.

Vamos passar para o ponto 12. da nossa agenda - **Apresentação em Plenário da Anteproposta de Lei n.º 16/XII – "Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»"** apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Sr. Deputado Nuno Barata tem 10 minutos para a apresentação do diploma, faz favor.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro, estabeleceu o regime jurídico da regularização dos «chãos de melhoras» mediante a criação de um mecanismo que prevê um direito potestativo temporário de aquisição da propriedade do solo ("chãos") ou das edificações nele existentes ("melhoras"), bem como o regime de regularização urbanística, na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, por iniciativa do Governo Regional de então e um pouco na decorrência das questões levantadas por uma herança que estava indivisa até então.

Os "chãos de melhoras" representam uma figura urbanística bastante utilizada nos séculos XIX e XX nas ilhas do arquipélago dos Açores, particularmente nas ilhas de maior dimensão territorial, por razões de índole social, económica e cultural, sendo, por isso, na ilha de São Miguel que muitas dessas situações se encontram ainda por regularizar, apesar da legislação criada em 2019.

Ora, fruto da necessidade de regularização destas situações urbanísticas, o legislador viu-se forçado a criar mecanismos jurídicos e legais que colmatem as dificuldades sentidas pelos proprietários dos chãos ou responsáveis pelas

benfeitorias introduzidas ao longo dos anos, tendo sido então aprovada a Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro.

Tal legislação introduziu no enquadramento jurídico o referido direito potestativo de aquisição (previsto no artigo 3.º, da Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro), determinando que o mesmo decorre num prazo de 10 anos após a publicação da lei e fica sujeito à condição suspensiva de aprovação dos planos de regularização urbanística, nomeadamente planos de pormenor que são da competência das respetivas câmaras municipais.

Significa isto que a legislação vigente atribuiu competência às câmaras municipais para, nos casos em apreço, procederem à elaboração dos planos de pormenor, por forma a permitirem a regularização urbanística das edificações, no prazo máximo de 2 anos, o que não ocorreu nos prazos previstos prejudicando os finais destinatários da legislação produzida e atrasando a resolução de muitos processos registados.

Importa referir que, para a elaboração de um plano de pormenor, de acordo com a legislação em vigor, é necessária a existência de cartografia oficial e homologada, com data de edição ou de homologação inferior a 3 anos, bem como a definição das áreas de intervenção dos respetivos planos de pormenor, no que às benfeitorias concerne, que obriga os municípios da ilha de São Miguel a procederem a um levantamento da totalidade das "benfeitorias" existentes por concelho e a sua respetiva localização.

Na Região Autónoma dos Açores e, em particular, na ilha onde se regista o maior número de casos desta natureza, esse levantamento é, pois, um processo extremamente complexo e difícil de executar, uma vez que muitos dos atuais proprietários desconhecem a localização das "benfeitorias", encontram-se emigrados ou já faleceram.

Importa, neste sentido, proceder a uma simplificação e desburocratização deste processo de regularização urbanística das edificações, introduzindo alterações na

Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro, apesar da necessidade e da bonomia desse diploma, constatou-se, ao fim destes anos, que o mesmo acabou sendo inconsequente por definir regras demasiadamente burocráticas e dependentes da boa vontade de terceiros para a sua persecução, nomeadamente os já referidos planos de pormenor a elaborar pelas autarquias. A simplificação que agora se propõe vem ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Anteriormente, o legislador, por lapso ou por opção ideológica, deixou de fora do sistema de incentivos (entretanto criado para ajudar na resolução de alguns dos problemas verificados) a aquisição das benfeitorias, omissão essa que nos parece promover injustiças várias e que agora se pretendem também regularizar.

Com a aprovação das alterações agora propostas, para além de se dar um decisivo contributo na facilitação da resolução dos designados processos dos "chãos de melhoras", possibilita-se o alargamento do regime de incentivos, criado pelo Governo Regional dos Açores, para apoio à aquisição da propriedade do solo também às benfeitorias, tornando-o mais abrangente e equitativo, garantindo condições ainda mais favoráveis, não só na vertente de aquisição dos solos, como também na aquisição das benfeitorias por parte dos proprietários dos solos.

Mas, neste particular, o mais importante mesmo é simplificar a questão dos destaques, porque a questão dos destaques torna inexequível este processo, foi possível fazer na situação existente na freguesia de Sete Cidades, mas noutras freguesias, esse processo já não foi eficaz.

Bem-haja ao Governo que então lançou esse processo, bem hajam aqueles que aprovarem esta nova alteração.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, o nosso Regimento dispõe que, apresentada a iniciativa, há um período reservado a pedidos de esclarecimento, pergunto se há inscrições, parecendo não haver.

Vamos então avançar na nossa agenda, decidiu a Conferência de Líderes que os pontos 2. e 3. da nossa agenda seriam discutidos em conjunto, os tempos já estão

colocados nos nossos painéis de controlo.

As iniciativas que estão em causa é, o ponto 2. - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – "Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores,",** é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, no ponto 3. **- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – "Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027",** também apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para a apresentação do diploma.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

A Água constituí um recurso fundamental em todas as vertentes do desenvolvimento das sociedades. Trata-se de um bem natural de importância estratégica e imprescindível à vida.

Como tal, exige uma gestão rigorosa e equilibrada, alicerçada em princípios de sustentabilidade ambiental e financeira, passando pela adoção de uma adequada política de planeamento, com base numa abordagem integrada territorialmente e numa estratégia de gestão que tenha em consideração as disponibilidades, as reais necessidades para os diversos usos e a sustentabilidade deste recurso.

Na Região, as políticas de planeamento e gestão dos recursos hídricos devem refletir as especificidades associadas a espaços insulares periféricos, como a descontinuidade territorial, o frágil equilíbrio biofísico e ainda a dependência económica de sectores produtivos pouco diversificados.

O planeamento dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores é concretizado essencialmente através de dois instrumentos:

O Programa Regional da Água, enquanto instrumento estratégico que visa contribuir para assegurar a proteção e valorização dos recursos hídricos na

Região;

E o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, como principal instrumento de execução da Diretiva Quadro da Água, adotando um conjunto de programas direcionados para que as massas de água relevantes atinjam o bom estado.

É nesse contexto, e com vista a uma boa articulação entre estes dois instrumentos, que são apresentadas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em simultâneo, as presentes Propostas de Decreto Legislativo Regional para aprovação da Alteração ao Programa Regional da Água dos Açores e para Aprovação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

O Plano Regional da Água, aprovado há cerca de 20 anos, é o instrumento de planeamento de natureza estratégica que vigora há mais tempo na Região Autónoma dos Açores.

Aquando do início dos trabalhos de elaboração do Plano Regional da Água, em 2000, entendeu o Governo Regional incorporar neste instrumento de orientação da política da água duas componentes: uma estratégica, definindo os Princípios e Linhas de Orientação que se pretendia que fossem seguidas nas políticas de recursos hídricos regionais, e outra operacional, propondo os objetivos a atingir e definindo Programas e Projetos para o alcance desses objetivos.

Nesse quadro, o Plano Regional da Água integrava comandos de orientação para a atuação dos diversos intervenientes no processo de planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos regionais, em especial para as entidades públicas.

Todavia, desde a sua publicação, verificaram-se significativas evoluções nos conceitos e processos de planeamento de recursos hídricos, estabelecendo-se novos referenciais relativamente ao contexto em que o Plano Regional da Água havia sido elaborado, sobretudo com a entrada em vigor da Lei da Água, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água, que norteia o

atual enquadramento jurídico relativamente aos recursos hídricos e que consubstancia as diretrizes da política da Água da União Europeia.

Com a publicação da Lei da Água, foram introduzidos novos conceitos de organização territorial, como a divisão do território em regiões hidrográficas, num quadro de instrumentos de gestão constituído por Planos de Gestão de Região Hidrográfica.

Neste contexto, e considerando as atualizações em termos de legislação nacional no domínio da gestão da água e tendo por base

os instrumentos de gestão de recursos hídricos que, entretanto, entraram em vigor na Região, tornou-se necessário proceder a uma alteração ao Programa Regional da Água, visando um ajuste dos seus conteúdos à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, bem como uma compatibilização com o atual quadro normativo.

Entende-se, assim, que conceptualmente o Programa Regional da Água deve assumir um foco eminentemente estratégico, que defina as linhas de orientação e os objetivos estruturantes a alcançar a nível regional, cuja concretização ficará a cargo dos instrumentos com foco operacional como, por exemplo, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores ou o Plano de Gestão de Riscos de Inundação da Região Autónoma dos Açores, atualmente também em revisão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

A fase de Caracterização e Diagnóstico foi estruturante para garantir a fundamentação técnica atualizada que suportou o processo de planeamento estratégico, que teve por base outros instrumentos de gestão e planeamento de recursos hídricos da Região, dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, bem como inquéritos a entidades públicas, da administração regional e local, com intervenção no sector.

A atualização das fases de caracterização e diagnóstico e de análise prospetiva permitiram identificar quais os principais constrangimentos, oportunidades e

especificidades existentes na Região ao nível do estado, planeamento e gestão dos recursos hídricos.

Partindo da caracterização inicial, o documento desenvolve-se num conjunto de análises prospetivas, até 2030, que estimam, com base em 3 cenários distintos de evolução socioeconómica da Região, a pressão dos vários sectores de atividade sobre os recursos hídricos.

O exercício contemplou uma análise sintética das principais forças motrizes geradoras de pressões nas massas de água, nomeadamente, agricultura, indústria, energia, turismo e transportes, de variáveis exógenas relevantes, como o crescimento populacional, desenvolvimento económico ou as alterações climáticas, e ainda, os investimentos e políticas previstas no sector da água.

Assim, com base nos vários cenários, o Programa Regional da Água cria um conjunto de linhas de orientação estratégicas com base numa matriz de pressão – estado – resposta, que estabelece as principais metas de qualidade ambiental a atingir na Região, as respostas expectáveis da sociedade e as principais pressões a que os recursos naturais estão sujeitos por via das respostas da sociedade e das atividades humanas.

A necessidade de racionalização da procura de água em função dos recursos disponíveis e das perspetivas de evolução socioeconómica, a garantia do abastecimento de água às populações e agentes económicos presentes na Região, bem como a melhoria dos serviços de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de água residuais, são aspetos fundamentais que compõem a estratégia definida pelo Programa Regional da Água.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

A Diretiva Quadro da Água veio consagrar os Planos de Gestão de Região Hidrográfica como instrumentos de operacionalização da política comunitária da água.

Estes Planos destinam-se ao planeamento e gestão dos recursos hídricos, tendo

por unidade de base territorial a Região Hidrográfica, visando a abordagem integrada dos recursos hídricos e dos ecossistemas associados, incluindo um programa de medidas que garanta a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos nestes normativos.

A nível nacional estão definidas 10 Regiões Hidrográficas, correspondendo aos Açores a Região Hidrográfica n.º 9, que está subdividida em 9 sub-bacias, referentes a cada uma das ilhas, incluindo as respetivas águas superficiais e subterrâneas e as águas costeiras adjacentes, compreendendo, assim, todas as bacias hidrográficas do arquipélago.

Embora assente nos mesmos princípios e práticas consagradas para territórios continentais, a conceção de instrumentos de planeamento e gestão da água em regiões arquipelágicas, obriga à necessidade de se equacionarem soluções distintas e ajustadas à realidade "ilha", enquanto unidade territorial marcada por condicionalismos próprios.

O planeamento e gestão dos recursos hídricos estão estruturados em ciclos de 6 anos, sendo que a Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora se apresenta corresponde ao 3º ciclo de planeamento, a vigorar de 2022 a 2027.

Neste contexto, o processo de planeamento para a gestão operacional de recursos hídricos da Região Hidrográfica dos Açores integra um faseamento adaptado à realidade insular, pelo que a implementação deste 3.º ciclo de planeamento não constitui um processo estanque. Ao invés, preconiza um conjunto de ações que visam avaliar o impacte gerado pelo programa de medidas adotado nos ciclos anteriores.

Refira-se que, de um total de 47 medidas previstas no anterior ciclo de planeamento, verificou-se que cerca de 42% foram iniciadas e estão em execução, 24% foram implementadas e totalmente executadas, sendo que 34% não foram ainda iniciadas.

Sras. e Srs. Deputados,

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 assenta na relação entre a identificação de pressões, a avaliação do estado das massas de água e a elaboração de programas de medidas que permitam mitigar o impacte das pressões, apresentando como pilar dessa relação o cumprimento dos objetivos ambientais consignados na Diretiva Quadro da Água e na Lei da Água.

Na Região Hidrográfica dos Açores encontram-se delimitadas 91 massas de água relevantes, que correspondem a 63 massas de água superficiais e 28 a massas de água subterrâneas. As massas de água superficiais subdividem-se em 33 massas de água interiores, 3 de transição e 27 costeiras.

Relativamente aos usos e necessidades de água, a caracterização foi desenvolvida com o objetivo de avaliar globalmente as pressões associadas ao uso de água e consequentes efeitos na qualidade dos recursos hídricos, tendo-se analisado, igualmente, o balanço entre as respetivas necessidades, por tipologia de usos, e as disponibilidades em cada ilha.

Assim, e de acordo com os resultados estimados, a Região Hidrográfica dos Açores apresenta disponibilidades hídricas totais na ordem dos 1.766 hm3/ano, que se revelam manifestamente suficientes para comportar as necessidades hídricas, estimadas em apenas 99,7 hm3/ano.

Ou seja, verifica-se que o balanço hídrico estimado é bastante favorável, sendo que as necessidades totais representam cerca de 1.57%, se forem considerados apenas os usos consumptivos, ou cerca de 5,64% se consideramos também os consumos para produção hidroelétrica.

Em relação à qualidade das massas de água, a Diretiva Quadro da Água e a Lei da Água obrigam a que sejam identificadas as pressões significativas e que sejam descritos os principais impactes significativos da atividade humana sobre o estado das massas água, com a avaliação, nomeadamente, das fontes tópicas e difusas de poluição, das utilizações existentes e previstas e das alterações morfológicas significativas.

Em resultado, verifica-se que as pressões maioritariamente responsáveis pelo estado das massas de água inferior a «Bom» estão associadas, no caso das massas de água superficiais, a processos de poluição difusa com origem na atividade agropecuária, sendo que, no caso das massas de águas subterrâneas, estão associadas à intrusão salina sobre 3 massas de água identificadas, 2 no Pico e 1 na Graciosa.

Assim, de momento, verifica-se que aproximadamente 74% (67 MA) das 91 massas de água relevantes identificadas na Região Hidrográfica Açores se encontram em estado "Bom" ou superior, prevendo-se que cerca de 19% (18 MA) atinjam o Bom estado em 2027, não sendo expectável que 7% (6 MA) das massas de água atinjam o Bom estado até 2027.

Sras. e Srs. Deputados,

Com o objetivo de identificar e analisar tendências de evolução socioeconómica relacionadas com as forças motrizes, as pressões e os impactes associados aos usos da água, foram traçados 3 cenários prospetivos das tendências de evolução das utilizações deste recurso, recorrendo a um conjunto de indicadores socioeconómicos e ambientais, designadamente os cenários tendencial, expansivo e regressivo.

No intuito de dar resposta às disposições constantes na Diretiva Quadro da Água, foram definidos 16 objetivos estratégicos, que traduzem uma visão integrada de desenvolvimento sustentável para a Região Hidrográfica dos Açores, garantindo a capacidade de utilização eficiente e racional dos recursos hídricos, bem como 4 objetivos ambientais, em consonância com a Lei da Água, servindo de base ao estabelecimento de medidas de atuação relativamente à qualidade das massas de água.

Em síntese, e tendo em consideração o estado das massas de água, as pressões identificadas, os cenários desenvolvidos e as medidas preconizadas para este ciclo de planeamento, prevê-se que apenas seis 6 massas de água não atinjam o Bom

estado até 2027, correspondendo a 6 lagoas: Verde, Furnas, Santiago e Congro, na ilha de São Miguel e Funda e Negra, nas ilhas das Flores.

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027, prevê um programa de medidas que garantem a continuidade dos trabalhos iniciados no ciclo anterior, tendo por base os resultados da avaliação de execução e cumprimento das medidas e a análise da evolução dos indicadores, bem como o cumprimento das metas e objetivos associados a cada medida.

Tal abordagem permitiu ajustar, reforçar ou corrigir algumas medidas de modo a aumentar a sua eficácia e viabilidade, mas também de forma a operacionalizar e concretizar as estratégias, metas e objetivos do Programa Regional da Água dos Açores.

Neste quadro, para o presente ciclo de planeamento são propostas 44 medidas, das quais 18 são Medidas de Base e 26 são Medidas Suplementares, cujo custo previsto de implementação é superior a 72 milhões de euros.

A consulta pública do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 decorreu durante um período de 6 meses, conforme estipulado pela Lei da Água, mais concretamente entre 11 de maio e 11 de novembro de 2021, tendo o prazo sido prorrogado até 16 de dezembro de 2021.

No caso da alteração ao Programa Regional da Água, apesar do período de consulta legalmente previsto ser de apenas 22 dias, tratando-se de um instrumento tão relevante, a fase de consulta pública formal acompanhou os prazos definidos para a consulta pública da proposta Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.

Adicionalmente, foram realizadas 4 sessões públicas de esclarecimento conjuntas para estes 2 instrumentos, que decorreram entre 8 e 11 de novembro de 2021, abrangendo as 9 ilhas, com convite aos municípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

O desafio que se coloca é, pois, o de satisfazer as necessidades da sociedade atual,

atendendo às perspetivas de evolução social e económica, num cenário de progressiva escassez, salvaguardando, simultaneamente, a sustentabilidade a longo prazo, bem como a requalificação e reabilitação do recurso água e do meio envolvente.

Com a aprovação do Programa Regional da Água e do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027, a Região Autónoma dos Açores terá ao seu dispor, respetivamente, um Programa de Gestão estratégico, que define as linhas de orientação e os objetivos estruturantes a alcançar a nível regional, e um plano de gestão operacional de recursos hídricos, que promove o planeamento e o uso sustentável da água, ajustado à realidade insular da Região, dando também um importante contributo para a preparação da Região relativamente aos efeitos das alterações climáticas.

É, certamente, através de uma rigorosa linha política de atuação, que garanta a necessária articulação entre as disponibilidades, as diferentes utilizações da água e a proteção dos ecossistemas, que podemos, enquanto políticos e cidadãos, contribuir para o desenvolvimento ambientalmente sustentado da Região Autónoma dos Açores.

É este o nosso desígnio. É este o nosso compromisso.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, está apresentadas as iniciativas e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor, tem a palavra.

Deputado José Gabriel Eduardo *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ao analisarmos hoje as duas propostas de Decreto Legislativo apresentadas e atendendo a que ficou decidido que seriam analisadas em conjunto permitam-me

que nesta minha primeira intervenção faça uma análise separada de cada uma das propostas, para melhor enquadrar o que mais importa ressalvar em cada uma das iniciativas.

Assim, numa primeira fase irei abordar a proposta de DLR 42/XII – alteração ao Programa Regional da Água.

E desde logo gostaria de salientar que o Plano Regional da Água dos Açores (PRA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2003/A, de 23 de abril, constituiu o primeiro instrumento estratégico setorial aprovado na Região Autónoma dos Açores com carácter vinculativo das entidades públicas e de transposição obrigatória para os instrumentos de gestão territorial municipais e especiais e tem sido até hoje, tal como referiu o Senhor Secretário na Comissão e cito: "um documento de planeamento estratégico que define as linhas de orientação e os objetivos gerais a alcançar, a nível regional, em matéria de recursos hídricos para o período de uma década. Embora este seja um documento de iniciativa própria da Região, que não deriva de qualquer imposição comunitária, considera-se que pode ser um elemento norteador das políticas públicas que devemos prosseguir atinentes ao cumprimento dos objetivos europeus em matéria de recursos hídricos." Fim de citação.

Ao constatar-se este facto, evidencia-se também, assim, o caminho trilhado pela Região, nas últimas duas décadas, no domínio do planeamento e ordenamento do território.

E se atendermos ao que existia nas primeiras duas décadas da Autonomia Constitucional, em que as políticas de planeamento e ordenamento do território foram muito tímidas e os instrumentos de gestão territorial eram praticamente inexistentes (em 1996, não havia nos Açores qualquer plano setorial ou especial de ordenamento do território, e eram apenas 2 os Planos Diretores Municipais em vigor – no Corvo e na Lagoa), desenvolveram-se com os Governos do PS diversos mecanismos de planeamento, gestão e ordenamento do território.

E atualmente, o nosso arquipélago está coberto por um vasto conjunto de instrumentos de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território terrestre e a generalidade dos recursos e valores que reclamam salvaguarda. São 7 Programas ou Planos Setoriais; 16 Planos Especiais; e todos os 19 municípios servidos por Planos Diretores Municipais, complementados por diversos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

Alguns destes planos são já instrumentos de segunda geração e outros estão em processos de revisão ou alteração.

Neste contexto, o Plano Regional da Água é, atualmente, o mais antigo instrumento de gestão territorial em vigor na Região, tendo-se constituído, durante a sua longa vigência, como um instrumento primordial de planeamento em matéria de gestão da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos, com o objetivo de desenvolver, a nível regional, a valorização, proteção e gestão equilibrada da água.

Por sua vez, a entrada em vigor da Lei da Água e a transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva Quadro da Água trouxeram significativas evoluções nos conceitos e processos de planeamento de recursos hídricos, estabelecendo novos referenciais relativamente ao contexto em que foi elaborado o Plano Regional da Água.

Desde logo, foram introduzidos novos conceitos de organização territorial, como a divisão do território em regiões hidrográficas, e estabelecido um novo quadro de instrumentos de gestão, constituído por planos de gestão de bacia hidrográfica e por planos específicos de gestão de águas.

Estas circunstâncias, a par com as conclusões do processo de acompanhamento e avaliação do referido Plano, tornaram evidente a necessidade de alteração do mesmo, ajustando e atualizando os seus conteúdos ao atual quadro estratégico a nível europeu e nacional, bem como aos desafios regionais no domínio da gestão dos recursos hídricos.

O processo de alteração do Plano Regional da Água foi assim desencadeado pelo XII Governo dos Açores, conforme resulta da Resolução nº 86/2018, de 30 de julho, pelo que o Plano Regional da Água, a partir de agora designado por Programa Regional da Água por via da alteração da Lei de Bases Gerais de Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, continuará a ser o instrumento estratégico central das políticas públicas em matéria de recursos hídricos, complementado pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH), pelo Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores (PGRIA) e por outros instrumentos operacionais específicos, como o Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores, que se encontra em elaboração desde 2020.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional 43/XII – que aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022 – 2027, que estabelece uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores, com vista à proteção e à valorização ambiental, social e económica dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas, através da identificação de pressões, da avaliação do estado das massas de água e da elaboração de programas de medidas que permitam mitigar o impacte dessas pressões, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos ambientais estabelecidos na Lei da Água e na Diretiva Quadro da Água.

O quadro normativo vigente determina a obrigatoriedade da revisão periódica do PGRH Açores a cada ciclo de planeamento de seis anos, sendo que o processo de revisão do PGRH Açores, para vigorar no período de 2022 a 2027, foi determinado pelo XII Governo, conforme estabelece a Resolução nº 258/2020, de 25 de setembro.

Assim, e fazendo um pouco a história deste Plano segundo o cronograma de

implementação da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água, o planeamento de gestão dos recursos hídricos encontra-se estruturado em ciclos de seis anos, sendo que o primeiro ciclo vigorou nos Açores entre 2009 e 2015 e o segundo ciclo entre 2016 e 2021, pelo que atual ciclo, o 3º, vigorará entre 2022 e 2027, tendo os trabalhos sido iniciados, como referido, em 2020.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em jeito de conclusão desta minha intervenção o que aqui pretendo deixar claro é que as medidas propostas devem ser implementadas por forma a permitir uma maior aposta no armazenamento de água, na requalificação dos sistemas de abastecimento, garantindo um melhor planeamento para períodos de seca ou escassez, bem como a diminuição de alguns problemas conhecidos e que ainda persistem como sejam os casos apontados num dos pareceres recebidos, que irei elencar por forma a dar voz à preocupação daqueles que emitem os seus pareceres aos temas que esta Assembleia discute e aprova.

É referida a salinidade, que continua a assumir-se como uma ameaça à qualidade da água para consumo humano, em particular nalgumas ilhas, dando conta que devem ser analisadas alternativas na garantia de utilização sustentável de recursos;

É também mencionada a problemática da perda de 35% nas redes de abastecimento, o que poderá ser evitado com um maior conhecimento e controlo das pressões sobre os recursos hídricos e sistemas de abastecimento, em função do adequado uso racional;

Apontam ainda a necessidade da promoção de uma maior diversificação das fontes de captação e armazenamento de água, quer no sistema público, empresarial ou particular;

Estas e outras preocupações mostram que o percurso que tem sido feito até aqui ainda está longe de terminar e que há ainda um longo caminho a percorrer para

que se atinja o patamar de respeito por um bem tão precioso – a água.

Disse.

Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Começo por lhes desejar a todos um bom ano de 2023.

Estamos perante dois documentos fundamentais para a Gestão dos Recursos Hídricos na Região Autónoma dos Açores, dois documentos densos, extensos, com muita informação técnica e cientifica e, que portanto, devem merecer o crédito e o elogio à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, à Direção Regional dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, porque, claramente representam muito trabalho de gestão de informação entre os vários departamentos do Governo e da própria Secretaria, elevando o patamar de qualidade e de exigência ao que hoje aqui é apresentado.

Nós, nos Açores temos um bom cenário sobre os Recursos Hídricos e, começando pelo Programa Regional da Água.

O Programa Regional da Água constitui um instrumento de natureza estratégica, que define princípios e linhas de orientação, com os objetivos a atingir, que devem ser seguidos nas políticas de recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.

A operacionalização do Programa Regional da Água materializa-se através de outros instrumentos de planeamento, designadamente o Plano de Gestão da Regional Hidrográfica dos Açores, aqui discutido e o Plano de Risco e Inundações, em preparação, como foi referido pelo Sr. Secretário.

O Plano Regional da Água deve ser encarado como um instrumento que leva à prática a monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da Região

Autónoma dos Açores.

O Governo Regional cumpre assim com a atualização legislativa necessária, e cumpre com o seu programa para a gestão dos recursos hídricos na Região, tendo o processo seguido todos os tramites obrigatórios para instrumentos desta natureza.

É importante realçar que o documento tem por base cenários regressivos, regulares e progressivos, numa análise prospetiva até 2030, levando em conta a estimativa de pressão dos vários setores, como seja o consumo humano, urbano, a indústria, a agricultura e pecuária, o turismo e a energia.

O Programa Regional da Água compreende todas as bacias hidrográficas dos Açores, incluindo as águas subterrâneas e as águas costeiras.

Como documento Orientador e Estratégico, o documento estabelece dois tipos de objetivos:

Objetivos de Estado, onde se incluem as metas de qualidade ambiental, e que implicam a correta resposta da sociedade;

Objetivos de Resposta, que materializam a resposta da sociedade, nomeadamente através da:

Quantidade de Água (objetivo 2030 – superior a 99% água segura, (gerir a procura, a disponibilidade e a gestão dos efeitos das Alterações Climáticas);

Qualidade da Água – Elevando os valores da qualidade da água nas diversas massas de água;

Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos (diminuição do número das zonas de risco e mitigação, através de modelos de gestão integrada);

O Quadro Institucional e Normativo (aplicando e aferindo a atuação legislação em vigor, integrando com a conservação da natureza, gestão do mar e instrumentos de gestão territorial);

O Regime Económico e Financeiro (promover a sustentabilidade económica e financeira dos serviços de abastecimento);

A Informação e Participação do Cidadão (promovendo a otimização dos modelos de informação e participação dos cidadãos);

O Conhecimento (aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos)

Nós, da nossa parte, também levamos em conta os reptos lançados nas audições, que aconteceu na Comissão, nomeadamente os pareceres escritos e é natural que esta questão da preocupação sobre os níveis de salinidade em algumas das ilhas, como também foi referido pelo Sr. Secretário, sendo que, em algumas dessas realidades estamos perante as questões geológicas da própria ilha e a sobre-exploração dos recursos existentes, mas, obviamente, temos noção que os municípios com todos os meios que têm ao seu dispor, nomeadamente a oportunidade aos Fundos Comunitários tem vindo a conseguir corrigir esses danos.

É importante a questão das perdas, as redes das entidades gestoras, talvez até para a nossa realidade de ilha, numa extensão de mais de 3 mil quilómetros, continua a ter muitas perdas e esse é um fator que está devidamente identificado e que levará, certamente, a investimentos no futuro sobre as redes e as perdas que elas têm neste momento.

Depois, a diversificação das Fontes de Captação e Armazenamento de Água, um assunto, que da nossa parte, do Grupo Parlamentar, os Grupos Parlamentares da Coligação, temos levado sempre em conta, como aposta que até nos pusemos a ler [impercetível], como outras iniciativas que temos aqui a debater nesta Assembleia.

E, depois, os problemas das águas interiores, que têm vindo a ser corrigido, nomeadamente, lagos e lagoas e que, até pelas regras que já existem a todas as atividades económicas, nomeadamente a agricultura, a leitura que temos é que tem sido gradualmente corrigida e até na última semana foi dada nota pela Secretaria Regional, através do Sr. Secretário, sobre as suas preocupações e aquilo que é a sua leitura sobre a utilização dos fertilizantes, acautelada também pela

legislação comunitária.

Está também aqui em discussão o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027.

Como já referido este é um documento que assume a operacionalização do Plano Regional da Água, visando a proteção e valorização ambiental, social e económica das águas.

Os Objetivos Estratégicos e os Objetivos Ambientais, têm como propósito último o Bom Estado das Águas em cada uma das ilhas.

O Plano Gestão dos Recursos Hídricos apresenta 16 objetivos estratégicos que passam pelas diversas interpretações:

Aprofundamento do conhecimento; Ações de Mitigação, Abordagem de consumo, Cooperação entre entidades gestoras, Analise de pressão e risco, entre outros (…)

E os Objetivos Ambientais para cada uma das 63 massas de águas superficiais e 28 massas de água subterrânea, que ao todo são alcançadas através das 44 medidas propostas, muitas delas incluindo fundos comunitários e orçamento da Região.

Com o plano agora apresentado um Governo Regional cumpre com os compromissos assumidos, contribui para uma Região ambientalmente sustentável, reforça o estatuto ambiental dos açores e enfrenta as alterações climáticas com determinação.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Debatemos agora duas iniciativas que, naturalmente, são distintas, mas que versam sobre uma matéria que as liga de forma muito íntima e, nomeadamente, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova a alteração ao Programa Regional da Água dos Açores e a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores do período 2022/2027.

Por um lado, o Plano Regional da Água é um plano setorial vinculativo para todas as entidades públicas em matéria de gestão de recursos hídricos nos Açores, que, no geral, não nos levanta questões por maior.

O Plano Regional da Água é um documento estratégico que define essencialmente linhas de orientação e objetivos estruturantes que a Região pretende alcançar e cuja concretização fica naturalmente a cabo dos planos e instrumentos operacionais, neste caso, outra iniciativa que hoje se debate, uma delas pelo menos, um Plano de Gestão da Região Hidrográfica e noutro plano, o Plano Gestão de Inundações que naturalmente já foi também referido.

A gestão dos recursos hídricos é matéria de extrema importância. A água doce no planeta constitui uma ínfima parte da água existente apenas cerca de 3%. O facto de os Açores serem uma Região onde a pluviosidade é abundante não nos deve, de modo algum, tranquilizar nem muito menos isentar da responsabilidade de gerir bem este recurso essencial.

Por outro lado, a água, os reservatórios em profundidade, as zonas costeiras, são ainda fundamentais para a preservação da biodiversidade, exigem da parte de quem legisla e de quem governa a maior das responsabilidades.

A análise aos documentos enviados ao Parlamento que acompanham as propostas apresentam, em muitos aspetos, cenários que são preocupantes.

A avaliação do estado da água na Região, principalmente no que diz respeito às águas superficiais e interiores, não é satisfatória. Cerca de 25% do número de massas de água superficiais encontra-se em estado classificado como medíocre,

apenas 36% apresentam um estado bom ou superior a bom, sendo o objetivo atingir 51,5% em 2025 e os 100% em 2030.

Objetivos que são, sem sombra de dúvida, meritórios, mas que a história recente nos diz que têm pouca ou nenhuma probabilidade de acontecer.

Senão, vejamos, o estado de algumas das mais emblemáticas e importantes massas de água da Região, a Lagoa das Furnas continua com estado da água, classificado como medíocre, apesar de todas as medidas implementadas ao longo dos anos.

Longe vão os tempos do movimento SOS Lagoas, mas o problema pouco ou nada mudou, a redução de 36% das cabeças de gado na bacia hidrográfica não é claramente suficiente, pois são ainda 959 cabeças de gado na bacia hidrográfica com uma escorrência de matéria sólida, que é o triplo do que existe, por exemplo, na Lagoa Azul das Sete Cidades.

Nesta, por exemplo, temos 1655 cabeças de gado, um aumento de 200% face ao plano anterior.

Estamos a fazer exatamente o sentido, o caminho contrário daquele que se deveria fazer, já, na sua qualificação, já foi degradada, passando de bom para razoável, na Lagoa Verde, mesmo ao lado, há um aumento de 360%, 360% de cabeças de gado na sua bacia hidrográfica na sua área circundante e por isso não é de estranhar a sua classificação como estado medíocre.

São de salientar ainda no Plano, as omissões importantes, algumas delas graves, em primeiro lugar, a ausência de referências a massas de água importantes, como, por exemplo, o Paul da Praia da Vitória, que pelos vistos a sua classificação internacional como sítio RAMSAR não vale nada para o Governo, que não faz qualquer referência à sua existência sequer, outras omissões são ainda mais graves, gravidade que aumenta com a incoerência deste Governo, nos milhares de páginas, dos documentos em análise, relatórios técnicos e respetivos anexos, não há quaisquer referências ao problema da contaminação de solos e aquíferos da ilha Terceira.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Não é verdade!

O Orador: Segundo o Governo e cito: *não existem massas de água subterrânea em risco na ilha Terceira*, nas fontes de poluição tópica na mesma ilha são listadas as fontes de poluição acidental, incluem-se os diversos sistemas de armazenamento de combustível, mas pasme-se não há referências aos sistemas de armazenamento militares, por sinal exatamente aqueles que contaminaram os solos e aquíferos da ilha Terceira, contaminação esta que agora desaparece, é branqueada por estes Planos.

O atual Governo assume a estratégia que já existia no anterior Plano de desvalorizar a contaminação de solos e aquíferos da ilha Terceira.

E como é que explica, Sr. Secretário aos açorianos e terceirenses em particular, que, enquanto Deputado tenha criticado o anterior Plano de Gestão da Região Hidrográfica, por considerar todas as massas de água subterrâneas da ilha Terceira em estado bom ou excelente, quando o laboratório nacional de engenharia civil dizia, ao contrário? O que mudou desde então? Aquilo que é fácil de vislumbrar é que o Sr. passou da bancada da oposição para a bancada do Governo.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Ó senhor, eu sei ouvir, ao contrário do senhor!

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Deputada Catarina Cabeceiras)

O Orador: Como dissemos em 2017, se as autoridades regionais, os principais interessados e os principais prejudicados não assumem na sua legislação mais importante sobre a água, o problema da contaminação, então, por que irão as autoridades norte-americanas se preocupar? Este é um Plano com boas intenções, bons objetivos, mas com omissões que são graves e mais uma vez cai no grave erro de ocultar o maior problema potencial de contaminação da água na Região.

Mas não é só, na ilha do Faial. o Conselho de Ilha alerta no parecer enviado para

os problemas de contaminação de água destinada ao consumo humano por sais dissolvidos no ano passado, que levou até a interdição do seu consumo pela autoridade de saúde, no entanto, esse problema é ignorado no documento e, por isso, constitui mais uma falha séria no cenário base do Programa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às falhas existentes no Plano, as nossas reservas aumentam pelo facto dos muitos dos objetivos de o Plano já constarem de outros planos anteriores, exatamente os mesmos objetivos.

Outras matérias que não são responsabilidade direta do Governo, também não podem deixar de ser apontadas, elas demonstram inércia também dos municípios mais preocupados, em muitas vezes em fazer rotundas e parques de estacionamento para inaugurar em vésperas de eleições do que fazer investimentos absolutamente determinantes nesta área, 40% de perda no sistema de abastecimento de água, 44% da população nos Açores, apenas 44% da população é servida pelos sistemas de tratamento de águas residuais, o objetivo para 2011 era de 95% e agora é de 85% para 2030.

Estamos naturalmente a andar para trás, este é um exemplo dramático da inércia de uns, os municípios, e, da inação de outros do Governo.

Fazer obras de saneamento não dá votos e, por isso ficam sempre para trás, mas são elas que garantem efetivamente a qualidade ambiental da nossa Região e da nossa água.

O grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará a favor do Plano Regional da Água, mas, no que diz respeito ao Plano da Região Hidrográfica, pese embora os bons objetivos e até as boas medidas, temos efetivamente dúvidas quanto à sua real implementação e, acima de tudo, as falhas e omissões que apresentam os documentos que vem em anexo a estes planos levam-nos naturalmente a abstermo-nos com as reservas já enunciadas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo

Estão em discussão, trazidos pelo Governo Regional dos Açores, dois diplomas referentes à gestão da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da Região – Plano Regional da Água -, de natureza estratégica e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, que se consubstancia num instrumento de operacionalização da política comunitária, que visa o planeamento e gestão dos recursos hídricos.

O Plano Regional da Água foi apresentado nesta Assembleia no ano 2003. Passados cerca de 20 anos, torna-se essencial a sua revisão e atualização.

É um plano com um conjunto de linhas estratégicas que considera a pressão-estado-resposta e que estabelece as principais metas de qualidade ambiental a atingir pela Região e que se encontram em sintonia com os diplomas nacionais. Como são, por exemplo, a "Lei da Água", o "Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água" ou o "Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores".

As referidas alterações, ratificam os Objetivos de Estado, materializando-se em metas de qualidade que se pretendem almejar na Região Autónoma dos Açores.

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores contempla objetivos estratégicos de interesse nacional e regional, como a proteção de águas subterrâneas e superficiais, assim como a sua origem; garantir o fornecimento em quantidade suficiente e o seu uso sustentável; mitigar os efeitos das inundações e das secas; promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, entre outros objetivos que se definam como estratégicos.

Foi referido pelo Senhor Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas que, atualmente, 73% das massas de água encontram-se em Bom estado ou superior. Há também uma previsão de que 15% das massas atinjam esse patamar de qualidade em 2027. Relativamente ao pior cenário, que representa 7% das massas

de água, não é espectável que atinja o Bom estado.

Em síntese, estes são documentos estratégicos, com linhas mestras, que não dispensam soluções apresentadas pela sociedade civil, que variadas vezes, apresentam sugestões e soluções bastante válidas.

Será através destas e outras soluções que o Grupo Parlamentar do PPM procurará mitigar o mau estado, quase permanente, de algumas massas de água, como é o caso da fantástica Lagoa Funda, na ilha das Flores. Lagoa essa de uma beleza ímpar, mas com uma qualidade de água paupérrima.

Será uma das nossas metas a complementar estes diplomas: a árdua tarefa, mas longe de ser impossível, de requalificar essas massas de água.

Sr. Secretário Alonso Miguel, conte connosco para apresentarmos soluções à sua Secretaria. Tudo faremos para que o nosso contributo seja válido. E nós, contamos consigo para a boa governança do ambiente, como, indubitavelmente, o tem feito. Disse.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Começo do fim para o princípio, Sr. Secretário, nós vamos votar a favor às duas iniciativas porque tem boas intenções, o problema é que, se calhar eu não acredito que essas intenções e esses objetivos se irão realizar exatamente como pretendem. Isto, porque, gato *escaldado da água tem medo*, e para quem viu e veio de um Governo do PS relativamente à gestão hidrográfica dos Açores e à forma como geriu mal, geriu mal, seca severa e seca extrema nos Açores em algumas ilhas e daquilo que fez ou não fez por inação, eu, agora tenho algum receio porque o

elefante que está dentro da sala, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Como?

O Orador: … o próprio Governo e os maiores partidos PSD e PS não dizem uma única palavra: Pecuária!

O Sr. Deputado Marco Costa, lá disse um bocado dos fertilizantes, mas fertilizantes não é pecuária, agricultura não é pecuária.

Vamos ser um pouco mais sérios relativamente à etimologia do que é que é agricultura e o que é que é pecuária, agropecuária é uma coisa, agricultura é outra. Está aqui o Sr. Secretário Regional, que me vai dar razão relativamente à etimologia da palavra per si e todos nós sabemos que, há um problema da qualidade da água relativamente aos organismos, neste caso dos sólidos da pecuária em si, há um grave problema relativamente às descargas ilegais e omissas e que todos nós sabemos e às vezes nos centros da cidade, nomeadamente a cidade onde eu vivo, mesmo a 10 metros da Câmara Municipal da Ribeira Grande, descargas ilegais, do qual eu fiz um requerimento para a Secretaria Regional da do Ambiente, pouco foi feito e acontece sempre e sempre, mais do que uma vez, que retira totalmente a qualidade dos nossos afluentes, das nossas ribeiras e daquilo que seja o consumo de água com uma qualidade daquilo que nós poderíamos ter.

E nós sabemos que a qualidade está a decrescer, obviamente, mas a quantidade também, e, houve um grande aviso logo em 2017, 2018, 2019 e um pouco em 2020, onde tivemos seca severa e seca extrema e o IPMA disse que, nós, além de termos as alterações climáticas já se conseguiu verificar desde 2014, que nós temos, a pluviosidade, temos menos, menos dias de pluviosidade, mas com maior quantidade do qual nós não conseguimos fazer retenção da água, porque temos pouca floresta nos Açores, porquê? Por causa, obviamente, da pecuária, porque precisamos de prados não precisamos de floresta e a floresta é que retém a água nos Açores.

E, achar, à partida que apesar dos Açores, estar quase sempre a chover e nós temos água infinita, é completamente mentira, a água é finita, é um ciclo existente e permanente, mas vai ser reduzido a sua qualidade e, sabemos à partida que a pecuária…

Ruído na Sala

O Orador: Sra. Presidente, posso continuar?

Presidente: Srs. Deputados! Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: É preciso dizer, e, os açorianos precisam de saber, apesar disto ser uma repetição já dita por mim há mais de 6 anos, que, e apesar de haver uma redução já na pecuária, que temos, obviamente, vemos com bons olhos, tínhamos desde e, foi feito as contas e foi admitido pelo próprio ex-Secretário Regional da Agricultura do Governo do PS, que o consumo da pecuária, nomeadamente apenas das vacas era de 26 milhões de litros de água por dia, repito 26 milhões de litros de água por dia e nós tínhamos o Governo do PS a dizer, ah desliga a água quando nós estamos a lavar os dentes, isto é enganar os açorianos.

Eu, vejo que o Governo do PSD, da Coligação, peço imensa desculpa, está a fazer exatamente o mesmo, agora é só esperar, o tempo é que vai dar razão ou não, espero que eu não tenha razão, mas dizer às pessoas para fechar a torneira não é adequado, quando nós sabemos à partida, que a indústria, e nomeadamente maioritariamente é da pecuária, é 84% do consumo dos Açores e o consumo humano é uma redução bastante drástica, de 12, apenas 12%, isto é, a realidade, não podemos estar a enganar, e, a gestão tem de ser feita de forma adequada e falava-se em Lagoas artificiais, fez-se algumas coisas na altura do Governo do PS, que obviamente era um pouco para envergonhar aquilo do que é que seria uma gestão adequada da água nos Açores.

E espero, obviamente, que este Governo não o faça da mesma forma, tendo em conta que também a qualidade da água, muito mais obviamente pela eutrofização das nossas Lagoas, que é algo extremamente grave, que foram feitos erros atrás

de erros atrás de erros a tentar ir atrás do prejuízo, porque tivemos uma eutrofização e tentámos obviamente, alterar para que tenhamos uma maior qualidade nas Lagoas e só foi feito e, peço imensa desculpa, o vernáculo, porcaria, foi feito porcaria, tanto por isso é que nós continuamos exatamente com os mesmos problemas de eutrofização nas nossas maiores Lagoas. E é isso que nós temos que fazer e foi feito pelo Governo do PS ao início, depois esqueceram-se e agora temos um problema maior que já foi dito pelo Bloco de Esquerda, a quantidade de animais que estão perto desses afluentes. E isso é um problema enorme porque não há uma pedagogia relativamente aos fertilizantes dentro das terras que estão perto das zonas de água e também não há a pedagogia necessária relativamente, ao curtume que nós temos, que vai obviamente entrar dentro dos terrenos já para não falar, obviamente do cheiro nauseabundo que todos os açorianos conhecem e ficam a saber que, obviamente podem fazer queixa à GNR, porque isso deve levar uma coima, porque o curtume não pode, o curtume tem que ser, obviamente, ter cuidado que não, que não tenha esse curtume e tem que haver, obviamente, uma ventilação, uma ventilação maior para que isso não aconteça. As pessoas não sabem, mas as pessoas têm e podem fazer uma queixa, obviamente às autoridades para que isso não aconteça, porque nós não temos, obviamente, que levar com isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal vai obviamente, associar-se a essas duas iniciativas legislativas que o Governo nos traz aqui, aliás, trouxe com urgência a este Parlamento, apesar de não ter sido debatido, afinal, com urgência, a urgência com a água, era tal que permitiu que não fosse urgente, há coisas fantásticas nessa Região, mas dizia, eu vamos associar-nos a essas duas iniciativas, até porque no

nosso programa eleitoral, aquele que nos trouxe a este Parlamento também defendíamos a questão da água, a proteção dos aquíferos, a plantação de floresta em altitude como forma de retenção e introdução de água nos solos, a criação, inclusivamente de pequenos açudes em altitude para a retenção de água nos solos, porque uma coisa é certa, o Sr. Deputado Pedro Neves, de vez em quando empolga-se e fala de seca extrema nos Açores e é um facto, nós já tivemos períodos de seca extrema nos Açores, mas eu penso que à exceção da ilha Graciosa, todas as ilhas dos Açores têm bastante água, o problema é que ela é mal gerida, ela é mal cuidada e acaba desaparecendo e acaba não chegando onde é preciso e muitas vezes estando onde está a mais, e, por isso, sem me alongar muito mais, estes dois documentos são, de facto, instrumentos legislativos importantes para a gestão da água na Região Autónoma dos Açores, aliás, é um trabalho que já vem de trás, já vem do Governo anterior, que deve ser prosseguido e que deve ser prosseguido com mais eficiência e com mais eficácia do que aquele que foi feito no passado, por forma a não estarmos daqui a sete ou dez anos, os nossos sucessores virem reclamar por termos cuidado mal deste bem tão precioso que é a água, quer para a vida dos humanos, quer para os animais que são parte da nossa vivência em comunidade, digamos, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Governo apresenta-nos duas iniciativas legislativas estruturantes, a alteração ao Programa Regional da Água e do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores para os anos 2022 a 2027, são ferramentas legislativas estruturantes, não vão ser, as letras que estão nestas folhas de papel que vão resolver os nossos problemas, mas está aqui enquadrado a estratégia da Região para a gestão deste importante recurso, que é a água onde há água há vida e, a nível global, as Regiões

mais ricas deste planeta, são aquelas onde há água. Porque não se conhecem regiões prósperas onde há desertos e onde reina a aridez e, portanto, a Região tem água, a Região tem problemas, como todas as regiões têm, a Região tem desafios, enfrenta esses desafios e estes dois documentos estruturantes apontam-nos o caminho a seguir nos próximos anos. São documentos que foram adequados à legislação que está em vigor a nível nacional e a nível europeu, coadunando-se com as metas que a União Europeia traçou no âmbito daquelas que são as nossas políticas comuns em termos de ambiente e, portanto, a Região Autónoma com estes dois documentos fica atualizada em termos legislativos e enquadrada com esses que são os objetivos estratégicos a nível europeu.

É um trabalho de sistematização e um trabalho de consulta e um trabalho participado não só por parte dos funcionários dos serviços, da Secretaria Regional de Ambiente e Alterações Climáticas, mas também dos parceiros sociais e das autarquias locais. Portanto, é o resultado de um trabalho longo, um trabalho realizado durante vários meses e que nos conduz a estas propostas que agora temos para apreciação.

Eu não posso deixar de fazer referência àquele que é o discurso derrotista apresentado pelo PAN, para o PAN, o bom, bom, seria que não houvesse seres humanos nem animais aqui nos Açores, porque o que nos apresentou aqui foi um ataque, um ataque àquela que é a nossa vivência, aquela que é a nossa maior atividade, que emprega milhares de açorianos e que gera riqueza, que alimenta muitas famílias nos Açores, a atividade humana não está isenta, não é uma atividade inócua para o ambiente, todos sabemos disso e, portanto, a não se compreende como é que o PAN quer ser encarado de uma forma séria e responsável quando traça assim, um ataque tão feroz à atividade agropecuária, porque todos sabemos nos Açores que se temos a paisagem que temos, deve-se à nossa atividade agropecuária, isso é histórico! E é a atividade agropecuária que põe o pão na mesa de muitas famílias e, portanto o PAN prefere colocar-se à

margem, à margem de tudo isso e prefere rejeitar aquilo que é não só a nossa tradição, mas também repudiar aquelas que são as nossas vivências, a nossa cultura e a nossa atividade económica e comercial, e, portanto, não podia deixar de fazer este reparo.

É certo que resulta daí poluição sim! Resulta daí poluição também os nossos automóveis poluem mesmo os elétricos, porque os elétricos precisam de eletricidade e para a produção de eletricidade é produzida poluição e, portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, não há presença humana neste planeta isento de consequências para o nosso meio ambiente, temos é que ter medidas, medidas que mitiguem essa nossa presença no planeta e acho que o trabalho que o Governo nos apresenta é um bom indicador, são linhas orientadoras no sentido de minimizar isso.

O próprio Governo admite que não está tudo bem e nas metas que o Governo traça, também não está lá nenhum resultado global de recuperação de tudo o que há a recuperar, são metas são objetivos que são realistas, compreende-se o que é que está errado, compreende-se o que é que é possível reparar e corrigir e, portanto, traçam-se a partir daí objetivos e metas e linhas orientadoras e, portanto, o trabalho que nos está aqui apresentado é um bom trabalho, não é o último, seguramente este Parlamento daqui a uns anos, estará revendo estas metas e espera-se que quando voltarem a ser revistas, o ponto de partida seja melhor do que aquele que temos hoje. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Neste momento o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A minha intervenção vem no seguimento da intervenção do Bloco de Esquerda e acho que ficou claro que até em questões relacionadas com água, o Bloco de Esquerda tem um complexo ideológico e o Sr. Deputado centrou as suas críticas para fundamentar a posição, em parte naquilo que eu considero que,
numa posição que eu considero totalmente injusta e que tem a ver com os municípios, o Sr. Deputado não gosta de rotundas…

Deputado António Lima *(BE):* Gosto!... De algumas!

O Orador: … e relaciona algumas questões que entende que deviam estar realizadas na área da gestão dos recursos hídricos, com a existência de rotundas, mas depois esquece, não consultou o relatório da ERSARA e o relatório da ERSARA, acho que nesse aspeto é muito claro até sobre…

Deputado António Lima *(BE):* E o Plano?

O Orador: … o relatório da ERSARA revela os dados da aplicação também destes planos e supera os resultados que lá estão transcritos como objetivos para 2025 e 2030. Por exemplo, o Plano estabelece como objetivo 98.5% de água segura em 2025…

Deputado António Lima *(BE):* eu não falei nisso!

O Orador: …e depois, em 2021, o relatório diz que já temos 99.01%, e, portanto, isto só pode ser graças ao desempenho dos municípios que o Sr. desvaloriza.
E depois, em parte, há algum desconhecimento, se me permite, da realidade, estamos a falar de 9 ilhas, 19 concelhos, uma rede de 3000 e tal quilómetros com dispersão dos povoamentos e que é preciso manter e, que, portanto, custa muito…

Deputado António Lima *(BE):* E a alguns não custa nada!

O Orador: … a todos os municípios que têm vindo gradualmente a investir nessa rede, as regras até dizem que deviam ser imputados todos os custos dessa enorme rede aos munícipes e nós todos sabemos que isso, não é até, e bem, muitos casos realizados e, portanto, na nossa perspetiva, é injusta essa leitura.
Voltando ao Plano só para especificar aos resultados que são apresentados na

ERSARA, estamos a falar de 352 fontes de abastecimento de água pata todas as ilhas dos Açores, 348…

Deputado António Lima *(BE):* Falei em saneamento básico!

O Orador: … são subterrâneas e só 4 de superfície, veja aqui o investimento em energia que é preciso ter da parte dos municípios para colocar água na torneira dos açorianos, e, que, ainda revela que nesse desempenho houve em 11 municípios dos Açores uma melhoria dos resultados de 2020 para 2021 e, portanto, na nossa leitura é despropositada essa crítica aos municípios pelo aquilo que tem vindo a realizar e com aquilo que continua a apresentar perante os quadros comunitários que têm vindo a estar ao seu dispor.

Portanto, a nossa leitura é uma desculpa para não votar a favor destes dois importantes instrumentos, disse.

Deputado António Lima *(BE):* Não, não! Não é por isso!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu só queria fazer uma correção, errei há pouco, aquilo que eu disse está errado, eu tenho de admitir, obviamente, porque eu falei em curtume, mas não é curtume, obviamente é o chorume, é chorume, gostava de fazer essa retificação e era só por causa disso que eu fazia essa intervenção até que, obviamente o Sr. Deputado do CDS quis dar ali um [impercetível], não sei se é por causa das sondagens que está a haver a nível nacional, que aumentou uma décima do PAN, mas já desceu 1%, não sei se é por causa disso ou não, mas apeteceu-lhe mostrar a sua ignorância e obviamente dizer, meter-me palavras na boca que estão totalmente erradas e eu

tenho, que, obviamente corrigir, Sr. Deputado, porque uma coisa que eu não admito é que me metam palavras na boca daquilo que eu não digo, sou extremamente frontal e não tenho qualquer problema com isso, admito e vou admitir, obviamente que tenho um problema com a agropecuária, sim, tenho! Não como um todo, a familiar, eu não tenho problema, obviamente, não esteja a meter como um todo sobre aquilo que é de poluição, aliás, a comparação que o Sr. Deputado fez e, aí mostrou a sua ignorância, misturar, obviamente, a comparação, em veículos automóveis, em poluição de veículos automóveis, com o consumo excessivo de água ou contaminação de água, que, eu vivo sem carro, mas não vivo sem água, aliás, não há nenhum ser humano ou animal que consiga viver sem água e essa comparação, obviamente, foi totalmente desnecessária.

E dizer à partida que eu sou contra os seres humanos, essa também, não sei onde é que eu disse isso alguma vez ou se eu pensar que temos que obviamente, reduzir, ando a dizer isso há 9 anos, se temos que reduzir, obviamente a nossa atividade pecuária e, se neste Plano diz que há uma redução, o Governo quer fazer essa redução, que acho que o Sr. Deputado não viu de certeza as mesmas iniciativas do que eu, e, tem, obviamente, o Governo e eu disse, e bem, que estamos aqui a fazer essa redução e além dessa redução é preciso fazer uma gestão adequada que não foi feito pelos Governos anteriores e não estamos no bom caminho ainda, neste momento, este Governo ainda não demonstrou que está a fazer uma gestão adequada e eficiente, também para responder ao Sr. Deputado Nuno Barata, a dizer que eu empolgo-me, não, à partida, aquilo que eu disse é um facto e quando é um facto, não há obviamente opiniões e os factos têm que ter a verdade absoluta. Nós já tivemos a seca severa e seca extrema, isto é, uma verdade! Eu vou dizer Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial, Graciosa, isto já aconteceu, durante quatro anos consecutivos, é uma certeza, isto não é só sobre a gestão, não é apenas sobre a gestão hidrográfica ou da nossa retenção, exatamente aí estamos de acordo relativamente à retenção florestal que tem que ser feita e também foi dito por mim

anteriormente, mas o problema aqui é maior e não fui eu que disse, é um facto dito pelo IPMA em 2018, voltou a dizer em 2019 que, supostamente, não é só a gestão, nós vamos ter uma redução drástica de pluviosidade nos Açores já a partir de 2020, isso foi dito na altura e, em 2030 vai ser bastante extremo para os Açores, aliás, até podemos mudar o clima de subtropical para algo parecido que o continente e o continente português parecido com o continente africano, não foi dito por mim, eu não sou, obviamente, técnico, foi dito pelo IPMA nos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Neves, agradeço o insulto…

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Não foi nenhum insulto!

O Orador: … caso V. Excelência tenha algum tempo, aconselho a rever a gravação deste debate e ouvir as suas palavras, a sua primeira intervenção. V. Exa. desferiu um ataque feroz à agropecuária, não quis saber da agropecuária familiar ou da industrial, V. Exa. simplesmente arrasou agropecuária e, portanto, não quis saber se é uma agricultura de sobrevivência, de subsistência, se é uma atividade económica, o Sr. arrasou a agropecuária e, portanto, é lícita a interpretação que eu fiz das suas palavras, portanto, vá ver a gravação e vai perceber que o Sr. insultou os açorianos…

Deputado Pedro Neves *(PAN):* isso é a sua opinião!

O Orador: … e o nosso modo de vida e, portanto, se o Sr. não consegue, se a sua consciência não consegue viver bem com isso, isso já é um problema que é seu, eu referi que, logo na abertura da minha intervenção, que a água é vida e também disse que a existência humana, a atividade humana não está isenta de poluição, não está isenta,

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Não foi isso que eu disse! É uma inverdade!

O Orador: …, porque nós interagimos com o meio ambiente que nos rodeia e, portanto, Sr. Deputado, se V. Exa. não consegue compreender isto que são fundamentos básicos que se ensinam na escola secundária, eu aconselho a comprar um manual e a ler e a aprender, olhe também na televisão, pode aprender, já há canais dedicados a essas questões do ambiente com programas muito educativos e poderá também obter alguma elucidação sobre aquilo que é a existência no planeta, a interação das pessoas e dos animais com o meio ambiente, as consequências que isso pode ter e, portanto, a mais uma vez, agradeço-lhe o insulto. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Marco Costa, eu esclareço que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar contra, não por aquilo que não foi feito, aliás, abstenção, peço desculpa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Abstenção!

O Orador: Foi da intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto que quase me fez mudar de ideias, e não foi comigo, imagine se fosse.

Mas, de facto, a nossa abstenção deve-se à avaliação que é feita e como disse, por exemplo, no que diz respeito à situação na ilha Terceira, à contaminação de solos aquíferos na ilha Terceira, em que não há uma referência, nenhuma, nenhuma neste Plano.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Não é verdade, Sr. Deputado! Está ali!

O Orador: E, aliás, o Sr. Secretário, enquanto Deputado, fez a mesma crítica ao Plano anterior, estou à espera da sua resposta.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):*

Mas soube ouvir, é a diferença!

O Orador: Mas antes de, e, ficando atentamente à espera da resposta do Sr. Secretário, não posso deixar de lhe responder à critica aos municípios, porque, não tenho problema nenhum em criticar os municípios quando é o próprio Governo a expor a sua crítica implícita aos municípios neste Plano, e passo a citar, aquilo que diz aqui no Plano: *os municípios de Povoação, Nordeste, Calheta, Velas, São Roque do Pico, Lajes do Pico, Madalena, Horta, Lajes das Flores, não apresentam sistemas públicos de drenagem de águas residuais*, sei que estão os três concelhos do Pico, mas de facto a crítica está aqui, é a realidade, nestes concelhos não há um único sistema de tratamentos, ao contrário de outros.

No que diz respeito, por exemplo, aos perímetros de proteção das origens de água, os perímetros das nascentes, o objetivo para 2011 era de 100%, em 2018/2019 fez-se 21%, o objetivo para 2011 era de 100%, mas para 2025 já passou para 50%, a ambição ficou pela metade, mas há mais, por exemplo, no que diz respeito às perdas nos sistemas de abastecimento de água, que também é responsabilidade dos municípios, tínhamos um objetivo de 15% em 2011 e nós temos um estado de 40% em 2018/2019, bem, não sou eu que o digo é o Governo.

Não estou, como é óbvio, a inventar nenhum dado, estão aqui, estão nos documentos que nos foram fornecidos estou, como é óbvio, a constatar uma realidade que, se não preocupa o Grupo Parlamentar do PSD, preocupa-nos a nós, por isso falei em inércia, por isso falei em inação, …

Deputado Marco Costa *(PSD):* Não, o senhor adjetivou mais!

O Orador: … porque se o Plano previa metas muito mais ambiciosas que estão longe de ser cumpridas, como é óbvio, é porque quem o desenhou achava que elas eram realistas e se o Plano é vinculativo e obriga a todas as entidades públicas a cumprirem, então os municípios e o governo têm que o cumprir e a verdade é que não o fizeram e essa crítica não posso deixar de fazer muito, muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, Dou a palavra agora ao Sr. Secretário

Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vou tentar responder a todas as questões que foram bastantes, se ficar alguma por responder, por favor, Srs. Deputados, indiquem, devo começar por dizer que, apesar de haver alguma disponibilidade de água em quantidade nos Açores e há, Sr. Deputado Nuno Barata, não sei se está, até a ilha Graciosa, tem um balanço hídrico bastante favorável de 3,8%, ou seja, só consomem, as necessidades representam 3,8% das disponibilidades, portanto, é um balanço favorável mas os desafios que nós enfrentamos, sobretudo com as ameaças das alterações climáticas, levam a que nós tenhamos de ter documentos robustos e instrumentos fortes para planeamento da gestão dos nossos recursos, daí que obviamente, esteja de acordo com a generalidade das enfim, das manifestações que foram feitas e dos parceiros que fomos recebendo.

E, já lá irei a todos, mas queria começar pelo Bloco de Esquerda, em primeiro lugar, independentemente de o Sr. Deputado António Lima, agora tentar emendar a mão, o que o Sr. disse é que os municípios estavam preocupados com miradouros e rotundas.

Deputado António Lima (*BE*): É a vida!

O Orador: Com certeza que os municípios não têm falta de ambição, têm muitas vezes falta de meios, falta de recursos e falta de capacidade, em todo o caso, começo por si, pela questão da Praia da Vitória, Sr. Deputado, a diferença entre nós é que eu soube ouvir, porque o que me foi explicado na altura e que eu vou explicar agora é que, a monitorização que é feita no âmbito e a avaliação da qualidade das massas de água no âmbito deste Plano, é feita nos pontos para abastecimento de água para consumo humano, e, nesses pontos, efetivamente todos os parâmetros cumprem com aquilo que está definido na legislação, é

verdade.

Deputado António Lima (*BE*): Não é isso que está em causa! Não identifica riscos!

O Orador: Isso é verdade pela monitorização que nós fazemos, é verdade pela monitorização que é feita pelo… ó Sr. Deputado, por favor, é verdade pela monitorização que é feita pela Câmara Municipal da praia e acompanhada pela ERSARA e mais, o Bloco de Esquerda não tem que dar lições de moral nessa matéria, o partido que eu represento, o CDS-PP, traz esse assunto da contaminação a este Parlamento desde 2010, Sr. Deputado, desde 2010, agora se os critérios, se a metodologia que é definida no âmbito da construção deste Plano define que se deve fazer a motorização nos pontos para abastecimento de água ao público, é isso que foi feito e, nesses casos, efetivamente cumpre com os parâmetros, agora, não obstante, e tendo em conta os estudos que já foram feitos pelo LNEC e recorde-se que a ERSARA tem um contrato com o LNEC exatamente para acompanhamento da evolução do estado da água dos aquíferos e solos da Praia da Vitória, se o Sr. Deputado tivesse lido o documento…

Deputado António Lima (*BE*): Li! Se tivesse lido não partia do princípio que eu não tinha lido!

O Orador: … confesso que não é um documento fácil de ler, é extenso, mas veria que existem duas medidas específicas para a Praia da Vitória, a medida de base S26, para acompanhamento da evolução da situação, bem como para elaboração de um estudo técnico que equacione as opções de remediação e desenvolvimento e propõe eventuais reajustes, bem como o desenvolvimento de uma monitorização quantitativa e química específica para aquele local, portanto, são duas medidas específicas para lá, as massas de água estão classificadas com bom estado devido aos critérios que são utilizados pela diretiva Quadro da Água na construção deste documento.

Mas, o assunto não foi esquecido e tem duas medidas específicas nessa matéria e

dar-lhe nota também que as campanhas são feitas pelo LNEC e pela ERSARA, fazemos o acompanhamento de 10 piezómetros e, portanto, sempre a jusante dos pontos onde há contaminação, portanto, a situação não está esquecida, está a ser acompanhada.

Depois, Sr. Deputado, há sempre a possibilidade de, em caso de necessidade, também de fazer redes de monitorização de investigação e que nós podemos fazê-lo caso haja indícios de que é necessário começar a monitorizar outros pontos e nós poderemos efetivamente fazê-lo.

Em relação ao furo do Faial, que o Sr. Deputado falou, dar-lhe nota do seguinte, naquela massa de água, existem 11 pontos de amostragem, 10 deles têm uma qualidade excelente num ponto num furo há valores de cloro e de sódio acima do valor do limiar, só sódio e cloro. Portanto, isso indica obviamente intrusão salina, mas essa intrusão salina, de acordo com os especialistas que realizaram este estudo, deve-se mais à má exploração e à solução técnica encontrada para fazer o furo do que propriamente a massa de água que é pistrina nos outros 10 pontos de amostragem, daí que como as massas de água são invisíveis, não havia forma de classificá-la de outra forma, mas também lhe queria dar nota de outra coisa, não é por uma massa de água estar em bom estado, que há qualquer limitação ao acesso a Fundos Comunitários, pelo contrário, o acesso a Fundos Comunitários para beneficiação dos sistemas de abastecimento é, o parecer da Câmara Municipal…

Deputado António Lima *(BE):* Eu não falei nisso!

O Orador: … é nesse sentido, e há um parecer também do Conselho de ilha que demonstra preocupação e, eu estou a aproveitar a dar resposta, estar classificada com bom estado também é uma oportunidade para concorrer a Fundos Comunitários para beneficiação dos sistemas de abastecimento e para manutenção dessa qualidade da água.

Falou que o Secretário do Ambiente se tinha esquecido da Lagoa do Paul, Sr.

Deputado, os critérios, existem dois sistemas de critérios do Paul da Praia da Vitória, existem dois sistemas de classificação, sistema A e B, o A é rígido é fechado e o B permite adaptar os limites para que os Estados Membros possam adequar à sua realidade, o valor mínimo do sistema A para lagoas eram 0,5 km quadrados, ou seja, nós incluiríamos quatro lagoas nos Açores, nós fomos ao sistema B e fomos ao limite mínimo que seria de 0,01, e, mesmo assim, incluímos só estas 28 lagoas e é o sistema, é o limite mínimo, é o critério mínimo e deu para incluir as 28 lagoas que estão presentes neste documento.

Em relação, enfim, às massas de água e à crença do Bloco de Esquerda e do PAN, naturalmente, nós definimos objetivos com indicadores que temos e com as expectativas de poder contribuir para a melhoria do estado da água, que é esse o objetivo deste diploma, não sabemos, até porque a grande parte destas medidas são externas, portanto, não são da responsabilidade do Governo Regional, mas nós confiamos que possa ser possível chegar a estes valores, até porque, pelas previsões que temos apenas 6 lagoas não atingirão esse estado, esse bom estado até 2027 e terão de haver derrogações que, aliás, estão previstas pela União Europeia exatamente para essas eventualidades.

Dar nota apenas que em relação à intervenção do Sr. Deputado José Eduardo, em relação às perdas de água, efetivamente, nós por vezes falamos na Graciosa e no Pico, há problemas de intrusão salina, há problemas de exploração de furos e muitas vezes a tendência é fazer novos furos, a atuação tem que ser na captação de água que já é feita, porque a maioria das vezes há um subexploração desses furos e tem que haver uma definição de caudais ótimos e uma melhor gestão, mais, naturalmente que as perdas de água em municípios com perdas de água superiores a 60% são um drama, portanto, nós temos que trabalhar aí antes de ter a tendência de fazer novos furos para captação de água, mas este plano tem também duas medidas, aliás, são três, a medida B15 - implementação de um sistema de monotorização de perdas de águas e beneficiação infraestrutural dos sistemas

públicos de abastecimento de água para consumo humano, onde, obviamente, se pretende que as entidades abastecedoras de água vão poder ir buscar os Fundos para fazer substituição das condutas e os novos furos e otimização de [impercetível] e depois também uma medida para mitigação da intrusão salina em massas de água subterrânea com estado químico medíocre, as tais três, uma na Graciosa, e duas no Pico e, portanto, estas medidas destinam-se exatamente a corrigir e, sobretudo esta última para definir um caudal ótimo, ideal para se poder fazer uma boa exploração do furo.

Dar também nota que na Graciosa não, ainda existe uma outra medida que é a medida S38 - beneficiação infraestrutural e tecnológica dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas. Portanto, há aqui um longo caminho a percorrer, mas a verdade é que a ERSARA tem tido sistemas de apoio para muitas destas, no caso das perdas de água e para sistemas de tratamento de água para abastecimento humano e alguns municípios não concorrem, é preciso, de facto, que se candidatem a estes apoios e que possam fazer uso deste apoio do Governo Regional para poderem fazer face a essas dificuldades.

Dar nota também em relação à questão que foi levantada no parecer dos Amigos dos Açores, que, enfim, que a Rede Hidrometeorológica dos Açores, para além de apoiar o conhecimento, devia estar mais próxima da comunidade, promovendo uma respetiva participação e a sua disponibilização numa plataforma acessível, esta rede Hidrometeorológica está disponível no portal do Governo em tempo real e com possibilidade de consulta de dados históricos, portanto, não poderia ser mais próxima daquilo que já é neste momento.

Depois, em relação às questões que foram levantadas ainda pelo Sr. Deputado António Lima em relação à eutrofização das lagoas e pegando aqui também na atividade pecuária, o Sr. Deputado Pedro Neves, pronto, Sr. Deputado, a atividade pecuária é uma atividade fundamental, o Sr., aliás, já tivemos essa discussão e o entendimento que eu tenho é que a atividade pecuária, agricultura e o ambiente

têm que andar de mãos dadas, porque é um setor económico muito importante, no entanto, há que haver obviamente respeito pelas questões ambientais por parte da agropecuária e nesse sentido, inclusive recentemente anunciei um conjunto de ações de informação e sensibilização ambiental direcionados ao setor agropecuário, porque existe ainda uma margem para nós podermos sensibilizar mais este importante setor e neste caso, inclusive o Sr. Deputado, há bocadinho, julgo que era o Sr. Deputado Pedro Neves, falava duma, portanto, da deposição na Ribeira Grande de afluentes pecuários, esse caso, naturalmente, não foi deixado sozinho, foi enviado para a Inspeção Regional do Ambiente, foi enviado para a Direção Regional da Agricultura enquanto entidade licenciadora e, portanto, esta é uma questão que, obviamente, que está a seguir a sua tramitação. Em relação à questão da seca está a ser concluído neste momento, o plano de secas de escassez, é claro que esse enfim, a desconfiança do Sr. Deputado Pedro Neves, não se justifica porque está a ser feito um percurso e neste momento está a ser concluído este Plano exatamente para dar resposta a questões de seca, mais, também dar nota que falava-se há pouco do armazenamento de água para enfim, sistemas de reserva, a Região neste momento para abastecimento de água à lavoura, tem uma capacidade de 500 mil litros, superior a 500 mil litros cúbicos, metros cúbicos, peço desculpa. Já foram feitas, nestes últimos dois anos, 19 intervenções em 7 ilhas, com um investimento superior a 5 milhões de euros, foram também feitas intervenções em caminhos agrícolas com redes de abastecimento de água com ramal à parcela, num investimento superior a 1 milhão e duzentos mil euros e estão ainda previstos também 29 intervenções em todas as ilhas, nos anos 2023 e 2024,portanto, também demonstra aqui o empenho do Governo Regional e, no caso do setor e do departamento que tutela a agricultura, em ter uma capacidade de reserva de água e do abastecimento adequado, para além dos sistemas de controlo da água nos postos de abastecimento público, dos contadores que estão a ser instalados nas parcelas, portanto, há aqui toda uma

dinâmica em relação à agricultura.

Em relação às lagoas, dar nota de que, efetivamente fizeram, já foram feitas um conjunto de experiências, mas é preciso ter em atenção, um aspeto que é fundamental, enquanto não se eliminar a fonte de poluição, não é possível recuperar o estado ecológico de uma lagoa. A capacidade de degradação é muito mais rápida do que a capacidade de recuperação em corpos de água que tenham a resiliência muito baixa e, portanto, isso não é possível enquanto não se eliminar essa fonte de poluição que muitas vezes tem que ver com o setor agropecuário, quer pelas adequações, quer também, pela questão, enfim, da poluição difusa do pastoreio.

Mesmo eliminando as fontes de poluição, é preciso ter nota que ainda existe uma quantidade enorme de fósforo nos sedimentos que precipita na presença do oxigénio que está nos sedimentos das lagoas e que por altura do Verão, com a estratificação da camada de água e na ausência do oxigénio, o que faz é que volta a ser [impercetível] e, portanto, está disponível novamente para as algas e, portanto, é preciso ir removendo esse passivo e essa não é uma solução, quer financeiramente quer tecnicamente fácil e, portanto, é preciso tempo para as lagoas poderem recuperar.

Está a ser desenvolvida, queria dar nota disto também, iremos instalar uma rede de monotorização de investigação em algumas lagoas para tentarmos perceber nos casos, por exemplo, da Lagoa de Santiago, Congro, Funda e na Ribeira Quente, onde não há indícios da poluição difusa, não é percetível de onde é que vem a poluição difusa, para nós tentarmos perceber se está associado a questões de vulcanismo, a questões de geodinâmica ou outro tipo de causas que não sejam percetíveis e, portanto, iremos desenvolver esta rede, num valor de 75 mil euros, com um prazo de execução de 20 meses.

Sras. e Srs. Deputados, não sei se deixei alguma questão para trás, mas se o tiver feito, por favor, dêem-me nota, muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, obrigado pelas suas respostas e obviamente seremos então otimistas sobre o nosso futuro e daquilo que será ou não cumprido ou a nossa vontade para que tal aconteça, obviamente. Para responder ao Sr. Deputado Pedro Pinto, eu acho que isto é obviamente um problema do CDS, mandam as pessoas lerem, o Sr. Secretário disse a mesma coisa ao Bloco de Esquerda, não vamos assumir que nós não gostamos de leitura e, tentou pelo menos o Sr. Deputado, tentou insultar-me, algo que não vai conseguir, porque é preciso que eu tenha uma mínima afinidade com o Sr. Deputado, coisa que eu não tenho e por isso não me consegue nunca insultar, porque será sempre irrelevante para mim, mas eu não insultei absolutamente ninguém, simplesmente demostrei sobre observação, que foi ignorante no aspeto de, tentou meter palavras na minha boca, mas depois já corrigiu, ainda bem, porque disse, obviamente que foi uma interpretação daquilo que eu disse e não aquilo mesmo que eu disse, e aqui temos uma grande diferença. Mas já que o Sr. Deputado gosta tanto de ler, e obviamente o CDS leu tudo até ao fim dos anos 80, depois esqueceu-se de ler a partir daí e ficou parado no tempo, mas eu obviamente sugiro e podemos até fazer uma pausa para o café e fazemos uma leitura os dois sobre aquilo que é o relatório da FAO das Nações Unidas, que se juntou à UNESCO no Pacto Global, relativamente à água, o consumo de água no último século e nas duas décadas do século XXI, e, obviamente que você vai verificar que muito do meu discurso, tem a ver, obviamente, com aquilo que é dito pela FAO, e se não sabe o que é a FAO, obviamente que nós, na nossa pausa eu

também irei lhe dizer, e você fica um pouco mais atualizado daquilo que é o mundo e o nosso planeta azul. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, muito rapidamente, aqui a questão, no que diz respeito à contaminação, não é apenas técnica, é essa questão,

é técnica, naturalmente, mas é também e em grande medida política e, este é um órgão político que, na nossa opinião, não deve deixar de salientar que na aprovação de um Plano deste tipo, na avaliação que é feita do estado atual da água, dos recursos aquíferos e dos aquíferos no caso da ilha Terceira, na nossa opinião, tem que fazer referência a este problema.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): E faz!

O Orador: Tem de fazer referência, não faz na avaliação, na análise de risco que faz, na análise das fontes possíveis de poluição, por exemplo, não há qualquer referência à contaminação, Sr. Secretário…

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Há com certeza!

O Orador: …, não há! No que diz respeito a armazenamento de combustíveis não são referidas as infraestruturas militares, por exemplo, por exemplo, e por acaso, só por acaso, foram as infraestruturas militares que originaram a contaminação na ilha Terceira ou não foram? Bem, isto para nós, é efetivamente uma questão importante, aliás, o Sr. Secretário, no último debate sobre este mesmo Plano, em 2017, perguntava e cito: *como é que explica aos açorianos e aos terceirenses em particular, que ao longo de todo o período de vigência do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, todas as massas de água da*

ilha Terceira sejam consideradas como em bom estado, como em bom ou excelente estado de qualidade,

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Leia a resposta!

O Orador: …, *quando ainda no ano transato, o relatório do LNEC voltava a confirmar a presença de contaminantes*. Ó Sr. Secretário, eu faço a mesma pergunta.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Leia a resposta do Secretário!

O Orador: Porque há riscos…

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Eu votei a favor!

O Orador: … eles estão identificados mais do que identificados, o próprio Governo assume, como é natural, o Sr. assumia no passado…

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Sim!

O Orador: …e agora este Plano não faz referência a estes mesmos riscos e, é essa a crítica que fazemos e dizemos que essa matéria devia ter tido um tratamento político na apresentação e na afirmação deste problema neste momento, porque não se deve passar a mensagem que está tudo bem, porque não está tudo bem. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu aproveito para corrigir algo que disse há pouco, falei em 28 lagoas, 28 lagoas são aquelas que estão abrangidos Planos de Ordenamento de Bacia Hidrográfica

de Lagoa, as lagoas abrangidas neste diploma são apenas 23, portanto, fica esta correção.

Sr. Deputado António Lima, o Plano tem medidas específicas para acompanhamento da situação de contaminação de solos e aquíferos da Praia da Vitória, o que o Sr. disse é que não havia uma única referência…

Deputado António Lima (*BE*): Não, não!

O Orador: …à contaminação de solos aquíferos da Praia da Vitória.

Eu também tive oportunidade de lhe dizer que a diferença entre o Sr. e eu é que soube ouvir, na altura, coloquei esta questão, mas também me foi respondido que, no âmbito da metodologia de realização deste Plano, a monitorização é feita nos pontos para abastecimento público, de água a consumo humano, é aí que é feita, e, nesses pontos cumpre com todos os parâmetros, o que é que o Sr. Deputado não percebeu nesta afirmação?

A metodologia que é utilizada para a construção disso, permite que todos os parâmetros sejam construídos, sem prejuízo disso, a ERSARA tem um contrato com o LNEC em que faz o acompanhamento dos trabalhos feitos pela Força Aérea, os trabalhos de descontaminação que são feitos e faz também o acompanhamento das medições que são feitas pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em parâmetros, aliás, com um plano de monitorização muito além daquele que era estritamente ilegalmente obrigatório e, portanto, não havendo nesses pontos, nem na torneira, nem nos furos de abastecimento de água para consumo humano, contaminação nem valores acima dos parâmetros que estão definidos, não é possível definir que a massa de água esteja em mau estado, foi essa a justificação que me foi dada na altura e é esta a justificação que lhe estou a dar, porque é a justificação tecnicamente…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: … correta e, portanto, ó Sr. Deputado, quanto à contaminação, o CDS trouxe a esta Casa muitas vezes durante muitos debates e essa nunca foi escondida

pelo CDS, nem vai ser e nem pelo Governo Regional, ela é assumida, ela está a ser tratada e inclusive há um protocolo que foi celebrado com o Fundo Ambiental exatamente destinado a esta problemática para testar a degradação dos hidrocarbonetos através de microrganismos.

E, portanto, há aqui toda a atenção dada a esta matéria e este tema, apesar de não ser o âmbito de atuação deste Programa Regional da Água ou deste Plano de Gestão da Região Geográfica, está a ser tratada e foi tratado no âmbito deles com medidas, uma delas de base e outra delas suplementar. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves *(PPM):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, sei que já não tem tempo, não vou naturalmente prolongar o debate, mas não posso deixar de dizer que é inacreditável, como é que o Plano identifique por exemplo, para a ilha Terceira, diversas fontes de poluição tópica, que são, por exemplo, os reservatórios de combustível da SAGA, da BENCOM, de José Monjardim, Lda., mas os reservatórios de combustíveis militares não existem, …

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Não é o âmbito deste plano!

O Orador: …não existem, os reservatórios de armazenamento militares, aqueles que poluíram a ilha Terceira não existem e para si, este parece não ser um problema para o Bloco de Esquerda é e continua a ser! Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos dar por encerrado este debate e antes de começarmos as votações, vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h15.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos começar por votar, na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII -** Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII **c**olocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os artigos de 1º a 11º não foram alvo de propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão à votação, então os artigos 1º., 2º., 3º., 4º., 5º., 6º., 7º., 8º., 9º., 10º. e 11º. da Proposta, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Presidente: Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 12º., existem duas propostas de alteração, proposta de alteração do Partido Socialista ao número 3 do artigo 12º., vou pô-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Faz favor.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Também uma proposta do Partido Socialista, uma proposta de aditamento de um novo número 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos colocar à votação o artigo 12º. da proposta com as propostas de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em simultâneo o artigo 13º e o 14º..

Estão à votação o artigo 13º e 14º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então agora votar a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII -** Aprova o Plano de Gestão da Rede Hidrográfica dos Açores 2022/2027. Começamos por votá-la na generalidade.

As Sra. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e abstenções 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos entrar no debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado José Eduardo, faça favor, tem a palavra.

Deputado José Gabriel Eduardo *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, antes de mais, uma primeira palavra, também por respeito e porque o tempo tinha terminado, tinha uma segunda intervenção no debate da generalidade, mas agora adapto-a para apresentar, porque no fundo vem justificar aquelas que são as questões que não tendo colocado e que ficam em pergunta retórica e que justificam as alterações propostas pelo Grupo Parlamentar Partido Socialista, ficarão estas perguntas sem resposta, mas justificam aquelas que são as nossas propostas.

E, refere-se à Rede Hidrográfica dos Açores, com cerca de 7.000 quilómetros distribuídos por mais de 700 bacias hidrográficas, que exige uma permanente monitorização e manutenção, o que tem sido, a nosso ver, negligenciado nos últimos anos, e, para isto estou a recordar o Relatório do Estado das Ribeiras e, neste caso, gostaria de referir aqueles que foram os valores e os dados de 2019, em que foram inspecionados 838 quilómetros de linhas de água, no âmbito deste relatório, ou mais conhecido por RERA e mesmo em 2020, apesar da pandemia, também avaliou 608 quilómetros de ribeiras, em 2021, já com o Governo de Coligação, a extensão de linhas de água monitorizadas no âmbito do RERA foi de apenas 398 quilómetros, menos de metade do que em 2019 e em 2020 ainda não sabemos, pois este foi o primeiro ano em que o Governo ainda não apresentou

publicamente os resultados do RERA.

Daí que esta minha questão, que não é uma questão, mas sim uma angústia, espero que não tenham deixado de realizar as campanhas regulares de monitorização da nossa rede hidrográfica e daí justifica a apresentação da proposta de alteração para que o Governo envie anualmente à Assembleia o Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.

Ainda para justificar também a outra proposta, mais sobre a proposta do PGRH, importa também realçar a necessidade, como aqui também foi falado por outras bancadas, a necessidade de algum rigor no planeamento constante na proposta e vou dar um exemplo concreto que também motiva aqui a inscrição desta proposta de alteração também a solicitar que seja enviada à Assembleia um relatório com o grau de execução e implementação dos objetivos das medidas do PGRH Açores, uma vez que na proposta que nós estivemos em análise, existia uma tabela onde identificava que a Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos gastou 165 mil euros em 2022 com a elaboração do Plano de Gestão de Secas e Escassez, a medida RH9S053/A, contudo, o contrato 47DRA/2020 de fornecimento de serviços para a elaboração da proposta do Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores foi assinado ainda pelo Governo do PS em 7/07/2020, pelo referido preço de 165 mil euros e um prazo de execução de 540 dias, que terminou em 7 de janeiro 2022, há 1 ano.

E, portanto, a inscrição nessa tabela deste valor de 165 mil euros para 2022, faz-me perguntar, se o Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores já foi concluído e qual o valor que efetivamente foi pago pela respetiva prestação de serviços em 2022, já que, de acordo com a cláusula 4ª. do contrato, 40% seriam pagos em 2020, 50 em 2021 e apenas 10% em 2022.

Por isso o rigor e a transparência que é uma das palavras mais…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apanágio!

O Orador: …, que é apanágio ou mais apregoada, melhor dizendo por este

Governo, fez-nos inscrever esta proposta de alteração para que esta Assembleia tenha o conhecimento daquilo que é o regular acompanhamento deste Plano de Gestão da Rede Hidrográfica dos Açores, ainda acrescentando também, e, isto em complemento também à proposta e às propostas que foram aprovadas em relação ao Plano que acabamos de aprovar anteriormente, a necessidade de, e foi falado também por todas as bancadas, da necessidade de agir e de interagir e de articular com as autarquias entidades gestoras, digamos, da rede de água dos Açores, daí também a inclusão, no ponto 3 do artigo 7º., a inclusão da articulação com as autarquias locais territorialmente competentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente apenas para informar à Mesa que a apresentação pública do RERA será feita no final deste mês e que, de facto, é o segundo ano, com mais relatórios efetuados desde que existe RERA, portanto fica esta informação para a Câmara. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos colocar à votação o artigo 1º. do diploma com os seus anexos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do

Deputado Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, os outros 5 pode ser em conjunto? O resto da Câmara também concorda? O 2º., o 3º., o 4º., o 5º. e o 6º. artigo do diploma estão à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para o artigo 7º., primeira proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 3 do artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Partido Socialista faz duas propostas de aditamento do n.º 7 e do n.º 8, pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de aditamento do n.º 7 e do n.º 8, apresentadas pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 7.º com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação o artigo 8º. e o artigo 9º. em simultâneo?

Estão à votação os artigos 8º. e 9º. do diploma

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de DLR nº. 43/XII colocada à votação, foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito bem, vamos avançar nos nossos trabalhos, avançando para o ponto 4. - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XII – "Aprova o modelo de educação inclusiva",** uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais para a sua apresentação.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro):*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da Região Autónoma dos Açores,

Exmos. Sras. e Srs. Deputados,

Exmo. Presidente do Governo dos Açores e Vice-Presidente do Governo

Exmos. Membros do Governo,

Foi assumido pelo XIII Governo dos Açores, desde logo no seu programa de Governo, políticas educativas centradas no progresso de cada aluno, potenciando as suas competências e o seu sucesso.

Mais assumiu este Governo como compromisso, o investimento no apoio e acompanhamento especializado dos docentes de educação especial, em parceria

com os seus pares desta modalidade de ensino, para garantir respostas educativas eficazmente direcionadas à situação particular de cada um dos alunos.

Para isso, assumimos como prioridade a necessidade de rever o modelo da Educação Especial vigente na Região e apresentámos uma anteproposta legislativa com vista à organização do sistema educativo regional prosseguindo o princípio da Educação Inclusiva.

O Ministério da Educação implementou em 2018 um regime semelhante, que conduziu diversas unidades orgânicas do sistema educativo açoriano ao desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica, no âmbito da Educação Inclusiva.

Decorrido este período, desde a implementação da Educação Inclusiva pelo Governo da República, colhemos a experiência tomada pelas escolas-piloto e debatemos o projeto com o Conselho Coordenador do sistema educativo.

Sem que assim fosse obrigatório, sujeitámos este documento à auscultação pública por 30 dias, negociámos com as três associações sindicais do pessoal da ação educativa e com as duas associações sindicais do pessoal docente.

Incute este Governo assim, transparência na gestão do sistema educativo regional, privilegiando mecanismos de concertação e de ação participada.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Com este documento, clarificamos conceitos de termos que geraram dúvida, incerteza, e até momentos de discórdia, em terreno continental;

Com este documento, definimos tempos letivos em caso de trabalho direto individualizado com cada aluno, algo que não foi feito no continente;

Com este documento, prevemos a redução de turma de alunos que exigem particular atenção do docente, o que não acontecia com o documento apresentado pelo Governo da República;

Com este documento, valorizamos a especificidade de funções do docente de

educação especial, integrando nas equipas de coordenação, o núcleo de Educação Especial – ambos fatores esquecidos pelo Ministério da Educação;

Com este documento, diminuímos a burocracia, a confluência de competências e a repetição de procedimentos e introduzimos o primado da eleição colegial do processo, questões também desvalorizadas no continente;

Com este documento, contempla-se a redução da componente letiva para os docentes da EMAEI e tempos de trabalho para a coordenação;

Com este documento, o Governo dos Açores implementa uma maior autonomia das unidades orgânicas do sistema educativo regional, assegurando uma maior e mais completa integração e interação com o meio em que se inserem.

Com este documento,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente,

o Governo dos Açores dá mais um passo para inverter o processo de desinvestimento progressivo que sofreu o sistema educativo regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Está apresentado o diplomas. E tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires, faça favor.

(*) Deputada Vera Pires *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

A definição de políticas educativas centradas no progresso individual de cada aluna e aluno é, e deve ser, o princípio com que devemos encarar A EDUCAÇÃO: princípio basilar para a comunidade.

A presente proposta assenta nesse princípio, no sentido de criar estratégias para que todas e todos os intervenientes (escola, família, comunidade) trabalhem em articulação para o desenvolvimento, sucesso escolar e inclusão na sociedade, alunas e alunos com NEE, munindo-os de competências e ferramentas que lhes

permitam enfrentar o mundo. Ou seja, um trabalho multidisciplinar, garantindo a equidade educativa.

No entanto, há que deixar bem claro que a Inclusão é transversal a todo o sistema, a todos os professores e a todos os alunos e não apenas para alguns, quando apresentam dificuldades de aprendizagem.

Progressivamente, pelo menos desde há três décadas, surgiram razões para aumentar expectativas com a evolução, pelo menos do ponto de vista dos conceitos teóricos e da regulamentação, neste domínio: do conceito de "alunos portadores de deficiência" para o de "necessidades educativas especiais" (vulgarizado pela sigla NEE) e, agora, mais abrangentemente, para os de inclusão e escola inclusiva.

Da legislação dos anos 90 (que alargou a resposta educativa "especial" a dar a estes alunos também ao ensino particular e cooperativo), até ao enquadramento normativo atual, de 2018, houve um progressivo enriquecimento de referências humanas, sociais e educativas na regulamentação deste domínio.

Não podemos permitir que afirmações como as de Nuno Crato, enquanto Ministro da Educação há alguns anos, se repitam, quando dizia: "esses alunos estão integrados na turma, mas não estão. Pertencem à turma, mas, na realidade, dadas as suas necessidades, não convivem com os alunos daquela turma. É mais uma questão administrativa que outra".

Independentemente das (sempre) "especiais" diferenças (desta ou daquela natureza, mais ou menos acentuadas), destas e destes alunos, o BE defende o direito da satisfação das suas necessidades educativas, sobretudo quando estas são mais diferenciadas. Esta é a permanente esperança dos seus pais e encarregados de educação, bem como da sociedade em geral, pelo sustentado pressuposto do benefício social, presente e futuro, daí decorrente.

Esta proposta, da iniciativa do Governo Regional, é a adaptação da do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, que estabeleceu o regime

jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, e que permitiu que também nas escolas regionais se procedesse a diferentes experiências no âmbito da educação inclusiva.

A publicação desse regime reavivou as expectativas na evolução da Escola para reais objetivos de "educação inclusiva" (ultrapassando o conceito de "necessidades educativas especiais") com base em novos princípios como a "educabilidade universal", a "equidade", a "personalização", a "flexibilidade", a "autodeterminação", o "envolvimento parental" e a "interferência mínima". O regime aponta (tal como o BE tem vindo a defender e a apresentar propostas) para uma reorientação político-educacional e social nesta área, considerando inclusão como "o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, nos mesmos contextos educativos", pressupondo o evoluir da mera integração para a inclusão e que, nesta, se caminhe da inclusão individual e individualizada de cada um/a para a inclusão de todas e todos.

É de referir que, após essa alteração na política educacional, a OCDE afirmou que "desde 2018 Portugal desenvolveu um conjunto legislativo abrangente sobre Educação Inclusiva (…) Isto incluiu esforços significativos para promover maior flexibilidade e autonomia aos atores locais, incluindo as escolas".

No entanto, e este é um aspeto crucial, o estabelecimento de uma nova política educativa requer que o discurso seja passado à prática, sob pena de não passar de um conjunto de intenções que não chegam a cumprir os objetivos.

Para isso, e tal como foi amplamente referido nas diferentes audições e pareceres em Comissão, há que assegurar o reforço de um conjunto de investimentos no nosso sistema educativo: são necessários assistentes operacionais, docentes, técnicos especializados, equipamentos, infraestruturas. E é este reforço de meios que ditará o sucesso da concretização desta proposta, assegurando que a burocracia não invalidará a disponibilidade de professores e técnicos para o

trabalho essencial e multidisciplinar a desenvolver, garantindo a devida compensação por trabalho extraordinário bem como a indispensável formação a todas e todos os atores.

A situação da passada sexta-feira,13 de janeiro, em Vila Franca do Campo, com o encerramento de uma escola por iniciativa de pais, mães e encarregados de educação, devido à falta de pessoal que assegure o bem-estar e segurança de alunas e alunos, ilustra bem o que não pode continuar a acontecer, e foi mais uma prova de que o BE tinha e tem razão quando reclama da falta de pessoal de ação educativa nas escolas. Não podemos deixar de dizer que não existe educação inclusiva - não existe sequer educação! - quando se assiste ao encerramento de escolas por falta de pessoal, ou ainda quando a suposta solução passa pela redução do horário de funcionamento da escola ou pelo recurso sistemático, como o Governo está a fazer, a programas ocupacionais.

Temos testemunhado um desinvestimento crónico no recrutamento de recursos humanos que, a juntar à questão do avançar da idade dos trabalhadores ao serviço, reforça a necessidade urgente de renovação dos quadros de pessoal das escolas.

Considerando que este diploma é um passo positivo no caminho para a educação inclusiva há, apesar disso, neste momento, questões que importa colocar à sra. Secretária da Educação:

As indispensáveis equipas multidisciplinares já se encontram formadas?

Será disponibilizado às escolas, atempadamente, um manual de apoio à prática?

Existe já um plano de formação para todas e todos os intervenientes?

Termino, relembrando a importância de compreender a Educação Inclusiva como uma forma de a escola acolher, promover e ensinar, em igualdade, alunas e alunos tradicionalmente desfavorecidos ou vítimas de exclusão, como as e os alunos migrantes de diferentes gerações, refugiados, alunos emocionalmente fragilizados, alunos LGBTQI+, vítimas de violência familiar, de bullying, alunos de minorias étnicas, religiosas, culturais. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra neste momento para dizer à Câmara que a Iniciativa Liberal vai acompanhar esse projeto e nem tinha grande coisa para afirmar, mas a fada sininho e o mundo dos unicórnios levou à inspiração.

Os professores estão na rua, como disse a Sra. Deputada Vera Pires, ainda há pouco e bem, temos escolas fechadas por falta de assistentes operacionais.

Há escolas do outro mundo, escolas que são do mundo que já não devia existir, e, o que importa aqui perceber da parte do Governo Regional dos Açores, da Sra. Secretária da tutela, é, com que meios humanos e com que meios materiais vai operacionalizar este plano, que sendo ambicioso, sendo um plano que vem no seguimento da legislação nacional, ainda lhe acresce mais uma coisinha ou outra, como é que vai operacionalizar neste momento com os recursos que tem este plano? Ou se isto vai ser apenas, como dizia o poeta: *papel pintado com tinta*, se isso é para ser papel pintado com tinta, nós estamos aqui para provar, mas gostávamos que nos…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Qual foi o poeta que disse isso?

O Orador: …*livros são papéis pintados com tinta*, Fernando Pessoa, em *A liberdade*, um poema bem bonito, Sr. Deputado:

Ai que prazer, não cumprir um dever, ter um livro para ler e não o fazer! Ler é maçada, estudar é nada. O sol doira sem literatura. O rio corre, bem ou mal, sem edição original. E a brisa, essa, de tão naturalmente matinal, como tem tempo não tem pressa. Livros são papéis pintados com tinta.

Pronto, fica V. Exa. Excelência a saber que, como V. Exa. gosta de ir às enciclopédias e trazer citações eu vou ao meu disco rígido e trago-as, livros não podem ser só papéis pintados com tinta, têm que ser mais do que isto.

E, por isso, Sra. Secretária, deixo a pergunta, com que meios vai operacionalizar este programa, que já disse vamos acompanhar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O modelo da educação inclusiva foi implementado, como foi dito já anteriormente, em Portugal Continental, em 2018, passaram três anos letivos e importa adaptá-lo à nossa Região, também na Região, foram implementados alguns projetos piloto e, claro, com essa experiência, é agora adaptado à nossa Região o modelo de educação inclusiva, também, com essa experiência, com o conhecimento da matéria, identificando as virtudes, as fragilidades, conseguiu-se chegar agora a este documento, que teve em discussão pública que foi apresentado às entidades sindicais e que estamos agora aqui a discutir e como tal, em boa hora o Governo, este Governo de Coligação apresenta este diploma.

A verdade é que neste documento visa exatamente organizar o sistema educativo regional, concretizando o princípio da educação inclusiva, respondendo à diversidade e às necessidades dos alunos das nossas escolas, isto por via, quer do investimento em intervenções multidisciplinares, mas também de uma maior participação de todos os intervenientes de aprendizagem e todos os intervenientes na comunidade escolar e isso parece-nos que é algo que é de relevar e que realmente o caminho é um caminho importante a percorrer.

Este diploma também introduz alterações que visa diminuir também a carga burocrática dos próprios professores, para que, por exemplo, não tenhamos vários órgãos com funções semelhantes e que estejam aqui a fazer o mesmo e, por isso, isso parece-nos importante. A verdade é que ao longo destes anos tem sido sempre uma reivindicação dos professores a carga burocrática que estes têm e que muitas vezes é um é desmotivador para o exercício da sua atividade e como tal, parece-

nos que isso também é importante salientar, também a questão da equipa alargada, que integra o núcleo de educação especial, que é composta também por técnicos especialistas na área, por exemplo, da psicologia, também acho que é algo que é necessário ressalvar deste documento ou ainda, a criação das tais equipas multidisciplinares para a coordenação e o desenvolvimento de todo este trabalho. Ou seja, temos agora aqui vamos discutir, estamos aqui a discutir o modelo de educação inclusiva que após todo este trabalho que foi desenvolvido e também no trabalho, no âmbito da nossa Comissão, concluiu-se que irão existir diversos níveis de intervenção consoante as diferentes especificidades e as necessidades de cada aluno e num sempre neste modelo de maior proximidade e acho que isso é importante, a verdade é que a realidade de hoje nas nossas escolas não é realidade de há uns anos. A verdade é que é necessário realmente avançar para este modelo de inclusão de todos, adaptando sempre a realidade, às especificidades e às necessidades de cada de cada um, mas trabalhando sempre num todo.

Também durante este trabalho da Comissão, e, uma das preocupações efetivamente por parte dos sindicatos, inclusive, era a questão da formação, no trabalho da Comissão, a própria Sra. Secretária avançou que existia esse compromisso de orientar ações de formação para todos os envolvidos no processo, bem como também a questão dos recursos humanos. A verdade é que ainda há um caminho a percorrer, mas muito tem sido feito nesta matéria e no reforço nas nossas escolas, desde os professores, desde psicólogos, terapeutas da fala, e tem sido esse caminho que tem sido percorrido, claro que *Roma e Pavia não se fizeram num dia* e há ainda um longo trabalho para ser feito no sentido de garantir os recursos adequados, totalmente necessários em todas as escolas, é verdade, mas tem sido durante este percurso de dois anos, de apenas dois anos, tem sido esse o caminho e como tal é esse caminho que, no nosso entendimento, que é necessário continuar neste reforço e também nos investimentos em materiais, na parte formativa para que o objetivo seja realmente, conseguir e assegurar a

implementação deste modelo na sua plenitude, eu acho que é esse objetivo, quer do Governo, quer de nós, Deputados desta Casa que vamos votar este diploma, é isso aquilo que pretendemos com este com a inclusão deste, com a aprovação eventualmente deste diploma.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: É fundamental e para terminar, é fundamental que este modelo realmente reconheça essa diversidade dos alunos de forma adequar esse processo de ensino às características e às condições de cada indivíduo nesse todo, como já referi e para que se consiga também potencializar as aprendizagens dos alunos, promovendo o sucesso educativo para que tenhamos também os nossos alunos cada vez mais motivados pela vontade de querer aprender.

A verdade é que, hoje em dia, quando visitamos as nossas escolas, e, daquilo que nos vão relatando no nosso trabalho diário, muitas vezes sente-se também esta desmotivação por parte dos alunos e esta adaptação às características, às especificidades de cada aluno é potenciador do seu sucesso educativo e é isso que acreditamos que este documento irá trazer às nossas escolas, aos nossos alunos, às nossas comunidades escolares. Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS entende que estes desideratos serão atingidos com a implementação na nossa Região, deste modelo de educação inclusiva e, como tal, associamo-nos a esta iniciativa.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Numa altura que o país vive uma revolução dos profissionais de educação na rua, com várias greves, várias manifestações nós aqui nesta Casa, damos um passo em

frente e nós trabalhamos para aquilo que é um dos pilares da nossa sociedade e penso que falo por todos nós, todos nós pensamos isto.

A verdade é que a Sra. Secretária Regional disse uma vez uma frase, eu não tenho uma memória tão boa quanto o Sr. Deputado Barata, mas fixei esta, em que um professor deve ser um inspirador, deve ser um inspirador e é aquele que vai inspirar as nossas crianças, servir de exemplo, para isso, ele precisa ter este tempo e também se nós pudermos dar um passo em frente e deixar que o, ou acabar com isto do professor ser um burocrata, que é isto que ele não quer ser e poder ser um inspirador e ter tempo para inspirar, é isto que nós devemos fazer. Da parte do CHEGA tem a concordância, e, muito obrigado por trazer este diploma.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, início, não resisto a iniciar a minha intervenção, dizendo que ainda bem que o Sr. Deputado Nuno Barata não continuou com o poema da Liberdade, porque o poema diz a seguir: *livros são papéis pintados com tinta, estudar é uma coisa que está indistinta, a distinção entre nada e coisa nenhuma* e, portanto, acho que discutir um diploma sobre educação era capaz de não ser muito producente, seria contraproducente fazê-lo.

Poemas à parte, eu gostaria de também começar por dizer, Sra. Secretária, nós, obviamente estamos de acordo com a natureza, estamos sempre de acordo com a natureza de um diploma que promove a igualdade de oportunidades. E, portanto, um diploma novo, cheio de vigor sobre educação inclusiva, pressupõe que seja isto que se procura, pressupõe melhorar nesse sentido, tudo aquilo que se faz na nossa Região, o trabalho nas nossas escolas, a igualdade de oportunidades entre os nossos alunos.

Acontece que este diploma, como todos já bem percebemos, é uma espécie de

decalque do diploma que já está em vigor no continente, o regime jurídico da educação inclusiva, e, que a nosso ver, não é como diz a Sra. Secretária, que com este diploma vai melhorando isto, aquilo e aqueloutro, lamento contrariá-la uma vez mais, pois parece-me um pouco redundante. Mas na verdade, apesar de estarmos de acordo com a natureza, com a intenção da iniciativa, há, na verdade, uma perda em relação a muito do que vem no diploma, muito do que vem no regime jurídico da educação inclusiva.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Qual é a perda?

O Orador: Portanto, resumindo isto, direi que no domínio do tratamento dos pais e encarregados de educação, se destratam, se destratam de algum modo, o modo como os pais e encarregados de educação devem intervir na vida da escola.

O mesmo se faz com um conjunto de recursos humanos que a escola tem também disponíveis e não só a professores de educação especial, como também outro tipo de recursos humanos e já passarei a explicar o que quer dizer, mas destrata ainda também os próprios alunos e tudo isto desmontando uma série de artigos plasmados no regime jurídico do continente no que toca à educação inclusiva e, que, naturalmente muitas vezes é intencional porque se fazem desaparecer pontos de artigos de um modo completo, pois naturalmente não foi esquecimento, é intencional.

E como é que se destratam, começando por aí, usem que os pais e encarregados de educação neste diploma, pois este diploma dizia muito bem no seu início que os pais encarregados de educação têm, naturalmente todo o direito a participar na vida dos seus educandos, diz isto de vários modos e não poderia, como é óbvio dizer outra coisa, pura e simplesmente depois nos artigos em que importa fazer ver que os pais encarregados de educação fazem parte da vida, do quotidiano, dos trabalhos das escolas, pois pura e simplesmente a voz dos pais encarregados de educação não vale assim tanto e porquê? Em primeiro lugar, não têm assento na equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva e, portanto, muito

dificilmente sem qualquer voz do encarregado de educação de um representante dos encarregados de educação nesta equipa, pois muito, naturalmente, os pais encarregados de educação pouco conseguirão fazer nestes trabalhos e depois, como se tal não bastasse, posso dar outro exemplo que me parece um pouco ainda mais preocupante é o facto de, por exemplo, um conselho executivo poder homologar o relatório técnico pedagógico sem a anuência, sem a concordância do encarregado, do próprio encarregado de educação. Não sei como é que pode ser vista uma opinião válida do encarregado de educação quando o próprio encarregado de educação do aluno em que se trata o relatório técnico pedagógico, não é tida nem achada a opinião, é o conselho pedagógico eventualmente que valida e depois o conselho executivo faz homologação, independentemente do parecer favorável ou não favorável do encarregado de educação.

No caso do destratar dos outros recursos humanos, pois, nós aplaudimos, como é evidente, o facto de se colocarem horas letivas de se alocarem horas letivas aos professores de educação especial, quando coordenadores da equipa multidisciplinar, e, eventualmente quando, portanto, elaboram os relatórios técnico pedagógicos, muito bem, estamos completamente de acordo com isso.

O que se passa é que, Sra. Secretária, isso naturalmente fará com que desequilíbrios, desajustes, dentro da própria escola e se calhar depois, futuramente fora dela, aconteçam. E porquê? Existem "n" coordenações de docentes no interior das unidades orgânicas que não têm efetivamente o mesmo tratamento, ou seja, não têm direito às horas letivas que um coordenador, sendo professor, sendo educador, sendo professor de educação especial, terá quando coordenador ou quando criador do relatório técnico pedagógico, e, portanto, isso não nos parece correto, como também não nos parece correto que sendo coordenador da mesma equipa multidisciplinar, um psicólogo, por exemplo, um técnico superior, por exemplo, não tenha também qualquer outro tipo de compensação de algum modo equivalente à compensação que um professor de educação especial tem,

quando exerce exatamente a mesma função, do nosso ponto de vista isso cria um desequilíbrio e não é, digamos, que justo no interior dos trabalhos escolares.

No que toca aos alunos, para que esta minha primeira intervenção seja concluída, no que toca aos alunos, há também, um destratar dos alunos…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Mas o que é isso?

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Que disparate!

O Orador: …nomeadamente no que toca às escolas de referência, se quiserem fazer o favor de ouvir o porque é que eu digo, se calhar depois dar-me-ão razão, e, porquê? As escolas de referência, diz a Sra. Secretária que eventualmente isto nunca acontecerá, mas as escolas de referência do modo como aqui estão plasmadas neste diploma, deixam em aberto a hipótese de um aluno de uma determinada ilha, que até poderá ser o Corvo, porque assim foi falado nos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, um aluno, vamos lá ver do Corvo, que tenha problemas ao nível da visão, criada uma escola de referência nos Arrifes este aluno poderá eventualmente sem a anuência do encarregado de educação ser deslocado, ser transferido da escola do Corvo para os Arrifes.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Isso é falacioso! Onde é que o Sr. Deputado vive?

O Orador: A verdade é que isto é possível dentro deste diploma, não, eu vivo num mundo em que lê os diplomas e os analisa, não sei se o seu mundo é exatamente o mesmo que o meu e, portanto, se os Srs. Deputados, a Sra. Secretária, tomar atenção, é isto que se passa com o diploma que temos em mãos e, portanto, atenção à questão das escolas de referência que no continente tem uma determinada lógica que tem que ser adaptada muito naturalmente à lógica dos trabalhos escolares que se passam na nossa Região e, portanto, posto isto, termino a minha primeira intervenção dizendo que este tem que ser um diploma que não pode deixar passar de algum modo aquilo que se pretende na sua origem, que é igualdade de oportunidades entre todos os alunos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra agora para participar no debate a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de mais, eu gostaria de congratular o Governo Regional, na pessoa da Sra. Secretária Regional, pelo trabalho desenvolvido com a apresentação desta proposta, que hoje está em discussão.

Como todos vós sabeis, temos atualmente nas escolas a coexistência de dois modelos, o de educação especial e educação inclusiva e, importa, de facto, uniformizar aqui procedimentos, importa nós termos conhecimento e também a apropriação de princípios por parte de todos os intervenientes nesta área, daí a necessidade deste enquadramento legislativo e daquilo que estamos hoje aqui a discutir. Ora, após a avaliação daquilo que foi o projeto piloto ou, as experiências piloto em várias escolas da Região, com a introdução ou através da operacionalização do Decreto de Lei 54/2018, que está a vigorar atualmente em território nacional, nós tivemos oportunidade de verificarmos quais as fragilidades e as potencialidades deste novo modelo, para melhor adaptarmos aqui à Região aquilo que nos serviria.

De facto, esta foi uma proposta amplamente escrutinada, como é natural, esteve em discussão pública, qualquer pessoa poderia dar os seus contributos e foram dados e, esta proposta também foi discutida com cinco sindicatos de docentes e não docentes, uma ação que, de resto, foi elogiada pelos próprios sindicatos, porque é contrária ao modus operandi do Governo Anterior, que tomava as decisões e levava as propostas sem ouvir sequer os sindicatos, sem haver qualquer discussão prévia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ora, já foram aqui elencados vários pontos fortes desta proposta, não

os vou estar a repetir, mas de uma forma geral, há de facto aqui uma especificação de conceitos, há aqui também um abandono do sistema de categorização dos alunos, uma maior aproximação aos alunos e àquilo que são as especificidades e as necessidades de cada um, para intervenções mais prolongadas sistemáticas, com alguns daqueles que realmente necessitam e outras mais cirúrgicas, mais pontuais para também casos que assim o requeiram.

Dizer que, de facto, importa aqui retomar algumas das argumentações apresentadas por algumas Sras. e alguns Srs. Deputados, porque umas são, de facto, preocupações legítimas, outras são falácias que nós temos de desmontar, a começar pelas preocupações legítimas, quando a Sra. Deputada Vera Pires fala na necessidade de nós alocarmos mais recursos humanos de assegurar este reforço de recursos humanos, também partilhado pelo Sr. Deputado Nuno Barata e todos os que estão aqui nesta Câmara, certamente que, não sei se viram os números,…

Deputado António Lima *(BE):* Vimos!

A Oradora: … se fizeram o levantamento, mas de uma forma muito rápida, posso-vos dizer, Sr. Deputado António Lima, que em 2019, portanto, o último ano letivo pré-pandémico e da responsabilidade do Governo Socialista, tínhamos 133 técnicos especializados na área da saúde nas escolas da Região, sendo que apenas 48 estavam em situação laboral estável, ora, em 2022, passamos a 155 técnicos especializados, sendo que 90% destes técnicos estão em situação estável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ou seja, nós temos aqui a evidência que não só temos mais profissionais, como temos maior estabilidade, e, para quem não tenha visto hoje o que foi publicado em Jornal Oficial, eu aproveito para relembrar que saiu o mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados para os serviços e organismos da administração pública regional, ora, cerca de 70 vagas que estão lá anunciadas destinam-se, precisamente para as escolas e a para diferentes

profissionais que nelas têm atuação.

Deputados Carlos Freitas e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Ainda em relação às questões que foram aqui levantadas, dizer que, de facto, o Partido Socialista é sempre o arauto das desgraças e tudo está mal, olhe se tudo está mal, se calhar está a confundir os cenários, em território nacional está muito mau, agora aqui nos Açores não temos os mesmos problemas e estamos bem melhores do que aquilo que é o cenário lá fora.

Dizer também que eu não sei se de facto…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Os senhores copiam o diploma e dizem que está mal!

A Oradora: … nós analisamos a mesma proposta, porque há aqui algumas leituras ou interpretações muito dúbias da parte do Sr. Deputado, ora diz aqui que, estamos a destratar os pais encarregados de educação, ora não há aqui nenhum tratamento desta natureza, nós obviamente ouvimos os pais em local próprio, têm assento no conselho pedagógico, e, disse aqui que eles não tinham assento na comissão permanente, pois têm, mas obviamente que têm assento para ouvir ou falar sobre a situação dos seus educandos, portanto, eles estão lá representados e são convocados para estas reuniões.

Mais, falou aqui na questão de ser o conselho executivo a homologar mesmo sem a anuência do encarregado de educação, Sr. Deputado, teve experiência também numa escola, sabe como é que funciona, pois eu também vou falar da minha experiência como professora, sei muito bem o que é nós termos pessoas especializadas a fazerem o diagnóstico e depois haver às vezes alguma resistência da parte dos encarregados de educação, é natural, temos de os sensibilizar, mas nem todos aceitam, e, aqui, havendo uma equipa multidisciplinar a fazer este diagnóstico, aquilo que nós queremos é que avance e está sempre aqui, aquilo que nós procuramos é sempre o superior interesse da criança,…

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: …, portanto, o que nós estamos a fazer é tentar intervir em todas as situações necessárias, porque os especialistas fazem o diagnóstico, eles é que sabem, são especialistas na matéria, o nosso papel é obviamente, ouvir os pais e sensibilizá-los para esta necessidade.

E, em relação às horas letivas, pois, aqui está explicitado que os professores têm, de facto, um trabalho que está alocado à sua componente letiva e obviamente, que se for outro técnico também tem compensação, portanto, a leitura que se faz aqui é que, foi referido precisamente os docentes, porque os docentes têm componente letiva e não letiva, agora qualquer outro interveniente no processo, também tem horas alocadas ao seu horário de trabalho para estas situações e para estes casos, para a coordenação, portanto, é uma questão de interpretação, se calhar, terá de reler o diploma para perceber o que está aí dito.

E, de uma forma geral, para já ficaria por aqui, porque parece que realmente o Partido Socialista não está feliz com estes ganhos…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não percebeu!

A Oradora: …, e com aquilo que se está a dar aos professores e fala aqui numa discriminação, mas o que é real então, diga, Sr. Deputado, o que é que quer? Que nós retiremos esse trabalho à componente letiva…

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não percebeu e é pena!

A Oradora: …, se fosse esse o caso, vinha cá queixar-se que nós não damos as devidas condições, colocamos na componente letiva, vem-se queixar, portanto, têm de decidir o que é que querem exatamente obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca é incorrigível, mesmo em diplomas desta natureza, em que existe, como se viu no âmbito da Comissão, uma forte convergência dos agentes educativos, o Sr. Deputado utiliza vocabulário como o: destratar alunos, o destratar encarregados de educação, é uma adjetivação inaceitável, inaceitável para o Governo Regional, é inaceitável para quem aqui está a ter esta discussão de forma séria.

Sr. Deputado, falou o Sr. Deputado no Corvo, no Corvo olhe, eu posso-lhe dar uma novidade, a comissão permanente, integra a comissão permanente, um elemento do conselho executivo, um docente especializado na educação especial, um docente representante de cada ciclo e nível de ensino e um psicólogo, posso-lhe dizer desde o início do ano, isto é possível no Corvo, porque este Governo contratou, integrou no quadro da unidade de saúde da ilha do Corvo, um psicólogo, pela primeira vez na nossa história.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é essa a questão!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas Sr. Deputado, sabe uma coisa? A ideologia existe, eu às vezes pergunto-me, não da parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a quem reconheço, obviamente, nesta matéria, um conhecimento daquilo que é a ideologia, a sua prática a sua adoção, eu não percebo, é como é que se pode vir aqui defender as políticas, como é que o Partido Socialista, pela voz de V. Exa., defende aqui as políticas adotadas, por exemplo, pelo Presidente Trump e os conservadores norte-americanos. Diz V. Exa., por exemplo, em relação à implementação do relatório técnico, que este parecer é não vinculativo, ora o que querem os conservadores norte-americanos é que seja vinculativo, impedindo assim o Estado de implementar, e as escolas, neste caso, e os especialistas de implementarem as medidas que considerarem adequadas, ora, o que nós defendemos e o que o Partido Socialista defendeu sempre foi que o Estado não pode desresponsabilizar-

se e, neste caso, neste tipo de situações tem que prevalecer, tem que prevalecer aquele que é o conhecimento técnico, aquele que é o conhecimento na área educativa desta matéria e o Estado não deve ser submetido a qualquer tipo de bloqueio por parte dos encarregados de educação, os encarregados de educação participam nesta matéria, mas o Estado não pode desresponsabilizar-se nesta matéria, como V. Exa. agora veio defender…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … em completo contra senso com o que o Partido Socialista sempre defendeu e alinhando com as posições mais conservadoras que existem nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Afinal, Sr. Deputado, de que lado é que V. Exa. está, Sr. Deputado? O Sr. é progressista, o Sr. partilha aquela que é a escola progressista do Partido Socialista nesta matéria ou o Sr. está do outro lado? O Sr. está do lado de quem quer desresponsabilizar o Estado de fazer aquela que é a sua função nesta matéria, na área educativa, como noutras.

E, Sr. Deputado, o que eu lhe posso dizer, é que, em relação a esta matéria, há um avanço significativo, um avanço significativo do ponto de vista conceptual já vimos, também já foram aqui dados exemplos do ponto de vista dos meios que estão a ser colocados e que estão a ser disponibilizados às nossas escolas, daquela que é o assumir de uma responsabilidade alargada no âmbito da inclusão, em que se assumem mais competências, em que se assumem mais responsabilidades, em que se têm maior ambição.

E, por isso Sr. Deputado, se há retrocesso, há um retrocesso no território continental do país, aí é que os professores estão a ser maltratados, aí é que o Sr. pode utilizar o verbo destratar…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … aí sim, aí sim, e veja, Sr. Deputado, há uma coisa que também eu lhe quero dizer, aqui, na Região Autónoma dos Açores, enquanto esta Coligação prevalecer, o que lhe posso dizer é que as experiências que querem ser introduzidas, nomeadamente do ponto de vista da colocação municipal dos professores, isso não irá acontecer na Região Autónoma dos Açores, tal como foi proposto pelo Governo do Partido Socialista no âmbito da República, mas posso-lhe dizer que aqui nós não vamos abdicar nesta matéria e que este tipo de políticas retrógradas aqui não serão aplicadas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E quero-lhe dizer, Sr. Deputado, também nesta matéria, quero-lhe dizer nesta matéria, Sr. Deputado, que sim, a escola inclusiva é o futuro e a escola inclusiva, este conceito, o trabalho que é preciso fazer nas escolas para que este modelo funcione, pressupõe que a profissão docente seja muito valorizada e que esta questão seja vista com espírito de missão, e, Sr. Deputado é através das políticas que têm sido adotadas por parte deste Governo, valorizando a carreira docente, integrando os professores na carreira, terminando com um conjunto enorme de injustiças que herdamos dos vossos Governos, é assim que na prática, o modelo de escola inclusiva funciona, tem futuro e nós temos esta ambição de fazer ainda mais e melhor e estamos a fazer isso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso é muito interessante, mas isso não está no diploma, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado destratar, sim! A educação inclusiva é, e, tem que ser o futuro da educação…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Tem de ser o presente, o agora!

O Orador: Certo, o presente da nossa educação. Mas, não me parece que qualquer outro partido aqui dentro possa dar lições de educação inclusiva ao Partido Socialista, lamento, mas não me parece e vou-lhe explicar porquê, ditadura, Sr. Deputado, ditadura, ditadura, Sr. Deputado, é não ouvir os pais encarregados de educação com respeito, isso é ditadura, Sr. Deputado! Não é o Partido Socialista dos Açores…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Ao Partido Socialista não, mas a si, sim!

O Orador: … que subscreve que eventualmente, o Sr. Trump terá dito ou não dito, o que o Partido Socialista dos Açores faz, é seguir a lógica que o próprio Partido Socialista Nacional também faz, e, porque é que eu digo isto? Porque, se o Sr. Deputado lê-se atentamente o regime jurídico de apoio à educação inclusiva do continente, iria reparar que no continente, no continente é necessária a concordância dos pais encarregados de educação, e, isso foi retirado do continente para o documento que aqui temos em mãos e, portanto, isso é que é ditatorial, não é ditatorial concordar com os pais e encarregados de educação ou acordar com os pais e encarregados de educação, é verdade Sr. Deputada Délia Melo, que tenha alguma experiência ao nível da gestão de uma escola, pois eu quero lhe dizer que 8/9 anos que estive na gestão de uma escola, nunca um encarregado de educação viu assinado um documento contra a sua própria vontade.

E, portanto, isso não é ser ditador isso é encontrar com os encarregados de educação um modelo, um modo de trabalhar com os alunos das nossas escolas e não é de cima para baixo, de uma forma ditatorial, sem respeitar os encarregados de educação com uma palavra válida, …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Onde é que isso está?

O Orador: … respeitando como palavra válida, que estará a fazer muito bem e, portanto, Sr. Deputado Paulo Estevão, leia um pouquinho melhor…

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: … os documentos antes de vir dizer seja o que for, que o Partido Socialista no continente ou cá faz assim ou faz assado, convém, para além da demagogia, da sua forma de falar e da sua forma de expressar a sua política, tenha alguma consistência na leitura dos diplomas que estamos a trabalhar.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: …, isso seria aconselhável.

Avisam-me que o tempo acaba, mas, Sr. Deputado, eu tenho a dizer-lhe que nós defendemos uma escola inclusiva, sem qualquer espécie de dúvida, mas verdadeiramente inclusiva, e não um diploma que faz isso parecer. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Senhor Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Veja Sr. Deputado Rodolfo Franca, que eu, falei-lhe de diferenças em relação à análise e da conceção do documento, veja Sr. Deputado Rodolfo Franca, que eu não disse que era a posição do Partido Socialista e que não o reconheço que nesta matéria, o Partido Socialista tem obviamente o mérito, desde logo porque este conceito de escola inclusiva foi adotado durante o período de vigência do Governo Socialista.

Bom, o que eu quero aqui dizer é que diferencio aquela que é a posição do Partido Socialista, daquela que é a sua posição, Sr. Deputado, nesta matéria daquela que é a sua posição.

É assim que eu estou a interpretar aquela que é a posição histórica do Partido

Socialista nesta matéria.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E o que lhe quer dizer, Sr. Deputado, que não é através de um insulto, através do insulto, dizendo que os outros não leram os documentos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Qual insulto?

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): É insulto!

O Orador: O Sr. não leu, nem analisa, o Sr. não leu nem analisa melhor os documentos.

O Sr. não estuda melhor os documentos do que qualquer outro Deputado nesta Casa.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E o Sr. não tem o direito de adjetivar as intervenções de outros Deputados, como demagógicas no estilo e naquilo que é dito e, portanto, Sr. Deputado, eu não lhe admito esse tipo de adjetivações, não lhe permito…

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Quantas vezes o senhor já não fez isso?

O Orador: Sr. Presidente, gostava de fazer a minha intervenção, porque o Partido Socialista…

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Quantas vezes o senhor adjetivou intervenções dos outros Deputados?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor é Vice-Presidente!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): O que é que o senhor tem a ver com isso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão termine a sua a sua intervenção. Srs. Deputados!! Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. A democracia pressupõe a capacidade de ouvir os outros, mesmo quando discordamos deles, isso é uma coisa que eu faço sempre é ouvir o que os outros Srs. Deputados têm para dizer e aquela que é a sua opinião, quando se tenta interromper o orador que está na posse da palavra,

já se começou a perder a discussão, porque todos percebem lá em casa aqueles que estão seguir esta discussão, todos percebem, Sr. Deputado, que é a tentativa de interromper o orador, que é de insultar o orador, que essa atitude não é democrática, não é aceitável e constitui uma descortesia tremenda.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é o seguinte, os pais são consultados neste processo, a implementação das medidas previstas no relatório técnico pedagógico deve ser sujeita a parecer não vinculativo por parte dos pais ou encarregados de educação, porque de outra forma nalgum tipo de situações pode impedir-se que os alunos tenham este apoio educativo que é essencial.

O Sr. acha, eu não acho que seja aquilo que o Partido Socialista acha, o Sr. acha que se o pai, se o encarregado de educação não concorda com as medidas este aluno fica sem um documento, sem um relatório técnico pedagógico e, portanto, fica impedido de ter este apoio, se o Sr. pensa isso, eu discordo profundamente, acho que o Estado deve assumir essa responsabilidade com um conjunto e as competências que têm estes técnicos e estas equipas, eu considero que o Estado deve fazer, o Sr. acha que não, que se deve sobrepor com direito de veto, aquela que é a posição dos encarregados de educação, Sr. Deputado, esta é a posição dos conservadores americanos na área da educação, Sr. Deputado, não é a posição de quem tem uma posição progressista sobre esta matéria que o Partido Socialista há pouco tinha e que deixou de ter de acordo com aquela que é a sua posição nesta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está inscrita a Sra. Deputada Délia Melo, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) Deputada Délia Melo *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente um dos pontos de maior divergência entre aquela que é a visão do Partido Socialista e a proposta do Governo Regional está centrada no papel dos pais e encarregados de educação.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Não é só!

A Oradora: Ora, então eu coloco aqui uma situação hipotética, vamos supor que há um aluno que é identificado por todos os técnicos da equipa multidisciplinar, como um aluno que necessita de uma intervenção, ora, e, esta equipa recomenda, de facto, que seja feita essa intervenção.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Vale o que vale!

A Oradora: Eu gostaria de perceber, então, se optam por fazer intervenção e aí ir ao encontro daquilo que são as reais necessidades do aluno ou, por outro lado, prevaleceria aquela que é a vontade dos pais e o aluno ficaria impedido de ter este apoio.

Portanto, eu gostaria de perceber o que é que o Partido Socialista faria nesta situação. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A educação inclusiva já não era sem tempo de podermos debater esta questão nesta Assembleia, um diploma que foi apresentado já há largos meses pelo Governo e que pretendemos que arranque no próximo ano.

Estamos todos de acordo quanto ao princípio, é preciso mudarmos o paradigma e, portanto, é de saudar esta convergência inicial, não obstante, respondendo em primeiro lugar às questões que me foram suscitadas e depois, quanto a algumas

observações.

Quer a Sra. Deputada Vera Pires quer o Sr. Deputado Nuno Barata colocaram a questão dos recursos humanos é uma questão absolutamente essencial, por isso mesmo é que este Governo tem feito um forte, fortíssimo investimento na dotação e alocação de recursos humanos nas nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: No que concerne, por exemplo, às equipas, no âmbito até, numa resposta muito recente que fizemos equipas no âmbito da saúde escolar que integram terapeutas ocupacionais, terapeutas de fala, psicomotricista, psicólogos, nós, por comparação ao início das nossas funções, já aumentámos os quadros em 25%. Sras. e Srs. Deputados, esse é um trabalho que tem de se prosseguir.

No que concerne à formação, outra questão que foi aqui suscitada pela Sra. Deputada Vera Pires e depois foi acompanhada por outros Deputados, a formação é uma questão essencial e daí estar previsto nesta proposta que o Governo apresenta a construção de um manual para a informação de toda a comunidade educativa, inclusivamente dos pais e encarregados de educação e depois as medidas de formação no terreno pela equipa regional multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, ERMAEI, sendo que esta equipa já começou ao longo destes últimos anos, esteve a acompanhar as experiências piloto, tem estado no terreno a acompanhar a situação das escolas, tem preparado já um esboço do seu programa de formação e desse próprio manual e está naturalmente à espera pelo desfecho deste documento, para poder então concluir os seus manuais, para que possa partir de imediato para o terreno, e, daí a nossa urgência em debatermos nesta Casa este documento o quanto antes para podermos no resto do ano letivo, até setembro, prepararmos a formação e a informação necessária à comunidade.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, uma vez que também teceu algumas questões quanto a conteúdo. Ficou claro, creio eu, a noção de que há uma distinção objetiva entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a proposta do Governo, o Sr.

Deputado, disse-o várias vezes, a proposta do Ministério da Educação é melhor, há uma perda [impercetível] até o disse, uma perda significativa com a proposta deste Governo, pois que fique registado essa diferença de postura que nós assumimos, porque este documento no continente tem sofrido e sido alvo de duras críticas por parte de toda a comunidade educativa, inclusivamente por parte dos professores de educação especial, mas na Região, nós, antes de apresentarmos essa proposta, porque nós tínhamos uma proposta que tinha sido deixada pelo Governo anterior, que pretendia apresentá-la no período até da pandemia, depois veio a pandemia, não apresentaram e aquilo que nós decidimos fazer foi colocar a questão em primeiro lugar ao conselho coordenador e foi logo ali, o primeiro momento em que nós nos apercebemos da reação virulenta de todas as nossas escolas e, portanto, aqui fica esta distinção clara, nós ouvimos quem está no terreno, fizemos as alterações necessárias, os Srs. manteriam o modelo do Ministério da Educação.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: E esse modelo e essa questão começa até e como disse há pouco foi fortemente contestada pelos Centros de Educação Especial que criticam que deixa de haver um plano integrado no apoio à educação inclusiva, porque aquilo que é o núcleo de educação especial simplesmente desaparece e ficava completamente esvaziado das suas funções. Aquilo que a gente aqui retoma, por exemplo, mas fiquei também muito surpreendida com a proposta do PS, quando propõe que se retire o número 3 do artigo 7º., ora é um número que dispõe que quando as medidas visem trabalho direto e individualizado com os alunos deva ser especificado de forma devidamente justificada o número de horas ou tempos letivos que lhe sejam adstritos, ou seja, se nós retirarmos isso, Sras. e Srs. Deputados, ficamos sem qualquer referência relativamente ao tempo em concreto definido pela equipa multidisciplinar do tempo, que deve ser alocado ao trabalho com cada aluno e isso é que é arbitrariedade total, este é o que é o regime atual

que se vive nas nossas escolas, em que depois em vez de se estar a dar e a prestar apoio educativo individualizado, acaba por não se fazer nada porque não está registado nas horas letivas dos docentes, com isso, nós não concordamos efetivamente.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: No que concerne ao tratamento e às questões dos encarregados de educação, Sr. Deputado Rodolfo Franca, atente ao disposto na proposta na alínea a) do número 2 do artigo 5º., diz o seguinte: *os pais e os encarregados de educação têm direito a exercer, a participar nas reuniões da equipa multidisciplinar permanente nas matérias concernentes aos respetivos educandos*, aqui também somos diferentes do continente, Sr. Deputado, é que no continente os pais consultam o processo, nos Açores os pais, se isto for apreciado, vão participar…

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: …da elaboração desse documento.

Mas, não foi este o nosso ponto de partida, Sr. Deputado, nós, como eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção inicial, nós apresentámos este documento a auscultação pública, não precisávamos fazê-lo, mas apresentámos pelo prazo de 30 dias

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: E, na fase inicial não tínhamos consignado esta diferença e foi a própria Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação que no que concerne a este artigo 5º., nos apresentou a seguinte proposta ou consideração e passo a citar:

É importante especificar este, ouvido o conselho pedagógico, uma vez que quem trabalha diretamente no campo deve ter também uma palavra a dizer e esta

palavra tem de ser, se não vinculativa, pelo menos considerada, fim de citação, e, portanto, aqui está a posição dos encarregados de educação, que também reconhecem que é um parecer técnico, que é pelo menos vinculativo, no mínimo considerado, mas que entendiam que devia ser vinculativo e, portanto, o que aqui que está em causa é o superior interesse da criança.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: O que é que nós fazemos quando, de repente não há um programa para a criança? E esta é que é a questão que deve ser suscitada, essa é que é a questão essencial, no caso de haver uma divergência, a criança vai ficar sem apoio?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O que é que acontece?

A Oradora: O Estado, o Governo Regional vai demitir-se na totalidade dos planos educativos relativamente a essa criança? É isso que está a acontecer agora, Sr. Deputado, e, portanto, aquilo que aqui está é apresentado um parecer fundamentado do encarregado de educação, há um parecer técnico vinculativo do conselho pedagógico e depois há um processo de homologação pelo conselho executivo, homologação não é assinar de cruz com um olho aberto e outro fechado, como houve um conselho executivo há vários anos que disse à saída de um conselho coordenador, homologar é verificar a disposição, se está, o que é apresentado, se está conforme a legislação e os procedimentos, e aqui também na legislação também estão os direitos das próprias famílias e, portanto, os direitos das próprias famílias estão aqui considerados, mas mesmo que assim não se entendesse, Sr. Deputado, é o próprio PAN, que apresenta uma proposta alternativa que cria uma outra via relativamente a diferenças de posição, e isso nós temos que considerar, não podemos é chegar à situação extrema de não havendo qualquer tipo de consenso o aluno é que é prejudicado e deixa de ter um…

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: … um apoio e medidas seletivas ou adicionais, …

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: … isso não pode acontecer de forma alguma.

No que concerne às reduções dos coordenadores, bem, não percebo a questão da comparação com outros coordenadores, se o Sr. Deputado propõe que, então já não consigne a redução na componente letiva e semanal dos coordenadores, porque outros têm ou deixam de ter, sendo que também recordo que também já apresentámos a esta Casa uma proposta de revisão do regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas, precisamente a rever também os tempos de trabalho nos cargos de coordenação e de gestão das unidades orgânicas.

Mas para além disso, a questão da comparação entre professores, docentes e pessoal da ação educativa, há uma destrinça é que, no que concerne ao horário do professor, existem duas componentes diferentes de trabalho e convém naquelas situações em concreto, especificar em qual das componentes se opera a redução, sendo que para os outros profissionais são as 35 horas semanais de serviço, naturalmente, como está especificado no diploma que aqui é apresentado.

Por último, no que concerne às escolas de referência, Sr. Deputado, há de me dizer em que sitio é que está que o pai é prejudicado e que é a administração que coloca o aluno numa determinada escola, Sr. Deputado, não se esqueça, portanto, esse prejuízo não acontece, não está aqui, não está aqui consignado que a escola, a administração, coloque o aluno onde lhe aprouver, isso nunca poderia acontecer e não está efetivamente aqui escrito, mas para além disso existe o estatuto do aluno e o próprio regime, regulamentos de gestão administrativa pedagógica dos alunos que determina claramente quais são os direitos dos pais e encarregados de educação no que concerne à matrícula dos seus educandos, aliás, com total liberdade de escolha nos seus estabelecimentos de educação e de ensino, o que acontece é que, não sendo numa escola de referência, poderá ser feito um protocolo entre essa escola de referência e outra qualquer, também aqui está

consignado nas escolas de referência, de forma a que seja prestado o apoio que este aluno em específico requer.

Espero que tenha sido absolutamente clara no que concerne a esta questão, sendo que aqui não basta classificar, é preciso apontarmos claramente aquilo que estamos a considerar, sob pena de perdermos objetividade e ser o sistema educativo que fica prejudicado. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Sr. Presidente é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, atendendo à hora vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, continuamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 45 minutos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 17 - 01 - 2023

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 403/XV (IL) - Simplifica a sinalização relativa ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados à utilização coletiva (Quarta alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo) - Audição n.º 158/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 15
Comissão: Assuntos Sociais
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 04;

Assunto: N.º 398/XV (PAN) - Estabelece o regime jurídico aplicável ao esclarecimento cívico e ao direito de antena no âmbito das eleições para Presidente da República, Assembleia da República, Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Parlamento Europeu e dos Órgãos das Autarquias Locais, bem no âmbito dos Referendos nacionais, regionais e locais - Audição n.º 159/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 15
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 04;

Assunto: N.º 421/XV (PCP) - Altera o procedimento especial de reposição de freguesias (Primeira alteração à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho) - Audição n.º 162/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 –12 - 19
Comissão: Política Geral
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 09;

Assunto: N.º 440/XV (L) – Direito ao Saneamento Básico - Audição n.º 163/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 22
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 11;

Assunto: N.º 428/XV (CH) – Altera a Lei n. º 37/2003, de 22 de agosto, assegurando a introdução de complemento de insularidade aplicável ao financiamento dos estabelecimentos de ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores - Audição n.º 164/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 22
Comissão: Assuntos Sociais
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 11;

Assunto: N.º 390/XV (CH) – Pela aprovação de várias faculdades inerentes à atividade prestada pelos guardas-florestais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e harmonização do seu respetivo regime de aposentação - Audição n.º 165/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 22
Comissão: Política Geral
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 11;

Assunto: N.º 387/XV (PAN) – Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações - Audição n.º 166/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 – 12 - 22
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 11;

Assunto: N.º 462/XV (BE) – Revoga o modelo de cogestão das áreas protegidas e introduz medidas para uma boa gestão das áreas protegidas (revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) - Audição n.º 168/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2023 – 01 - 11
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 31;

Assunto: N.º 459/XV (PSD) – Aprova os estatutos do Conselho de Ação Climática criado pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) - Audição n.º 169/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2023 – 01 - 13
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 02 – 02.

2- **Propostas de Lei:**

Assunto: N.º 53/XV (GOV) - Procede à concretização dos elementos essenciais da taxa associada à prestação de serviços postais - Audição n.º 160/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 15
Comissão: Economia
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 04;

Assunto: N.º 54/XV (ALRAM) - Regula o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais, na Região Autónoma da Madeira, no domínio do estacionamento público - Audição n.º 161/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2022 –12 - 19
Comissão: Política Geral
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 09;

Assunto: N.º 55/XV (GOV) - Cria o regime jurídico aplicável ao controlo e fiscalização do pessoal crítico para a segurança da aviação civil em exercício de funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas - Audição n.º 167/XII - AR
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2023 - 01 - 05
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 25.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece as medidas de apoio aos praticantes desportivos

olímpicos, paralímpicos e de alto rendimento após o termo da sua carreira desportiva - MAAP - (Reg. DL 194/XXIII/2022) - Audição n.º 102/XII - GR
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Comissão: Assuntos Sociais
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 23;

Assunto: Que estabelece as Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2023 - MF - (Reg. 4/XXIII/2023) - Audição n.º 103/XII - GR
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04
Comissão: Economia
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 05;

Assunto: Que estabelece as regras gerais de aplicação do PEPAC Portugal, bem como, as disposições relativas à sua gestão financeira - MAA - (Reg. 367/XXIII/2022) - Audição n.º 104/XII - GR
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2023 – 01 – 10
Comissão: Economia
Data-Limite de Parecer: 2023 – 01 – 24.

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 77/XII - http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR077.pdf
Assunto: Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora
Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 12 – 21
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Limite de parecer: 2023 – 01 – 20;

N.º 78/XII - http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR078.pdf
Assunto: Eco taxa marítima
Proveniência: PAN
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23
Comissão: Economia
Limite de parecer: 2023 – 01 – 26;

N.º 79/XII - http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR079.pdf
Assunto: Eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila
Proveniência: PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN/DI
Data de Entrada: 2023 – 01 – 10
Comissão: Política Geral
Limite de parecer: 2023 – 02 – 09.

5- **Projeto de Resolução:**

N.º 144/XII - http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR144.pdf
Assunto: Criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços
Proveniência: PS
Data de Entrada: 2023 – 01 – 05
Comissão: ----------
URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Anteproposta de Lei:

N.º 16/XII - http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEAPpL016.pdf

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime jurídico da regularização dos «chãos de melhoras»

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2023 – 01 – 12

Comissão: Política Geral

Data-limite de parecer: 2023 – 02 – 13.

7- Petições:

N.º 44/XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti3620.pdf

Assunto: Contabilização do tempo integral do serviço dos enfermeiros prestado no SRSA

Proveniência: Carla Isabel Lopes Amaral

Data de Entrada: 2022 – 12 – 07

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão;

N.º 45/XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti3.pdf

Assunto: Em defesa do atual passeio de calçada portuguesa na Avenida Marginal, património modernista da cidade da Horta

Proveniência: Manuela Bairos

Data de Entrada: 2023 – 01 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão.

8- Requerimentos:

Assunto: Inação do Governo leva a um atraso superior a 6 meses na regulamentação da atividade de transporte de passageiros em veículos descaracterizados nos Açores
Autores: Rui Anjos, Andreia Costa e Carlos Silva (PS)
Data de Entrada: 2022 – 12 – 20
Referência: 54.02.00 – N.º 519/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque519.pdf

Assunto: O Governo Regional está a acautelar o impacto para as empresas e famílias dos Açores das alterações no sistema de comércio de licenças de emissão nos setores da aviação e do transporte marítimo?
Autores: Andreia Costa, Sandra Faria, Carlos Silva e José Manuel Ávila (PS)
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.00 – N.º 520/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque520.pdf

Assunto: Tipo de vínculo dos cuidadores contratados ao abrigo do programa "Novos Idosos"
Autores: António Lima e Vera Pires (BE)
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28
Referência: 54.06.00 – N.º 521/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque521.pdf

Assunto: Dúvidas do Conselho de Administração do Hospital Santo Espírito Ilha Terceira
Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.06.03 – N.º 522/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque522.pdf

Assunto: O que esconde o parecer do Governo Regional dos Açores à quarta alteração à Portaria n.º 77-B/2014, de 1 de abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S. A.?
Autores: Carlos Silva, Andreia Costa e Rui Anjos (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Referência: 54.02.00 – N.º 523/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque523.pdf

Assunto: Estado de abandono do Centro de Processamento de Resíduos da Ilha do Corvo constitui um verdadeiro crime ambiental
Autor: Lubélio Mendonça (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Referência: 54.02.09 – N.º 524/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque524.pdf

Assunto: Tecnopolo MARTEC a caminho de ser uma oportunidade perdida com este Governo Regional de Direita
Autores: Ana Luís e Tiago Branco (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Referência: 54.02.07 – N.º 525/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque525.pdf

Assunto: Cobrança do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos entre 2015 e 2019

Autores: João Bruto da Costa e António Vasco Viveiros (PSD)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04
Referência: 54.03.00 – N.º 526/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque526.pdf

Assunto: Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores
Autor: Gustavo Alves (PPM)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04
Referência: 54.07.00 – N.º 527/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque527.pdf

Assunto: Procedimento concursal para o cargo de Diretor de serviços de Apoio ao Investimento e à Competitividade da Direção Regional do Desenvolvimento Rural no âmbito da oferta n.º 653/2021 disponível na plataforma BEPA
Autor: Pedro Neves (PAN)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04
Referência: 54.08.00 – N.º 528/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque528.pdf

Assunto: Os pescadores da Graciosa estão a ser prejudicados pela má gestão do Governo
Autores: José Ávila e Manuel José Ramos (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 05
Referência: 54.02.04 – N.º 529/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque529.pdf

Assunto: Nomeação da Diretora de Serviços de Apoio ao Investimento e à Competitividade

Autor: José Pacheco (CH)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 05
Referência: 54.09.00 – N.º 530/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque530.pdf

Assunto: Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM relativo ao fornecimento de fuelóleo
Autores: António Lima e Vera Pires (BE)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 06
Referência: 54.06.00 – N.º 531/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque531.pdf

Assunto: O cada vez mais estranho caso do estudo sobre o transporte marítimo interilhas promovido pelo Governo Regional
Autores: Carlos Silva, João Vasco Costa, Berto Messias, José Ávila, Isabel Teixeira, Mário Tomé, Tiago Branco e José Gabriel Eduardo (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 09
Referência: 54.02.00 – N.º 532/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque532.pdf

Assunto: O Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência é uma cortina de fumo promovida pelo Governo Regional
Autores: Berto Messias, Isabel Teixeira, Tiago Branco e Lubélio Mendonça (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 09
Referência: 54.02.00 – N.º 533/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque533.pdf

Assunto: Um curioso contrato de prestação de serviços celebrado com a Nobre

Guedes & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL., pela Vice-Presidência do Governo

Autores: Berto Messias e Andreia Costa (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 09

Referência: 54.02.03 – N.º 534/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque534.pdf

Assunto: Serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde de São Roque, ilha do Pico

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 10

Referência: 54.06.06 – N.º 535/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque535.pdf

Assunto: Contratação de serviços de assessoria e consultoria médica com a empresa ATLIMEDS - Integrated Medical Solutions. Lda.

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 536/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque536.pdf

Assunto: Quais são os reais prejuízos verificados nos Açores na sequência da passagem da Depressão EFRAIN?

Autores: José Gabriel Eduardo, Lubélio Mendonça, Mário Tomé, José Ávila e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 537/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque537.pdf

Assunto: Contrato para aquisição de assessoria clínica
Autor: José Pacheco (CH)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12
Referência: 54.09.00 – N.º 538/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque538.pdf

Assunto: Cabos submarinos dos Açores
Autor: José Pacheco (CH)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 13
Referência: 54.09.00 – N.º 539/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque539.pdf

Assunto: Concessão de Licenças de Ocupação e de Utilização de espaços, para a atividade comercial de restauração/bar na Aerogare Civil das Lajes
Autores: António Lima e Vera Pires (BE)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 13
Referência: 54.06.03 – N.º 540/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque540.pdf

Assunto: Governo Regional "engavetou" o concurso da empreitada de remodelação do Corpo A e B do Hospital da Horta prejudicando a prestação condigna dos cuidados de saúde
Autores: Ana Luís, Tiago Branco e Tiago Lopes (PS)
Data de Entrada: 2023 – 01 – 16
Referência: 54.02.07 – N.º 541/XII. –
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque541.pdf

9- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Nomeações no Executivo Açoriano
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.09.00 – N.º 448/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp448.pdf

Assunto: Governo Regional não entregou no prazo estabelecido os planos de gestão e risco de corrupção e infrações conexas!
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.00 – N.º 476/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp476.pdf

Assunto: Profissionais de saúde em funções nas unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.03.00 – N.º 487/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp487.pdf

Assunto: Bairro Piedade Jovem - Arrifes
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.09.02 – N.º 488/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp488.pdf

Assunto: Projeto de reabilitação do Porto de São Roque do Pico
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.06 – N.º 490/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp490.pdf

Assunto: Evolução dos contratos de cooperação valor em 2021 e 2022
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.00 – N.º 492/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp492.pdf

Assunto: Porto das Lajes das Flores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.07.08 – N.º 494/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp494.pdf

Assunto: Governo negligencia respostas de saúde aos terceirenses nas freguesias de Porto Judeu, Posto Santo e Terra-Chã
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.03 – N.º 495/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp495.pdf

Assunto: Combate às dependências nos Açores
Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.09.00 – N.º 496/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp496.pdf

Assunto: Inação do Governo prejudica a Vila da Madalena

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.02.06 – N.º 498/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp498.pdf

Assunto: O ainda mais estranho caso da mobilidade de um licenciado em Educação Física para a Rede Integrada de Apoio ao Empresário

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 501/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp501.pdf

Assunto: Médicos de família nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.09.00 – N.º 502/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp502.pdf

Assunto: Fluxo de Passageiros de e para a ilha de Santa Maria, via aérea

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.03.01 – N.º 503/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp503.pdf

Assunto: Cobertura de cuidados assistenciais aos idosos na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.08.00 – N.º 504/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp504.pdf

Assunto: Pedido de informação sobre intenções de investimento apoiadas no "Sistema de incentivos financeiros para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do PRR, designado por Solenerge"
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.05.00 – N.º 506/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp506.pdf

Assunto: Secretário Regional da Agricultura desautoriza o Diretor Regional e o Júri do Concurso para Diretor do Serviço Florestal da ilha do Pico
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.06 – N.º 507/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp507.pdf

Assunto: Obras na Alameda dos Plátanos, concelho da Povoação, ilha de São Miguel
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22

Referência: 54.08.02 – N.º 508/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp508.pdf

Assunto: Variação dos preços dos combustíveis na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.10.00 – N.º 509/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp509.pdf

Assunto: Transporte marítimo de mercadorias continua a falhar aos Corvinos
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22
Referência: 54.02.09 – N.º 510/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp510.pdf

Assunto: Lancha "Ariel" há 3 meses sem servir o Corvo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 27
Referência: 54.02.09 – N.º 500/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp500.pdf

Assunto: Área protegida de gestão de recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.09.02 – N.º 489/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp489.pdf

Assunto: Parecer do Governo Regional dos Açores à quarta alteração à Portaria n.º 77-B/2014, de 1 de abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S.A., e nos restantes aeródromos e aeroportos
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.02.00 – N.º 505/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp505.pdf

Assunto: Apoios concedidos às empresas sediadas nas ilhas das Flores e do Faial
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.07.00 – N.º 512/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp512.pdf

Assunto: Situação laboral precária dos elementos da Equipa de Acompanhamento e Avaliação do Programa Estagiar L
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.06.00 – N.º 515/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp515.pdf

Assunto: Zona de Porto Pim continua a aguardar intervenção proteção costeira 3 anos após a passagem do furacão Lorenzo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.02.07 – N.º 516/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp516.pdf

Assunto: Ligação de fibra ótica CAM – defesa dos Açores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29
Referência: 54.03.00 – N.º 518/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp518.pdf

Assunto: Continua o inexplicável cancelamento de cirurgias
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 30
Referência: 54.02.03 – N.º 514/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp514.pdf

Assunto: O Governo Regional esqueceu as famílias de Santo Antão e do Topo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Referência: 54.02.05 – N.º 497/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp497.pdf

Assunto: Aeródromo da Ilha do Corvo 5
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03
Referência: 54.07.09 – N.º 517/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp517.pdf

Assunto: Assiste-se a uma degradação diária da prestação de serviços de saúde no Corvo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2023 – 01 – 11

Referência: 54.02.09 – N.º 513/XII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp513.pdf

Assunto: Inação do Governo leva a um atraso superior a 6 meses na regulamentação da atividade de transporte de passageiros em veículos descaracterizados nos Açores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2023 – 01 – 11
Referência: 54.02.00 – N.º 519/XII.
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp519.pdf

10- Informações:

Assunto: Agradecimento pelo envio de um Voto de Congratulação - Aos Docentes da Região Autónoma dos Açores, aprovado por unanimidade na sessão plenária de 20 de outubro de 2022, sob proposta do Partido Social Democrata
Proveniência: António Bento Fraga Barcelos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Data de Entrada: 2022 – 12 – 14;

Assunto: Agradecimento pela participação de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no XV Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira e envio das conclusões que foram apresentadas na sessão de encerramento
Proveniência: António Bento Fraga Barcelos, Presidente da Mesa Coordenadora da União Regional das Misericórdias dos Açores
Data de Entrada: 2022 – 12 – 14;

Assunto: Agradecimento pelo envio de um Voto de Congratulação – Centenário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL, aprovado por unanimidade na sessão plenária de 7 de julho de 2022, sob proposta do Partido Socialista
Proveniência: Jorge Volante e Licínio Pina, representantes da FENACAM e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, respetivamente
Data de Entrada: 2022 – 12 – 15;

Assunto: Comunicação por correio eletrónico, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação de suspensão de mandato, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2022, até 22 de dezembro de 2022, inclusive
Proveniência: Ricardo Vieira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 12 – 16;

Assunto: Ofício 114/022/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da prorrogação de suspensão do mandato do Deputado Ricardo Vieira, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata, Susana Alexandra Gomes Soares, com efeitos a partir de 18 de dezembro, inclusive
Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 12 – 16;

Assunto: AT/2153/2022 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da

ALRAA, o Senhor Deputado Francisco Coelho passa a substituir o Senhor Deputado João Vasco Costa na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2022

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 12 – 16;

Assunto: AT/2160/2022 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da ALRAA, o Senhor Deputado João Vasco Costa passa a substituir o Senhor Deputado Francisco Coelho na Comissão Especializada Permanente de Política Geral, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2022

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 12 – 19;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66XII (PAN) – "Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)" e da Petição n.º 42/XII – "Criação de condições condignas de trabalho para os funcionários dos Centros Ambientais dos Açores, afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas"

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 12 – 21;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII (GOV) – Regime Jurídico de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, até 17 de fevereiro de 2023 e do Projeto de Resolução n.º 135/XII (Deputado Independente) - Implementação do Sistema Regional de Telemedicina Permanente, até 7 de fevereiro de 2023
Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22;

Assunto: Comunicação por correio eletrónico, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação de suspensão de mandato, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 22 de dezembro de 2022, até 29 de dezembro de 2022, inclusive
Proveniência: Ricardo Vieira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22;

Assunto: Ofício 115/022/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da prorrogação de suspensão do mandato do Deputado Ricardo Vieira, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata, Susana Alexandra Gomes Soares, com efeitos a partir de 22 de dezembro, inclusive
Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2022/321 a enviar as Demonstrações Financeiras referentes ao 3.º trimestre de 2022 das Empresas do Setor Público Empresarial Regional
Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
Data de Entrada: 2022 – 12 – 22;

Assunto: Envio por correio eletrónico do Relatório e avaliação sumária referente ao ponto 5 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2014/A, de 28 de novembro
Proveniência: Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 22 de dezembro de 2022, a Comissão de Economia deliberou admitir a Petição n.º 43/XII – DLR n.º 6/2022/A, de 22 de março – Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores – Nova realidade
Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23;

Assunto: Ofício ref.ª 64/2022, a remeter um Voto de Protesto contra a saída de serviço público e respetivos funcionários do concelho das Lajes do Pico, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e aprovado por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Unidos Pelo Concelho (PSD, CDS-PP e PPM), pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 15 de

dezembro de 2022
Proveniência: António Carrilho Simas Santos, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes do Pico
Data de Entrada: 2022 – 12 – 27;

Assunto: Ofício n.º 1572-ST a remeter, para conhecimento, o Relatório n.º 05/2022-FS/SRATC – Auditoria à receita regional do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), aprovado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 24 de novembro de 2022
Proveniência: Cristina Isabel Medeiros da Silva Soares Ribeiro, Auditora-Coordenadora, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas
Data de Entrada: 2022 – 12 – 27;

Assunto: Envio por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Balanço de 2022 e perspetivas para 2023
Proveniência: Manuel P. Pavão, Presidente da UGT/Açores
Data de Entrada: 2022 – 12 – 27;

Assunto: Ofício ref.ª 22/126/BMS/is a acusar a receção do Voto de Congratulação - Doutora Andreia Melo Carreiro distinguida com o European Sustainable Energy Award 2022 na categoria Woman in Energy, aprovado por unanimidade na sessão plenária de 20 de outubro de 2022, sob proposta do Partido Socialista
Proveniência: Bento de Morais Sarmento, Secretário Executivo da APE
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar que desempenha o cargo de 1.º Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Educação em Ciências (APEduC), atividade não remunerada, no quadro desta Associação científica privada sem fins lucrativos
Proveniência: José Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2022 – 12 – 29;

Assunto: Ofício a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Anteproposta de Lei – Alteração à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia
Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2022 – 12 – 30;

Assunto: Requerimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação de prazo, por 90 dias, do prazo de vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avales a Empresas Privadas, a contar do dia 2 de fevereiro de 2023
Proveniência: João Bruto da Costa, Catarina Cabeceiras, Paulo Estêvão, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Marco Costa, Joaquim Machado, Sabrina Furtado e Flávio Soares dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM
Data de Entrada: 2022 – 12 – 30;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de janeiro de 2023, que versará sobre a problemática da habitação nos Açores, nomeadamente a influência da aplicação dos recursos públicos, no parque habitacional público e privado
Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 01 – 03;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, aprovado por unanimidade na Assembleia da República, na sua reunião Plenária de 9 de dezembro de 2022
Proveniência: Augusto Santos Silva, Presidente da Assembleia da República
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03;

Assunto: Ofício remetido por correio eletrónico a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a carta que versava sobre o Não cumprimento do Dever Constitucional de audição da Regiões Autónomas pela Assembleia da República - Morte medicamente assistida
Proveniência: Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04;

Assunto: Correio eletrónico com a referência P116/2023 (SGD) a enviar cópia da Ata n.º 22 e respetivos anexos da reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras
Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do CAPF
Data de Entrada: 2023 – 01 – 05;

Assunto: Ofício 01/023/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência do nascimento da filha do Sr. Deputado Ricardo Vieira, e tendo em conta que ele vai gozar 25 dias de Licença Parental, conforme n.º 1 e 2 do art.º 5.º do DLR 19/90/A, de 20 de novembro conjugado da alínea b) do n.º 2 do art.º 50.º do estatuto dos

Deputados da Assembleia da República, com efeitos a partir do dia 28 de dezembro de 2022, a vaga será preenchida pela candidata Susana Alexandra Gomes Soares

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 01 – 05;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.^{os} 49/XII – Procede à desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, da parcela de terreno onde se encontram implantadas as ruínas do Forte de São João Baptista da Praia Formosa, situado na freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, até 9 de fevereiro de 2023 e 50/XII – Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+), até 13 de fevereiro de 2023

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de janeiro de 2023, que versará sobre a problemática da habitação nos Açores, ou seja, a influência da aplicação dos recursos públicos, no parque habitacional público e privado, nomeadamente sobre estrutura da partilha dos fundos comunitários entre órgãos de poder, rácios de aplicação dos fundos comunitários em habitação pública e privada e planeamento e objetivos para os quadros comunitários em vigor, cada uma com 3 perguntas

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 01 – 10;

Assunto: Ofício ref.ª 54439037, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Mário José Diniz Tomé, possa prestar depoimento como testemunha no âmbito do Processo Comum 12/20.8T8SRQ, que corre termos no Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico
Proveniência: Ana Melo Figueiredo, Meritíssima Juiz de Direito
Data de Entrada: 2023 – 01 – 11;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XII (GOV) – Define os termos da participação dos municípios da Região Autónoma dos Açores na receita do IVA, até 9 de fevereiro de 2023
Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12;

Assunto: Requerimento o uso da palavra em plenário para apresentação da Anteproposta de Lei n.º 16/XII - Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos "Chãos de Melhoras"
Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL
Data de Entrada: 2023 – 01 – 13;

Assunto: Ofício ref.ª 54495725, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado António Vasco Vieira Neto de Viveiros, possa prestar depoimento como testemunha no âmbito do Processo de Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 447/22.1T9PDL, que corre termos no Juízo de Instrução

Criminal de Ponta Delgada
Proveniência: Francisco de Siqueira, Meritíssimo Juiz de Instrução
Data de Entrada: 2023 – 01 – 16;

11- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 16;
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17087.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 393/XV (PCP) – Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial - Audição n.º 154/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1747-AR.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 10/XII (MESA) – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2021
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR010.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Revisão Constitucional n.º 2/XV (BE) – Novos Direitos, Solidariedade e Clima: Uma Constituição para o Século XXI- Audição n.º 146/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1731-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 398/XV (PAN) - Estabelece o regime jurídico aplicável ao esclarecimento cívico e ao direito de antena no âmbito das eleições para Presidente da República, Assembleia da República, Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Parlamento Europeu e dos Órgãos das Autarquias Locais, bem no âmbito dos Referendos nacionais, regionais e locais - Audição n.º 159/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1757-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Revisão Constitucional n.º 4/XV (IL) – Uma Reforma Liberal da Constituição - Audição n.º 147/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1733-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Revisão Constitucional n.º 6/XV (PCP) – Projeto de

Revisão Constitucional - Audição n.º 148/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1735-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Revisão Constitucional n.º 7/XV (PSD) – Um Projeto de Revisão Constitucional Realista, Reformista e Diferenciador - 40 Propostas nos 40 anos da Revisão Constitucional de 1982 - Audição n.º 149/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1737-AR.pdf

Assunto: Da Audição do Conselho de Administração da EDA, por solicitação do Bloco de Esquerda, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 06;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17048.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 440/XV (L) – Direito ao Saneamento Básico - Audição n.º 163/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 01 – 12;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1765-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 387/XV (PAN) – Procede à alteração do Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações - Audição n.º 166/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12.
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1775-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2023 – 01 – 13;
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17085.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera os Programas Porta 65 e Arrendamento Acessível – MIH – (Reg. DL 337/XXIII/2022 - Audição n.º 101/XII - GR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 –12 – 20;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1292-OGP.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 377/XV (PSD) – Procede à segunda alteração da Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas - Audição n.º 153/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1745-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 396/XV (PAN) – Aprova o regime especial aplicável ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e à alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março - Audição n.º 155/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1749-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 391/XV (CH) – Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos - Audição n.º 156/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2022 – 12 – 28;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1751-AR.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 54/XV (ALRAM) – Regula o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais, na Região Autónoma da Madeira, no domínio do estacionamento público - Audição n.º 161/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1761-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 421/XV (PCP) – Altera o procedimento especial de reposição de freguesias (Primeira alteração à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho) - Audição n.º 162/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1763-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 390/XV (CH) – Pela aprovação de várias faculdades inerentes à atividade prestada pelos guardas-florestais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e harmonização do seu respetivo regime de aposentação - Audição n.º 165/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12.
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1773-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2023 – 01 – 16;
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17086.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 128/XII (PAN) – Reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano na população feminina açoriana
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 21;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR128.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII (GOV) – Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 21;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR041.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII (PS) – Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 21;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR062_4.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Alarga o acesso ao regime público de capitalização, bem como ao respetivo fundo de certificados de reforma – MTSSS - (Reg. DL 235/XXIII/2022) - Audição n.º 100/XII - GR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1288-OGP.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII (Adotado pelo PS) – Funcionamento de cantinas e bufetes escolares
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR064_8.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que – Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas – PCM (MAAP) - (Reg. PL 259/XXIII/2022) - Audição n.º 98/XII - GR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 23;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1284-OGP.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 131/XII (PS) – Prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2022 – 12 – 30;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR131.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 403/XV (IL) - Simplifica a sinalização relativa ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados à utilização coletiva (Quarta alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo) - Audição n.º 158/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2023 – 01 – 03;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1755-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 428/XV (CH) - Altera a Lei n. º 37/2003, de 22 de agosto, assegurando a introdução de complemento de insularidade aplicável ao financiamento dos estabelecimentos de ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores - Audição n.º 164/XII - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2023 – 01 – 11.
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1769-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 16;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17084.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que Aprova a Estratégia Nacional para a Conetividade em Redes de Comunicações Eletrónicas de Capacidade Muito Elevada 2023-2030 – PCM (MIH) - (Reg. R 271/XXIII/2022) - Audição n.º 97/XII - GR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2022 – 12 – 20;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1282-OGP.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 49/XV (ALRAM) – Pela criação de um Regime de Mecenato para as Regiões Autónomas - Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais - Audição n.º 151/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2022 – 12 – 20;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1741-AR.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 48/XV (ALRAM) – Repõe a Eletricidade, o Gás Natural, Butano e Propano assim como introduz a prestação de serviços de acesso à internet na Lista 1 – Bens e Serviços sujeitos à taxa reduzida do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado - Audição n.º 152/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2022 – 12 – 20;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1743-AR.pdf

Assunto: Da Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A.
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2022 – 12 – 30;
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17020.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 53/XV (GOV) – Procede à concretização dos elementos essenciais da taxa associada à prestação de serviços - Audição n.º 160/XII - AR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 04;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1759-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2023 - MF - (Reg. 4/XXIII/2023) - Audição n.º 103/XII - GR
Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 05;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1294-OGP.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII (IL) – Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 09;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR074.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 143/XII (BE) – Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM para o fornecimento de fuelóleo e início de novo processo de contratação pública
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2023 – 01 – 12.
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR143.pdf

12- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.os 85, 86, 87 e 88.

Os redatores, André Silva e Sónia Furtado